



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

ALEXANDRE JOSE SANTOS DA SILVA

EDER VAZ MAFRA

RAMON DAVID DE ABREU

**A BUSCA PELO “ABRIGO” IDEAL: UMA RELAÇÃO
CONFLITANTE NA CONSTRUÇÃO DO HABITAT NO
LAGO DA VACA**

Santana-AP
2011



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

ALEXANDRE JOSE SANTOS DA SILVA
EDER VAZ MAFRA
RAMON DAVID DE ABREU

**A BUSCA PELO “ABRIGO” IDEAL: UMA RELAÇÃO
CONFLITANTE NA CONSTRUÇÃO DO HABITAT NO
LAGO DA VACA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito
avaliativo do curso de Arquitetura e
Urbanismo da Universidade Federal
do Amapá - UNIFAP, orientado pela
professora Msc. Bianca Moro de
Carvalho

Santana-AP
2011

**A BUSCA PELO “ABRIGO” IDEAL: UMA RELAÇÃO CONFLITANTE NA
CONSTRUÇÃO DO HABITAT NO LAGO DA VACA**

ALEXANDRE JOSE SANTOS DA SILVA

EDER VAZ MAFRA

RAMON DAVID DE ABREU

Aprovado em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Msc. BIANCA MORO DE CARVALHO (ORIENTADORA) - UNIFAP

Msc. FÁTIMA MARIA ANDRADE PELAES - UNIFAP

Msc. JAIR JOSE DOS SANTOS GOMES – UNIFAP

NOTA FINAL _____

DEDICATÓRIAS

Dedico à minha saudosa mãe Francisca de Souza Santos da Silva, à minha esposa Débora da Silva e Silva, a meu Filho Péricles Rodrigues da Silva Neto, a meus irmãos Fabrício Santos da Silva e Leiliane Caroline Santos da Silva a meu pai Péricles Rodrigues da Silva e aos meus colegas.

Alexandre José Santos da Silva

Dedico aos meus pais Maria Cristina Pantoja Vaz Mafra e Edson Carvalho Mafra pela dedicação, paciência e compreensão, aos meus irmãos Elen Vaz Mafra e Elder Vaz Mafra que estão sempre me dando forças e incentivo, aos meus avós Maria Catariana Pantoja Vaz, Anita Mafra e Valeriano Vaz por estarem sempre rezando por mim e ao amigo e colega de curso Ramon David pela ajuda e confiança para terminarmos essa monografia.

Eder Vaz Mafra

Dedico a minha avó Rosalina David (in memoriam), pelos subsídios e ensinamentos matriarcais-austeros e libertários ao mesmo tempo e na mesma pessoa. As ruas que passei, ao povo que tive contato e aos colegas que por alguns instantes me cederam seus ouvidos para, em locais nem sempre apropriados, escutar sobre a pesquisa.

Ramon David de Abreu

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Deus pela força espiritual.

Aos moradores do Lago da Vaca, pelo acolhimento, informações necessárias durante as entrevistas.

Patrícia Nívea Medeiros de Souza, pelas colaborações e abertura de sua escola para realizarmos as reuniões com os moradores.

Aos funcionários do IBGE e SEMDUH, pela presteza e agilidade nas informações solicitadas.

Natiara Seabra pela contribuição na organização gramatical e textual.

“Não há sentido em discutir habitação social em termos arquitetônicos. É um problema social e político, mas podemos usar o projeto para abordar estas questões.”

Alejandro Aravena

RESUMO

A Busca Pelo “Abrigo” Ideal: uma relação conflitante na construção do habitat no Lago da Vaca. Trata-se de um estudo que teve como objetivo entender a dinâmica de uma área conflitante da cidade onde seus moradores vivem em média com uma renda per capita de 0,48% de um salário mínimo, analisando o contexto da ocupação desordenada, a configuração dos lotes e tipologias das habitações entre 1998 período da primeira invasão na localidade e 2010 quando da revisão do Plano Diretor de Macapá. Neste estudo de caso utilizamos a pesquisa qualitativa através da qual percebemos após uma série de estudos, desde levantamentos socioeconômicos e entrevista, passando por observações e levantamentos de aspectos naturais e climáticos, os problemas de infraestrutura e saneamento deletérios à qualidade de vida. Como os moradores do Lago da Vaca percebem os impactos provocados pela ocupação irregular e quais suas concepções de habitação? Foi o nosso problema inicial nesse estudo, para, com base nessas respostas, elaborarmos os projetos de habitação para a comunidade. Por fim, elaboramos quatro (04) projetos de Habitação de Interesse Social com base nos programas e planos habitacionais; legislações; apreensões e concepções dos moradores; e participação da comunidade na busca do respeito aos desejos e sonhos da casa própria “ideal”. As concepções inspiram-se em soluções estruturadas, em diversas obras da região prendendo-se ao objetivo de não repetir os modelos dos conjuntos habitacionais, onde só se ver um tipo de habitação monótona produzida em série.

ABSTRACT

The present research it left of the understanding objective on the theme: The Search for the Ideal Shelter: a conflicting relationship in the construction of the habitat in the lake of the cow, for soon after we project the intervention proposal that counts with four (4) projects of House of Social Interest (HIS) balanced among the programs, plans, financing lines, legislations and the community's of the Lake of the Cow residents' interactive participation. It is treated, also. Of an attempt of analyzing the context of the occupation disordered in the mixed area, between firm earth and hangover; their influences in the homes, creation of irregular lots and the current formation of the place. With that we tried to contribute to deepen the understanding of the (HIS) in illegal areas, their socioeconomic characteristics leaving of the residents' vision. We looked for to understand the occupations, understood among 1998 (year of the community's formation); 1999 (promulgation of the State Law 0455); and 2010 (revision of the master plan of the city of Macapá - law n° 026/2004). I bite of the temporary cutting; we observed urban problems of Infrastructure and Sanitation providing low life quality to the people. In the pulp of the research is the interest on the profile of the population, later the ideas to improve the life quality, in agreement with the National and Local Legislations on the environment and the hangover areas, which formation and as they developed your houses. In relation to the primordial interests, that they subsidized the research, we can catalog it in the following way: Social Interest; Sociological Interest; Juridical Interest; Economical Interest. This study worried in analyzing the factors that had contributed with the appearance and development of the modality of habitational occupation known by invasion; your methods; impacts in the environment and social; and the conformance of the several manifestations happened in the practices and in the current habitational typologies. For only after these understandings we accomplish the project of House of Social Interest.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO I - A PROEMINÊNCIA DA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL: CONCEITOS, IMPACTOS E SUAS FUNÇÕES.....	18
1.1 - A Habitação de Interesse Social: diversas acepções do termo..	25
1.2 - O Estatuto da Cidade e o Direito a Cidadania Efetiva.....	27
1.3 – Um Conciso conjunto de Programas de Habitação de Interesse Social da América Latina a Macapá.....	31
CAPÍTULO II - POLÍTICAS ATUAIS DE HABITAÇÃO: A DINÂMICA URBANA EM ÁREAS DE RESSACA COMO O LAGO DA VACA EM MACAPÁ...36	
2.1 - A Periferização e a Pobreza no Espaço Urbano: A Ocupação do Lago da Vaca.....	38
CAPÍTULO III – REFLEÇÕES METODOLÓGICAS, ESCOLHAS E APRECIÇÕES.....	42
3.1 - A Escolha do Local.....	46
3.2 – O Espaço Contraditório construído no Lago da Vaca.....	51
3.2.1 - Algumas Características Levantadas.....	53
3.2.2 - Conseqüências Sócio-Ambientais da Ocupação do Lago da Vaca.....	55
3.3.1 - Perfil Socioeconômico do Lago da Vaca.....	60
3.3.2 - Diagnóstico paisagístico da localidade.....	61
3.3.3 - Definição de Parâmetros de Qualidade Ambiental – os Problemas Ambientais Percebidos no Lago da Vaca.....	62
3.3.4 - Sprawl Urbano: conseqüências do crescimento desordenado na comunidade.....	66
3.3.5. - Demonstrativo estatístico do bairro.....	68
3.4. Formulação dos Cenários.....	69

3.5 – A Busca pelo “Abrigo” Ideal: as concepções de habitação apreendida pelos moradores.....	72
--	-----------

CAPÍTULO IV – PROPOSTA DE INTERVENÇÃO: A CONCEPÇÃO DO ABRIGO IDEAL A PARTIR DO MUNDO VIVIDO DOS MORADORES.....	77
---	-----------

4.1 – O projeto da habitação de interesse social para o Lago da Vaca: tipologias construídas.....	84
--	-----------

4.1.1 - Programa de Necessidade.....	89
---	-----------

V - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
--------------------------------------	-----------

REFERÊNCIAS.....	98
-------------------------	-----------

APÊNDICES.....	101
-----------------------	------------

ANEXOS.....	112
--------------------	------------

LISTA DE SIGLAS

BNH Banco Nacional da Habitação
CEF Caixa Econômica Federal
CFB Constituição Federal Brasileira
CEPAQ Centro de Pesquisas Aquáticas
COHAB Companhia de Habitação
DRAMA Demanda reprimida pela aquisição de moradias adequadas
FAR Fundo de Arrendamento Residencial
FDS Fundo de Desenvolvimento Social
FGTS Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FGV Fundação Getúlio Vargas
FNHIS Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
GEA Governo do Estado do Amapá
HIS Habitação de Interesse Social
IAP's Instituto de Aposentadoria e Pensões
IEPA Instituto Estadual de Pesquisa do Amapá
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ONG Organização Não Governamental
ONU Organização das Nações Unidas
PAR Programa de Arrendamento Residencial
PCS Programa Crédito Solidário
PDMCP Plano Diretor da Cidade de Macapá
PMM Prefeitura Municipal de Macapá
PNAD Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNH Plano Nacional de Habitação
PSH Programa de Subsídio à Habitação
SEMDUH Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitacional
SFH Sistema Financeiro de Habitação
SINAT Sistema Nacional de Aprovações Técnicas
SM Salário mínimo
SNHIS Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Foto do Elemental Chile.....	33
Figura 02 Mapa urbano de Macapa com área do Lago da Vaca.....	47
Figura 03: Distribuição das Residências no Bairro Lago da Vaca.....	54
Figura 04: Equipamentos Existentes no Bairro.....	56
Figura 05 : Desordem das Ocupações.....	59
Figura 06: Vias sem Paviimentação.....	60
Figura 07: Ocupação na Margem da Ressaca.....	60
Figura 08: Qualidade de Vida Adversa	61
Figura 09: Lançamento de Esgoto e Lixo.....	64
Figura 10: Ocupação Adensada.....	64
Figura 11: Crescimento de Lixo e Abandono.....	65
Figura 12: Destino do Esgoto no Bairro.....	66
Figura 13: Área de Uso Comum – banheiro e lavanderia.....	67
Figura 14: Cenário Local.....	71
Figura 15: Área conhecida com do Dentista.....	72
Figura 16: Análise da Integração da Área com Serviços Essenciais.....	73
Figura 17: Precariedade e Desordenamento.....	79
Figura 18: Situação Precária das Vias no Bairro Lago da Vaca.	82
Figura 19: Distribuição das Residências no Bairro Lago da Vaca.....	83
Figura 20: Casa Modelo.....	86
Figura 21 e 22: Apresentação e Discussão dos Projetos com os Moradores.....	90
Figura 23 e 24 Volumetria da Casa 01e Planta Baixa, Cortes e Elevação.....	92
Figura 25 e 26 Volumetria da Casa 02e Planta Baixa, Cortes e Elevação.....	93
Figura 27 e 28 Volumetria da Casa 01e Planta Baixa, Cortes e Elevação.....	94
Figura 29 e 30 Volumetria da Casa 01e Planta Baixa, Cortes e Elevação.....	95

LISTA DE QUADROS

01: Programas de financiamento ou arrendamento – população de baixa renda – 2008.....	30
02: Valores dos financiamentos – Programa Crédito Solidário.....	31
03: Quadro de usos e atividades.....	48
04: Quadro de intensidade de ocupação.....	48
05: Características da comunidade.....	54
06: Rendimento Mensal por família.....	56
07: Resultados das ocupações em áreas úmidas.....	57
08: análise de swot elaborada pelo grupo.....	57
09: valores de lotes na área.....	61
10: Forma de ocupação do Lago da Vaca.....	66
11: Índice de Violência.....	68
12: Índice de Infrações.....	69
13: Áreas referente à casa tipo 01.....	92
14: Áreas referente à casa tipo 02.....	93
15: Áreas referente à casa tipo 03.....	94
16: Áreas referente à casa tipo 04.....	95

LISTA DE TABELAS

Crescimento Populacional e Urbano 01	29
--------------------------------------	----

LISTA DE GRÁFICOS

01: tipos de abastecimento de água no bairro.	83
02: Localização dos banheiros nas residências do bairro.	83

LISTA DE ANEXOS

Anexo I: Entrega do plano de habitação da PMM ao Ministério das Cidades.

Anexo II: Matéria sobre entrega do Plano de Habitação da PMM.

LISA DE APÊNDICES

Apêndice I: ROTEIRO DA ENTREVISTA (semi-estruturada).

Apêndice II: Projeto de uma residência unifamiliar, sendo habitação de interesse social, na comunidade lago da vaca. Planta Baixa das unidades sem banheiro adaptável.

Apêndice III: Memorial justificativo de arquitetura e memorial Descritivo

1- INTRODUÇÃO

O presente trabalho partiu do objetivo de entendimentos sobre o tema: **A Busca Pelo “Abrigo” Ideal: uma relação conflitante na construção do habitat no Lago da Vaca**, passando por uma tentativa de analisar e compreender o contexto da ocupação desordenada na área mista, entre terra firme e ressaca; suas influências nas moradias, criação de lotes e a formação atual da localidade; para em conjunto com a apreensão dos moradores, elaborarmos novas tipologias habitacionais.

Compreendendo um recorte temporal de doze anos, para abranger as ocupações entre 1998 (ano da formação da comunidade) e 2010 (revisão do Plano Diretor de Macapá - lei nº 026/2004), passando pela promulgação da Lei Estadual 0455 de 1999.

A metodologia utilizada foi o **Estudo de Caso** com uma abordagem **Qualitativa** e ênfase **Hermenêutica**, onde buscamos as concepções de habitação apreendidas pelos moradores da comunidade, observando e respeitando as dificuldades educacionais, culturais e falta de acesso as informações e ao conhecimento de todos os aspectos legais, urbanísticos, arquitetônicos e técnicos, por parte dos moradores de um contexto coletivo degradado.

No âmago da pesquisa, encontra-se o interesse a respeito do perfil da população e posteriormente as idéias, construídas com os moradores, para melhorar a qualidade habitacional e de vida, de acordo com as legislações sobre o Meio Ambiente, as Áreas de Ressaca e Habitação de Interesse Social (HIS). Com isso, contribuir para o entendimento das características socioeconômicas, das HIS em áreas ilegais e as visões de mundo dos moradores dentro do recorte espacial, onde observamos problemas crônicos de habitação, infraestrutura e saneamento proporcionando baixa qualidade de vida às pessoas.

Neste estudo, portanto, analisamos o surgimento e desenvolvimento da ocupação irregular Lago da Vaca; seu impacto ambiental e social; e a conformação das tipologias habitacionais atuais. Para somente após estes entendimentos realizarmos o Projeto de Intervenção das HIS.

A proposta de intervenção desenvolvida conta com quatro (4) projetos de Habitação de Interesse Social (HIS) equilibrados entre os programas, planos, linhas de financiamento, legislações e a participação interativa dos moradores da comunidade do Lago da Vaca, somada ao objetivo de não realizarmos uma proposta com uma repetição monótona de inúmeras habitações com a mesma tipologia, amplamente vista e experimentada nas históricas políticas de conjuntos habitacionais.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal do Amapá

Abreu, Ramon David de

A busca pelo “abrigo” ideal: uma relação conflitante na construção do habitat no Lago da Vaca / Ramon David de Abreu, Eder Vaz Mafra, Alexandre José Santos Silva; orientadora Bianca Moro de Carvalho. Santana, 2011.

104 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Fundação Universidade Federal do Amapá, Coordenação do Curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo.

1. Habitação. 2. Habitação popular. 3. Habitações – Lago da Vaca – Macapá (AP). 4. Arquitetura de habitação – Projetos. I. Mafra, Eder Vaz, II. Silva, Alexandre José Santos. III. Carvalho, Bianca Moro de. (orient.). IV. Fundação Universidade Federal do Amapá. V. Título

1- A PROEMINÊNCIA DA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL: CONCEITOS, IMPACTOS E SUAS FUNÇÕES.

Para entender a relevância da habitação de interesse social no Brasil, com seus diversos conceitos, impactos e funções traremos uma breve contextualização histórica da política de habitação nacional e latino-americana e seus desenvolvimentos, como também, a exposição de diversas acepções sobre o termo Habitação Social.

Inicialmente observamos o déficit habitacional, fator determinante das políticas de interesse popular e que a “descoberta” do déficit habitacional do Brasil remonta a era Vargas (1930 – 1954) e as primeiras medidas, já que as políticas desenvolvidas na República Velha (1889-1930) com objetivo de produzir habitações e regulamentar o mercado de aluguéis no país, foi praticamente inexistentes, deixando essas ações para o setor privado. Getúlio Vargas toma a primeira iniciativa e mais importante do seu governo, promulgando a lei do inquilinato (1942), momento em que deseja desenvolver uma sociedade urbano-industrial com forte participação do estado. Nesse contexto surgiram ações como: a) criação das carteiras prediais dos Institutos de aposentadoria e previdência (1937) e da Fundação da Casa Popular (1946), que dá início a produção estatal de moradias – financiamento da promoção imobiliária; e b) promulgação do Decreto-Lei Nº 58 regulamentando a venda de lotes urbanos de forma parcelada.

As medidas iniciais de Vargas buscavam garantir melhores condições de vida e habitação aos trabalhadores; regulamentar as relações entre capital e trabalho defendendo os assalariados urbanos, o que para BONDUKI (1988) ajuda a construir a imagem do governante como o “pai dos pobres”, mas não passa de aparentes tais políticas. No entanto, foi a partir desse momento que se iniciou a forte participação do estado no sentido da habitação social, mostrando com a participação pública que somente o setor privado não era capaz de resolver o problema habitacional do Brasil e inaugura a era da produção estatal na habitação para o trabalhador, fato que, anteriormente a década de 1930, era visto como concorrência desleal ao setor de capital privado.

Paralelo as políticas nacionais, o mundo pós-guerra iniciava sua preocupação através da Declaração dos Direitos Humanos (1948), com seu Artigo 25, declarando que todos têm direito a saúde num padrão de vida adequado,

bem-estar familiar onde se inclui alimentação, vestimenta, moradia, cuidados médicos e os serviços sociais necessários, entre outros.

Tendo como princípio a 1ª Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (**HABITAT I**), a Declaração de Vancouver (1976) nos mostra o consenso internacional sobre as políticas públicas que tratam dos assentamentos humanos, tendo como prioridade a Habitação adequada e diversos serviços componentes do habitar, assinalando também o dever dos governos em desenvolver ações que assegurem este direito humano básico. E perseguindo esse propósito, duas décadas depois foi promovida a 2ª Conferência (**HABITAT II**), nela reafirmada a necessidade e os princípios da habitação adequada para todos como direito à ser assegurado.

Observando as declarações do Habitat I e II, percebemos a enorme dificuldade de definir o que seria a Habitação Adequada. Este termo foi elaborado em uma conferência internacional composta por diversos povos de diversas culturas e fatores subjetivos de cada país, mas, existem algumas linhas norteadoras segundo ABIKO (1995) que a habitação adequada não basta ser salubre e oferecer segurança, deve também sintonizar-se com o entorno e o ambiente que está inserida não se reduzindo apenas a unidade residencial e integre-se aos conceitos de serviços urbanos; infraestrutura urbana; e equipamentos sociais voltados à saúde, educação, lazer e etc. Ela, portanto, deve ser aquela construída e inserida no espaço que observa os seguintes critérios:

“- **estrutura física:** uma habitação adequada deve oferecer proteção contra os elementos, não deve ser úmida ou inabitável e deve ser culturalmente aceitável;

- **situação do terreno:** uma habitação deve garantir a segurança física dos seus habitantes, deve ser um lugar seguro para viver, criar filhos e promover saúde;

- **infra-estrutura/serviços:** uma habitação adequada deve contar com certos serviços essenciais voltados para a saúde, o conforto e a nutrição, estes incluem um abastecimento de água seguro e em quantidade suficiente, serviços de eliminação de dejetos domésticos e humanos, serviços de lavanderia, cocção e armazenamento de alimentos e calefação, quando necessário, devem incluir também certos serviços públicos como serviços de emergência e auxílio (ex.: bombeiros e ambulâncias);

- **acessibilidade:** uma habitação adequada deve ser acessível a um custo tal que não dificulte ou impossibilite o enfrentamento de outras necessidades básicas a pessoas de todos os setores da sociedade;

- **localização:** uma habitação adequada deve estar em um local que permita o acesso ao emprego, serviços de saúde, escolas e outros serviços sociais, este critério é

válido tanto nas cidades como nas zonas rurais, porque o custo de transporte aos locais de trabalho representa um gasto considerável nos orçamentos das famílias pobres;

- **segurança legal:** uma habitação adequada deve possuir segurança de posse; este critério é aplicável aos direitos de propriedade, à intimidade etc. no caso das pessoas ocuparem a sua própria casa, e aos direitos de posse para aquelas que alugam espaços para viver, por exemplo os direitos legais dos inquilinos e dos proprietários; a segurança legal, ou garantia de posse deve também ser aplicável aos que ocupam as habitações de forma precária, evitando o despejo forçado por parte dos proprietários; este direito deve incluir o direito à proteção das posses contidas no interior das habitações, visando impedir a sua expropriação por parte de proprietários, de governos e de terceiros.”

ABIKO (1995, p. 3 e 4)

Um dos primeiros programas de financiamento de habitação o Instituto de Aposentadoria e Pensões (IAP's), o qual foi responsável pela reforma recomendada para as moradias no Brasil, envolveu desde legislação restritivo-punitiva e intervenções em unidades construídas, à edificação de grupos de casas e industriais, sociedades construtoras e pelo Estado, tornando-se mais relevante após meados da década de 1930, com a criação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões atenderia às diferentes carteiras profissionais a partir de 1933, os IAP's tinham como principal objetivo organizar o setor previdenciário do país, garantir aposentadoria e pensões aos seus associados em caso de doenças, incapacidade ou morte do chefe de família, assistência médica, investimentos em setores diversos, inclusive em obras públicas, além de assistência aos programas sociais governamentais como a construção ou aquisição de moradias.

A ação do governo federal na produção direta de conjuntos habitacionais e o início do financiamento em larga escala de moradias para trabalhadores contribuiu para reduzir o déficit habitacional no Brasil. Operaram em todo o país, em especial nas capitais, em meados de 1937 quando foram criados os programas Carteiras Prediais e ampliados os investimentos no setor pelo Decreto Nº 1749¹ até o ano de 1964, quando foi criado o Banco Nacional de Habitação (BNH). Após 1964 suas atribuições foram abolidas e transferidas para o BNH. Nesse período, concretizou-se aproximadamente 125.000 unidades, dentre grupos de residências unifamiliares isoladas, geminadas, moradias coletivas e conjuntos mistos, além dos apartamentos para a classe média e alta.

¹ **Decreto nº 1.749, de 28 de Junho de 1937.** Publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 - 02/07/1937. Aprova novo regulamento para a aquisição de prédios destinados à moradia dos associados e à sede dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões.

Produção, pouco conhecida, na qual foram adotados modelos e práticas construtivas que, muitas vezes, traduziam preceitos da arquitetura e urbanismo modernos.

Os IAP's exerceram importante papel no que se refere à concepção de moradias no Brasil, representando o alargamento da atuação estatal na produção direta de habitações e o início do financiamento em larga escala de moradias, como também, contribuíram significativamente para amenizar o quadro de déficit habitacional agravado a partir, sobretudo, da década de 1940; concebendo entre os anos de atuação (1937-1964) aproximadamente 125.000 unidades habitacionais, excluindo os apartamentos financiados para a classe média e alta FARAH (1983). Esses dados representavam 4% das moradias urbanas habitadas no Brasil, no final da década de 1950, segundo os dados censitários do IBGE.

Outro programa de incentivos para construção habitação foi a Fundação da Casa Popular, implantada no governo de General Dutra (1946-1950), com o intuito de proporcionar financiamento para a população de baixa renda no Brasil; sendo seu principal desafio enfrentar o déficit habitacional que assolava a década vigente. Para completar essa empreitada centralizou os diversos IAP's e Caixas de Aposentadoria e Pensão, representando a primeira tentativa de praticar uma política habitacional nacional.

Um dos obstáculos que a Fundação Casa Popular encontrava era o capital inicial pouco expressivo, e sem uma fonte de renda contínua, no período de 1946 a 1964 conseguiu-se construir pouco mais de 18 mil unidades habitacionais, proporcionada pela aquisição de créditos em longo prazo e juros baixos, com prestações fixas.

Para conter o déficit habitacional gerado pelo êxodo rural, ocorrido na primeira metade do século XX, iniciou uma grande tomada de medidas para que a Fundação da Casa Popular pudesse agir de forma decisiva no enfrentamento desse inchaço populacional que se instalou em 1952. O conselho técnico da Casa Popular propiciou uma nova visão, pois seus conselheiros se tratavam dos arquitetos Affonso Eduardo Reidy, Henrique Mindlin e a engenheira Carmen Portinho, profissionais envolvidos com a produção habitacional da baixa renda e o Movimento Moderno de Arquitetura.

A compreensão urbanística que se formulava sobre a política habitacional da Fundação Casa Popular mesclava questões analisadas pelos

engenheiros sanitaristas no início do século XX. A defesa da residência unifamiliar isolada no lote, combate às habitações coletivas, ponto esse citado como principais pontos levantados para a reeducação e organização do trabalhador que por muito tempo ficou sujeitos a condições sub-humanas que causava danos a sua saúde física e a moral na sociedade. Baseando-se nesses conceitos, a Fundação adotou uma política muito diferente da defendida por Reidy, Portinho e Mindlin.

A Fundação Casa Popular se voltava para a construção tendo uma concepção de anexar pequeno grupo de moradores, que outra hora era desprovida de equipamentos coletivos. A nova equipe de conselheiros atentaram para isso e se posicionavam a favor de grandes conjuntos habitacionais, verdadeiras cidades, providos de vários equipamentos, vistos tão essenciais como a própria moradia, colocava a moradia de aluguel como a opção mais coerente para o trabalhador de renda mínima, pois entendiam que provisão habitacional deveria ser um serviço prestado à comunidade pelo Estado, já que estes trabalhadores não teriam como adquirir uma casa própria sem que grande parte da construção fosse subsidiada.

As políticas de habitação financiadas pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) começaram por volta da década de 1960, foi um grande articulador das políticas setoriais, e centralizador do processo de habitação, contou com diversos agentes que davam preferência para grandes obras em busca do custo-benefício em grande escala.

Para o dinamismo das propostas de habitação popular no Brasil, destacamos a envolvimento dos agentes financeiros, como as Companhias de Habitação (COHAB's) que engajaram nesta empreitada, que proporcionou a economia brasileira, através da geração de empregos e fortalecimento do setor da construção civil, o recurso utilizado era o Fundo de Garantia por Tempo de serviço (FGTS). Os projetos implantados geraram soluções padronizadas e sem participação popular em sua composição. Ao mesmo tempo, a centralização da política habitacional gerou um sentimento de isenção dos estados e municípios a produzirem suas próprias políticas. A extinção do BNH deixou de ter uma política nacional voltada para a habitação popular, nesta circunstância a Caixa Econômica Federal integrou em planos de financiamentos programas de habitações populares.

A organização do setor habitacional no que tange a área de interesse social tem como marco institucional a Lei Federal nº. 11.124, de 16 de junho de 2005, que institui o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS e o seu Conselho Gestor. O SNHIS tem como principal objetivo garantir que investimentos e subsídios sejam destinados a população de mais baixa renda, em especial aquelas que moram em assentamentos precários ou favelas.

Com a extinção do Banco Nacional da Habitação vários fatores limitam o acesso da classe trabalhadora aos programas de crédito disponíveis para financiamento de moradia, pois são preciso comprovação de renda, cadastros pessoais e de regularidade da propriedade.

Alguns municípios e estados, também não possuem capacidade de endividamento para se habilitarem ao financiamento do setor público. Os recursos do Orçamento Geral da União para aplicação em projetos habitacionais até a criação do SNHIS², eram escassos e dependiam exclusivamente de emendas de parlamentares. A iniciativa recente do FGTS na concessão de recursos subsidiados para população de mais baixa renda, embora importante sob o ponto de vista de um novo paradigma financeiro é limitada em seus recursos e na capacidade de atender a demanda.

No entanto observamos que, mesmo com todas as tentativas ao longo dos tempos, o Brasil não conseguiu atingir seu objetivo de dar acesso à habitação e que essa habitação seja sustentável, nem tampouco, articula-se para cumprir a Emenda Constitucional Nº 64³ de forma ampla e eficiente.

Com base na Declaração dos Direitos Humanos, no Habitat I e II e nos critérios descritos por ABIKO, observamos a ampla necessidade nacional de políticas habitacionais, o que fez aflorar nos movimentos sociais a tentativa de inversão desse estado e a pressão pela elaboração de legislações significativas para o setor.

² **Lei Nº 11.124, de 16 de Junho de 2005.** Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS.

³ **Emenda Constitucional Nº- 64 - de 5 de Fevereiro de 2010** – Publicada no Diário Oficial da União de 05/2/2010. Art. 1º O art. 6º da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação: "**Art. 6º** São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição."

A política de habitação ou moradia, no Brasil, tem o seu delineamento como fruto das diversas lutas de movimentos sociais, onde, a Constituição Federal Brasileira coloca a moradia como um direito básico social, por meio de emenda constitucional que em seu Art. 6º recomenda como sendo os Direitos Sociais: ...“a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

No Estatuto da Cidade, observou-se o objetivo da concretização do direito à moradia apropriada e à cidade íntegra, e não deletéria aos seus habitantes, o Estatuto criou uma série de obrigações estatais, dentre elas o empenho e desenvolvimento de planos diretores, em cidades com mais de vinte mil habitantes, discutidos e tendo o início de suas elaborações as audiências públicas, além dos Conselhos das Cidades, como mecanismos de uma política urbana baseada na gestão democrática, algo amplamente difundido atualmente no Brasil, principalmente nas elaborações e revisões dos planos diretores participativos.

Nos dias atuais, há políticas vigentes, a exemplo da Política Nacional de Habitação PNH criada com a intenção de buscar soluções a partir de um sistema habitacional direcionado às carências e déficits habitacionais da camada populacional de baixa renda. Com esse objetivo, a Lei 11.124/2005, publicada no DOU de 16/5/2005, criou o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social SNHIS, que busca:

- a) - viabilizar para a população de menor renda o acesso à terra urbanizada e à habitação sustentável;
- b) - implementar políticas e programas de investimentos e subsídios, promovendo e viabilizando o acesso à habitação voltada à população de baixa renda; e
- c) - articular, compatibilizar, acompanhar e apoiar a atuação das instituições e órgãos que desempenham funções no setor da habitação.

Consideramos que, mesmo com todas as tentativas e políticas habitacionais ao longo dos tempos, o Brasil não conseguiu atingir seu objetivo de dar acesso à habitação e que essa habitação seja sustentável, nem tampouco, articular-se para cumprir a emenda constitucional nº 64, de forma ampla.

1.1 - A Habitação de Interesse Social: diversas acepções do termo

Significados e conceitos sobre a moradia que atende as populações de baixa renda, no Brasil, vêm sofrendo modificações ao longo do tempo e das elaborações de objetivos de diversas políticas habitacionais no transcurso da história da política habitacional brasileira. Conceitualmente, vem sendo empregados diversos termos para designar as habitações de custo menor, que atende a classe popular ou de interesse social, estes termos desenvolvem-se ou são aplicados das seguintes formas:

Para o termo **Habitação de Baixo Custo**, o significado está mais ligado aos valores da construção, tem denominado habitação barata sem que isto constitua necessariamente habitação destinada à população de baixa renda, prende-se mais especificamente aos aspectos econômicos e materiais utilizados na construção. Geralmente construída com materiais, principalmente os de acabamento, das linhas B ou C dos fabricantes de tais materiais ou as emblemáticas portas e janelas metálicas, para enquadrar-se nos orçamentos e linhas de crédito.

Já na acepção **Habitação Popular**, foi empregado um significado mais universal ou genérico que abrange um amplo número de soluções dedicadas ao atendimento de necessidades habitacionais. Por outro lado, como termo genérico, deve-se ter o cuidado na sua utilização, principalmente na divulgação de políticas públicas, para evitar as segregações sociais através de zoneamentos excludentes nas cidades, as habitações populares de um lado e as não populares ou nobres do outro.

Segundo Villaça (1998, p. 143). “O que determina, em uma região, a segregação de uma classe é a concentração significativa dessa classe mais do que em qualquer outra região geral”, mas devemos observar e estar abertos ao que o autor também discute que é o fato da segregação não impedir a efetiva presença nem, tampouco, o crescimento de diversas classes no mesmo espaço ou local.

“Em realidade, a segregação parece constituir-se em uma projeção espacial do processo de estruturação de classes, sua reprodução, e a produção de residências na sociedade capitalista”

CORRÊA (2001, p.132)

A compreensão sobre **Habitação para População de Baixa Renda** pressupõe um algo mais completo que as demais acepções, com a intenção de tratar a habitação de interesse social, junto da necessidade de definição da renda dos familiares ou indivíduos para, só após esse levantamento, constituir ou balizar a faixa econômica que será atendida; Este termo, entre outras coisas, mostra nas suas “entrelinhas” a preocupação com o poder de compra do morador quando classifica as famílias e os indivíduos por suas rendas e estabilidades financeiras, como tempo de trabalho, idade entre outros critérios para acesso ao financiamento para aquisição da casa própria divulgados pelos órgãos gerenciadores e legislações reguladoras das políticas habitacionais, já supracitados.

Paralelo à preocupação econômica, a habitação para a população de baixa renda, nesse contexto, vem procurando ao longo do tempo compatibilizar a economia, a prática, a técnica e a estética da e na construção buscando também a possibilidade de tornar viável financeiramente e atender aos trabalhadores, dando dignidade com projetos arquitetônicos de qualidade que atenda a classe de baixa renda Brasileira.

Já para a **Habitação de Interesse Social**, devido às diversas acepções ou definições do termo encontradas nos segmentos que tratam de tal classe habitacional, o **Projeto de Lei Federal nº 3.057, de 2000** de autoria do Deputado Federal Bispo Wanderval, que teve como relator o Deputado Federal Renato Amary tenta dirimir possíveis dúvidas quanto amplitude de ação e ao mesmo tempo oficializa a forma que for definida pelos plenos poderes dos entes estaduais e municipais: “habitação de interesse social - aquela assim definida por lei municipal, estadual ou federal ou que, para a execução do respectivo empreendimento, recebam recursos públicos”. Tal modalidade de habitação deve preocupar-se com a política em que os interesses financeiros e econômicos não prevalecem sobre a qualidade de vida da população.

Independente da acepção, o que observamos, historicamente, são programas elaborados com o objetivo teórico em ser útil e que traga proveito aos interessados despertando vantagens, atenção e benefícios, contudo o que se coloca em prática não corresponde a tais anseios sociais, habitacionais e urbanos.

Observamos, no entanto que as políticas de habitação de interesse social – PHIS nunca atenderam o déficit habitacional, fazendo com que ocorresse a proliferação das moradias precárias ou alternativas, gerando “amontoados” ou aglomerados de habitações, onde residem varias famílias em uma residência ou construindo varias casas em um mesmo lote, geralmente clandestino.

Tais fatores contrariam, portanto, o **Estatuto da Cidade** que traz como objetivo a garantia de que a cidade e a propriedade urbana desempenhem a sua função social e permitam a vida digna de todos, como acesso à moradia, ao saneamento ambiental, à mobilidade, à educação, à saúde, ao trabalho, à cultura, ao lazer entre outras políticas públicas inclusivas e tão propaladas na atualidade.

1.2 – O Estatuto da Cidade e o Direito a Cidadania Efetiva.

A produção da habitação de interesse social no Brasil deve ser vista como produto do contexto histórico, econômico e tecnológico. Historicamente a produção da habitação de interesse social no Brasil vem ocorrendo intensamente a partir da década de 1970, quando o Brasil definitivamente passa a ser um país urbano ao contrário do que ocorreu nas décadas de 1940 com a população composta por 70% rural e 30% urbana, continuando até a década de 1960 sem grandes alterações (IBGE)⁴.

No ano de 2000, segundo o IBGE, já eram 80% da população vivendo na área urbana. Nas grandes e médias cidades essa migração do campo para cidade, gerou o aumento acentuado da população e criou grande demanda por habitações de interesse social nas áreas urbanas e periféricas. Mas, só foi atendida parcialmente, como também as mudanças econômicas e desenvolvimentos sociais.

A CF em seus artigos 23; 30; 182; e 225 estabelece as competências e deveres dos poderes públicos e da coletividade, nas políticas urbanas, habitacionais e ambientais.

Art. 23. É competência da união, dos Estados, do Distrito Federal e Municípios:

⁴ Dados censitários de 1940 a 1970. Fonte IBGE – AP 2011.

VI – Proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer uma de suas formas;

VII – Preservar as florestas, a fauna e a flora.

Art. 26. Incluem-se entre os bens dos estados:

I - As águas superficiais ou subterrâneas, florestas emergentes e em depósito, ressalvadas neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obra da união.

Art. 30. Compete aos municípios:

VIII – Promover no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem do uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para presentes e futuras gerações.

CF em seu **Artigo 182** – reza que:

“a política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei têm por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar de seus habitantes”.

A partir da CF nasce o estatuto da cidade sob forma da **lei 10.257 de 10 de julho de 2001** (de autoria do senador Pompeu de Sousa) que estabelece, em seu artigo 40, que o Plano Diretor é um componente do planejamento municipal, e que os instrumentos econômicos, tributários e financeiros deverão estar articulados com a prática dos instrumentos da política urbana.

A urbanização brasileira advém de um modelo caótico que determinou nas derradeiras décadas, cidades marcadas por fragmentação do espaço ou exclusão social e territorial e, por fim, gerando o desordenamento periférico associado à desigualdade entre áreas pobres e áreas ricas, nas quais os equipamentos urbanos e infra-estruturas são falhos e inexistentes ou se concentram de forma abundante, alentando a injustiça social e tornando irrealizável a “cidade para todos”. As cidades brasileiras abrigam algum tipo de assentamento precário, mais conhecidos como informais, normalmente distante, sem acesso, desprovido de infra-estruturas e equipamentos mínimos.

Essa é a realidade de brasileiros excluídos dos sistemas financeiros formais da habitação e do acesso à terra regularizada e urbanizada, pessoas que acabam ocupando as chamadas áreas de risco, como encostas e locais inundáveis ou em outras cidades, nas suas áreas centrais, uma grande quantidade de imóveis se encontra ociosa ou subutilizada, reforçando a exclusão, a criação de guetos contribuindo para a violência, à impossibilidade de surgimento da cidadania plena.

Para tornar mínimas essas dificuldades e contribuir para a mudança deste padrão de urbanização, o Ministério das Cidades priorizou o contribuição ao planejamento territorial urbano e à política fundiária dos municípios. O Estatuto das Cidades (EC), que regulamenta os artigos da CF concernentes à Política Urbana, compõe um grande avanço da legislação urbanística brasileira. Ele ampara os municípios na efetivação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, com base em princípios que instigam ações participativas de gestão territorial e aumentam a “porta de entrada” à terra urbanizada e regularizada, principalmente beneficiando grupos sociais tradicionalmente excluídos.

Com isso, a Secretaria Nacional de Programas Urbanos (SNPU) traz como encargo propagar o EC (Lei 10.257/2001), através de ações diretas, com transferência de recursos do OGU e ações de mobilização e capacitação. As ações da SNPU são as seguinte: elaboração de Planos Diretores; regularização fundiária; reabilitação de áreas centrais e prevenção; e contenção de riscos associados a assentamentos precários.

Na tabela abaixo podemos perceber o crescimento populacional do Brasil e o aumento da concentração de população nas áreas urbanas.

Tabela 01: Crescimento populacional e urbano

Ano	População (milhões)	Crescimento na década (%)	População urbana (milhões)	População urbana (%)
1940	41,2	-	12,9	31,31
1950	51,9	25,97	18,8	36,22
1960	70,1	35,07	31,3	44,65
1970	93,1	32,81	52,1	55,69
1980	119,0	27,82	80,4	67,56
1990	146,8	23,36	111,0	75,61
2000	169,5	15,46	137,7	81,24

Fonte: IBGE (2001)

Esse crescimento ocasionou grandes consequências no setor urbano, acarretando o crescimento e a ocupação, nas periferias, das áreas de risco, loteamentos clandestinos e com baixíssima infraestrutura. Outro fator que determina essa forma de ocupação é a dificuldade no acesso a moradia legal e

adequada, devido a insuficiência de renda da população, seja para compra, reforma ou melhoria e a baixa oferta de habitações de pequeno valor, no setor imobiliário legal.

No tocante a programas que ofertam crédito para a melhoria da habitação e que a população não consegue acessar, temos os seguintes:

Quadro 01: Programas de financiamento ou arrendamento – População de Baixa Renda – 2008

Programas	Fonte de Recursos	Proponentes	Público Alvo por renda	Valor Máximo da Habitação	Prazo Máximo do Financiamento	Contrapartida Mínima do Beneficiário
Carta de Crédito Individual	FGTS	Pessoas físicas	Até 11SM	R\$ 80.000	20 anos	5% - 7,5%
Carta de Crédito Associativa	FGTS	Pessoas físicas organizadas em associações	Até 11SM	R\$ 80.000	20 anos	5% - 7,5%
Desconto FGTS (Direto)	FGTS	Os mesmos com programas de carta de crédito	Até 5SM	Subsídio máximo de R\$ 14.000	Subsídio ofertado em conjunto com os financiamentos dos programas Carta de Crédito	
Programa de Arrendamento Residencial-PAR	Fundo de Arrendamento Residencial-FAR	Pessoas jurídicas na construção e pessoas físicas no arrendamento	Até 6SM	R\$ 40.000	15 anos	Não tem
Programa de Subsídio à Habitação-PSH	OGU	Governos Locais depois pessoas físicas	Até 3SM	R\$ 30.000	6 anos	Não tem
Programa Crédito Solidário	Fundo de Desenvolvimento Social-FDS	Pessoas Físicas organizadas em associações	Até 5SM	R\$ 40.000	20 anos	5%

Fonte: Ministério das Cidades e Caixa Econômica Federal.

Dentre os programas elencados acima, temos o PCS que é operado com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), do qual o agente operador é a Caixa Econômica Federal e de acordo com o Ministério das Cidades (2006) é o programa:

[...] voltado ao atendimento de necessidades habitacionais da população de baixa renda, organizada por cooperativas ou por associações com fins habitacionais, visando a produção de novas habitações, a conclusão e reforma de moradias existentes, mediante concessão de financiamento diretamente ao beneficiário, pessoa física.

O público alvo desse programa é o morador ou famílias organizadas em associação e com renda bruta de até três salários mínimos mensais.

Quadro 02: Valores dos financiamentos – Programa Crédito Solidário

Modalidades Operacionais	Municípios com população até 50 mil habitantes e Áreas Rurais	Municípios com população superior a 50 mil habitantes	Municípios integrantes de Regiões Metropolitanas	Municípios integrantes de Regiões Metropolitanas de SP e RJ
Conclusão, ampliação e reforma	R\$ 7.500,00	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00
Demais modalidades	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 25.000,00

Fonte: Ministério das Cidades e Caixa Econômica Federal.

Embora exista diversos planos e programas de financiamento, para o item aquisição há a dificuldade no acesso, devido a 74,27% das famílias brasileiras (segundo IBGE) tem rendimentos de até cinco salários mínimos e isso somando-se aos poucos e confusos planos de habitação, elaborados historicamente no Brasil, continua nutrindo o déficit habitacional do país.

1.3 – Um Conciso conjunto de Programas de Habitação de Interesse Social da America Latina a Macapá.

Devido à situação crítica encontrada, de forma mais acentuada, nas médias e grandes cidades da América Latina alguns programas de habitação vem sendo implantados com o objetivo de dirimir o déficit habitacional e dar uma melhor qualidade de vida aos cidadãos; países como Chile, México, Brasil e Argentina se destacam atualmente nesse enfrentamento.

No contexto do América Latina as várias políticas de habitação encontram impecilios no que tange a disponibilidade de recursos e investimentos. Grandes programas com o objetivo de sanar o deficit habitacional foram colocados em prática, a exemplo de um dos mais importantes na atualidade o Elemental no Chile; e outras politicas como o de Monterrey, no México; Paraisópolis, São Paulo e o da cidade de Rosario na Argentina.

No Projeto Habitacional Elemental – Chile, encontramos a materialização da preocupação com déficit habitacional e a qualidade de vida social. Ao voltarmos nosso olhar para o Elemental, de autoria do arquiteto Alejandro Aravena, visualizamos as tentativas da capital Santiago em implementar politicas habitacionais viáveis.

Ao nos questionarmos sobre que vertente o estado enquadra sua intervenção é bastante notório o aspecto quantitativo, não o qualitativo. No

entanto no aspecto da qualidade, os levantamentos que envolvem esse aspecto demonstram uma grande eficiência na sua adoção, quando busca-se atender, mesmo que parcialmente, as questões ligadas a aquisição e implantação de moradias populares voltadas ao social. A preocupação com a discussão política e social é uma característica do arquiteto Aravena, que defende com esse projeto a possibilidade de uma arquitetura engajada política e socialmente.



Figura 01: Foto do Elemental Chile
Fonte: AU

Analisando o projeto Elemental que teve uma bem sucedida interação entre profissionais e sociedade. Percebe-se, que o mesmo tem galgado referências positivas em âmbito internacional, surgindo como uma experiência de habitação social bem sucedida, que nos mostra grandes expectativas sobre a nova geração de arquitetura pensada para habitação de interesse social com a participação da população, revelando que a preocupação em atender a população de baixa renda se pauta muito mais pelo número de famílias atendidas do que tornar-se um exemplar das construções. No Chile encontram-se três experiências (*Cités, Hogar de Cristo, e a ONG Taller Norte*) destacadas pela sua transcendência urbana, pela participação de sua gestão social e pelos seus resultados quantitativos.”

Como fruto da sua qualidade o Projeto Elemental se expande para outros territórios e em Monterrey (México), encomendado com base no Elemental Chileno, foi construído o projeto de habitação social “Las Anaquas”, pela prefeitura de Nueva Leon para construção de 70 unidades habitacionais em blocos de três pavimentos contínuos, contendo em cada seção um apartamento térreo (primeiro nível) sobreposto por outra unidade de dois níveis (segundo e terceiro nível). O projeto arquitetônico visa atender e facilitar o padrão de vida técnico e econômico dos moradores.

Com esse propósito, o projeto tem 50% da sua área com possibilidade “auto-construtiva”, permitindo o futuro crescimento de acordo com as probabilidades econômicas dos seus habitantes ao longo do tempo, com espaços sob cobertura e propostas de volumes vazios entre uma unidade e outra, protegido de chuvas e garantindo o perfil definitivo para o espaço público que em muitas experiências são danificadas com os “puxadinhos”.

No Brasil, a influencia do Elemental atinge a cidade de São Paulo com a ampla requalificação da favela de Paraisópolis, que atualmente é a segunda maior favela da cidade de São Paulo, conta com 80 mil moradores segundo a prefeitura Municipal de São Paulo, autora do projeto de licitação para a requalificação de Paraisópolis e arcando com 112,9 milhões, dos 172,9 milhões do valor total das obras, enquanto que os 60 milhões restantes foram oriundos do Governo Federal através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). As obras compreendem a urbanização, um parque linear as margens da linha d’água existente na comunidade, construção de unidade básica de saúde, escolas e uma biblioteca, além de mil moradias.

Para a construção das unidades de habitação, foi tomado como base o projeto Elemental chileno. Mas, devido número de habitantes exorbitante, foram construídas em blocos de oito pavimentos, para atender o universo de moradores, seguindo as mesmas possibilidades de ampliação que conserva o perfil original do projeto e evita os puxadinhos descaracterizadores, sendo acrescentados espaços comerciais (mercadinhos, sorveterias, bares) em pontos estratégicos, no pavimento térreo das unidades. Estes espaços estão ligados à geração de emprego e renda, socialização e sustentabilidade da intervenção.

A cidade de Rosario na Argentina, capital da Província de Santa Fé, é a segunda maior daquele país, conta hoje com 1.200 milhões de pessoas. Sofre com os problemas característicos de uma região metropolitana portuária e posteriormente industrial torna-se cenário propicio aos movimentos migratórios, que fazem uma região metropolitana ter um terço das habitações 82,407 e destas 41,29%⁵ são precárias onde suas instalações de água e esgoto são os indicadores mais acentuados.

Embora, a invasão e as habitações irregulares, não seja uma peculiaridade do local, na região metropolitana de Rosario o que mais atravança a

⁵ Dados do FONAVI – Fundo Nacional de Habitação da Argentina 2009

regularização ou legalização dos imóveis são as altas taxas cobradas por esses serviços e faz a ilegalidade fundiária atingir 50% em 2004, segundo o Plan Estratégico Metropolitano.

Segundo o censo argentino de 2001, 11,8% da população metropolitana de Rosario, apresentava o índice de Necessidades Básicas Insatisfeitas (NBI) com 23,19% de habitações possuindo algum tipo de inadequação. A moradia precária somada ao adensamento excessivo chegou naquele período a um décimo das moradias de Rosário e, em Villa Gobernador Gálvez, a concentração da pobreza, o desequilíbrio socioeconômico de uma metrópole heterogênea e fragmentada.

Do ponto de vista da estrutura vinculada aos programas de Habitação de Interesse social, Rosario vive hoje o momento semelhante ao Brasil, onde se estuda possibilidades de reorganizar a estrutura de financiamentos e a utilização de recursos de fundos como o Fundo Nacional de Habitação - FONAVI. No entanto a descentralização das políticas habitacionais, com a possibilidade de gerencia e captação de recursos, através da administração por parte dos Centros Municipais de Distritos (CMD's) ainda não foi regulamentado pela província (Estado) de Santa Fé. Essa não regulamentação impede o município de aumentar suas arrecadações e contratar empréstimos e implantações de políticas de habitação social, o que impede o saneamento do problema habitacional.

A irregularidade sustenta um enfrentamento da questão da moradia que exige uma atenção que abarque uma diversidade de programas, para contrapor os diversos tipos de carências e demandas: urbanização e regularização de favelas e de loteamentos, requalificação de conjuntos habitacionais, construção de moradias pelo poder público e em mutirão, reforma e reciclagem de prédios vazios e abandonados, reforma e melhoria de cortiços, modernização e informatização na prestação de serviços.

De uma forma geral na América Latina, encontramos problemas semelhantes – respeitando as características, peculiaridades e números populacionais. E é na materialização da forma mais marcante de abrigar-se, que a população pobre encontra abrigo para si e para a reprodução das atividades da economia simples que garante as ações de sua subsistência, a sonhada geração de emprego e renda.

O espaço urbano das cidades, pela sua própria organização, denuncia as carências e a situação crítica em que se encontra a sociedade. Nesse sentido, é importante à compreensão do espaço e da economia urbana contemporâneo, visto que essa compreensão é fundamental para futuras ações que garantam a existência do emprego e promova a oportunidades para a população que compõem os bolsões ou aglomerados urbanos precários.

O desenvolvimento das cidades tornou-se um conceito e um instrumento para estabelecer o diálogo social que coloca na mão dos seus beneficiários, os atores locais, a responsabilidade de elaborar e pôr em marcha estratégias sustentáveis de inclusão social, ações pouco percebidas nas periferias latino americana.

Um dos fundamentos desse processo é a mobilização do potencial particular de cada território, os pontos fortes de cada meio local, para melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes. Pois, como Souza (2002) adverte o desenvolvimento que traz efeitos transversais nocivos não é legítimo e, portanto, não merece ser chamado como tal. A mudança deve ser para melhor e os atores locais precisam ser atingidos por este melhor.

Dentro do cenário latinoamericano, o Brasil para suprir a demanda habitacional desenvolve diversas ações algumas bem sucedidas outras menos, ao longo de pouco mais de sete décadas numa luta lenta em relação a velocidade do crescimento dos problemas habitacionais.

Direcionando o foco da observação para Macapá-Amapá que conta com um alto deficit habitacional e desordenamento urbano, observam-se pontuais implantações de políticas habitacionais ao longo de quatro décadas. Tais projetos foram implantados com os seguintes conjuntos habitacionais: Laurindo Banha; Cabralzinho; Jardim Marco Zero (EGO); Central Park; Monaco; Boné Azul; Vitória Régia; e recentemente o Mucajá. No que se refere ao gerenciamento de recursos, financiamento e demais ações referentes a politica urbana e habitacional, foi implantada, juntamente com a superintendencia da Caixa Economica Federal, a Gerência de Filial de Apoio ao Desenvolvimento Urbano (GIDUR), que vem atuando na regulamentação e fiscalização financeira nos últimos cinco anos.

2 – POLÍTICAS ATUAIS DE HABITAÇÃO: A DINÂMICA URBANA EM ÁREAS DE RESSACA COMO O LAGO DA VACA EM MACAPÁ

A magnitude do crescimento de favelas nas cidades grandes e médias, em todo país, representa um presente preocupante e a possibilidade de um futuro dramático.

(MARICATO, 2006)⁶

Procuramos a partir da dinâmica urbana em áreas de ressaca, ponderar sobre as ações das políticas de habitação atuais, sobre a conformação local, em específico na localidade do Lago da Vaca. Ressaltamos, no capítulo anterior, as diversas políticas habitacionais e seus objetivos, mas, no nosso lócus os impactos de tais políticas têm efeito quase nulo, onde se observa a periferização e a pobreza no espaço urbano trazendo como característica a ocupação irregular ou invasões construindo o espaço, gerando impactos ao meio e degradando a vida em oposição ao supracitado, direito humano básico assegurado pelos Direitos Humanos (HABITAT I).

Observações concernentes à urbanização do município de Macapá, seja no âmbito dos programas ou dos discursos políticos, referem-se à ocupação ilegal das áreas de ressaca. E a definição para Ressaca, segundo NÉRI (2004), trata-se de uma acepção de uso regional utilizada para indicar o ecossistema existente na zona costeira do Estado do Amapá. Já a Favela para MARICATO (1996), é aquele espaço onde o morador não tem a posse legal do solo e corre o risco, a todo o momento, de ser despejado gerando, também, a implicação de áreas excluídas do aspecto ambiental e urbano. Nessa definição a autora não se preocupa em considerar a baixa qualidade da moradia como fator categórico do conceito, mas, trata da “posse” como categoria determinante.

Partindo dessas compreensões analisamos o município de Macapá e em especial a área de ressaca do Lago da Vaca, onde entendemos que conciliar desenvolvimento com cidadania, justiça social, preservação do patrimônio ambiental e cultural, precisam-se formular estratégias e ações capazes de harmonizar todas as dimensões que constituem a realidade daqueles moradores. Assim, dentro de nosso projeto, almejamos contemplar a concepção de moradia e o desejo dos moradores de nossa área de estudo, elaborando adequações de teorias, técnicas, e métodos para a elaboração do projeto arquitetônico da

⁶ **Favelas – um universo gigantesco e desconhecido.** Ermínia Maricato, Revista AU 2006.

habitação de interesse social e a preocupação com a incorporação nas ações comunitárias e nos programas de gestão pública e privada.

Outro aspecto a ser avaliado é o atendimento do produto final gerado pelo sistema construtivo à norma de desempenho NBR 15.575, que define os critérios de desempenho de segurança, habitabilidade e durabilidade que os edifícios habitacionais devem atender. É necessário que haja evidências objetivas de que o sistema construtivo atende a estes critérios e seja aprovado pelo SINAT – Sistema Nacional de Aprovações Técnicas. Finalmente, o sistema construtivo deve ser avaliado em relação ao seu compromisso com a sustentabilidade nas três dimensões: econômica, ambiental e social.

Um dos feitos observados e eleitos para o embasamento técnico do nosso projeto arquitetônico da Habitação de interesse social é a sustentabilidade arquitetônica envolvendo as três dimensões supracitadas. A preocupação com a sustentabilidade na construção é hoje uma prioridade mundial, objeto de inquietação, onde os olhares estão voltados em favor dessa causa e cada dia novas pesquisas e ações de múltiplos países buscam novas alternativas, diretrizes, projetos e tecnologias focadas na eficiência energética, redução de emissões, economia e uso racional da água, utilização de materiais locais e reciclados, conforto ambiental, qualidade do ar interno, minimização de resíduos, gestão do lixo e educação ambiental

Por fim, as oportunidades e os desafios no mercado de habitação de interesse social são inúmeros e não pode ser desprezados pelas políticas de habitação voltadas a essa parcela da sociedade. Nem as diretrizes, tecnologias e práticas, já desenvolvidas, que orientam os projetos e os empreendimentos, incluindo, além da dimensão financeira - muito importante, as dimensões ambientais e sociais, principalmente em se tratando de uma intervenção focada na população de baixa renda e que pouco tem acesso ao que se busca em sustentabilidade.

E para aumentar esse desafio, surge a ressaca Lago da Vaca, buscando entrar nesse cenário de políticas habitacional, podendo assim, utilizar esses investimentos para dar melhoria na qualidade de vida da população.

2.1 – A Periferização e a Pobreza no Espaço Urbano: A Ocupação do Lago da Vaca

A urbanização do Lago da Vaca, uma localidade encravada na periferia da periferia, no bairro Novo Horizonte – zona norte da cidade de Macapá, ocorreu de maneira acelerada, sem planejamento, fazendo permanecer a pobreza, onde os habitantes são relegados à inúmeras carências imposta pela fragmentação da estrutura urbana, nesse espraiamento urbano, que para como Carbonell (1999), o “*sprawl*” é um fenômeno ligado ao crescimento sem planejamento que acentua a concentração das mais vantajosas atividades econômicas colocando-as distantes dos pobres, reduzindo as oportunidades e acessibilidades à inclusão econômica, política e social.

[...] um indivíduo não é mais pobre ou menos pobre porque consome um pouco menos ou um pouco mais. A definição de pobreza deve ir além dessa pesquisa estatística para situar o homem na sociedade global à qual pertence, porquanto a pobreza não é apenas uma categoria econômica mas também uma categoria política acima de tudo. Estamos lidando com um problema social.

(SANTOS, 1979, p.10).

Nesse sentido entendemos a pobreza como fenômeno difícil de se definir, como ela ocorre no espaço geográfico, e em específico no urbano dos países pobres e emergentes como é o nosso, ocorrência que não passa despercebido facilmente.

O procedimento de periferização, onde ocorre o enorme aumento de periferias, em que o urbano sofre o espraiamento desordenado, é compreendido como dois pontos fortes: 1) da momentânea condição de reprodução da pobreza na sociedade acontecendo de maneira desigual e 2) como o poder público vem destinando investimentos em infraestrutura e demais elementos urbanos e sociais.

A produção de espaços específicos para o exercício das atividades hegemônicas, somada às inúmeras intervenções do setor público, que busca através de suas ações privilegiar sobretudo os agentes hegemônicos e as parcelas com maior poder aquisitivo da sociedade, conduziu à periferização, entendida como o processo de exclusão social e geográfica das modernizações do país. As periferias urbanas são o exemplo mais cabal da valorização desigual dos homens e dos lugares.

(ALMEIDA, 2003, p. 218).

Com base em BECKER (2006), a Amazônia brasileira, comportava no ano de 2000 mais de 69% da população habitando as cidades, espaço onde a pobreza se materializa e se expressa na carência estrutural das cidades que, portanto, mostra a deficiência do poder público em suprir as necessidades básicas dos habitantes. Com a maioria da população da Amazônia concentrando-se nas cidades, estas necessitam de políticas habitacionais responsáveis e eficientes que evitem os processos de favelização, tão recorrente, e a ausência de infraestrutura urbana e serviços públicos básicos sejam substancialmente dirimidos, sobretudo onde mais ocorrem essas carências que são as capitais dos estados e Macapá por ser delas, sofre diretamente tais efeitos.

Tal favelização que ocorre no fenômeno do Urban Sprawl, ou espraiamento urbano - compreendido como o crescimento exagerado da cidade, a partir de eixos principais de acesso e de práticas como a produção de subúrbios, marca do crescimento urbano desconcentrado e desordenado, não denso e que deixa vazios urbanos na mancha onde se espalha e quase sempre produz um efeito destrutivo sobre o meio ambiente e a qualidade de vida da cidade - destina ou deixa como “única” oportunidade aos seus habitantes menos favorecidos economicamente essas áreas suburbanas desfavorecidas do compromisso e das políticas públicas.

A carência estrutural dentro do espraiamento acaba definindo formas de apropriar-se e utilizar-se dos espaços permitidos ou proibidos no cenário de uma economia de mercado que hierarquiza e marca por desigualdades de renda extremas, e corroborando com isso a legislação urbana acaba dividindo a cidade em duas: a) cidade legal, a que é constituída por classe média, empresas e grupos de classe e renda alta e alguns poucos setores populares; b) cidade ilegal locais da maior parte dos habitantes de classe de baixa renda e os que estão abaixo da linha de pobreza. Com isso, nossa base legal “acaba por definir territórios dentro e fora da lei, ou seja, configura regiões de plena cidadania e regiões de cidadania limitada” (ROLNIK, 1997, p. 13).

Observando o nosso local de estudo, o Lago da Vaca, e as discussões de teóricos como Amélia Damiani que nos alerta para a compreensão de que a urbanização no Brasil é crítica ou que a urbanização e a cidade não ocorrem para todos é que iniciamos nossas compreensões sobre a não inclusão da população

pobre do local no mercado de trabalho, nas políticas de habitação, nem ao acesso às infraestruturas básicas.

“Para construir seu abrigo, o homem sempre tirou da mata o que necessitava, de maneira inteligente, com ferramentas muito simples”. Severiano Porto afirma, ainda, que as construções populares regionais existem porque são boas e baratas, elas não acontecem por acaso. Surpreendeu o arquiteto a habilidade da mão de obra local em trabalhar a madeira e o envolvimento dela na construção.

A arquitetura amazônica visa o maior conforto possível para as condições que se encontram na região. Além de utilizar-se de materiais simples e de fácil acesso, buscam-se alternativas estética e funcionalmente harmoniosas.

SABBAG (2003).

O *Sprawl* urbano ocorre amplamente em Macapá a partir da década de 1990 onde sua borda periurbana, com algumas reservas, passa a significar o setor menos assistido em equipamentos e políticas urbanas. Este fenômeno vem se agravando ao longo dos últimos vinte anos, onde a mega-acumulação alarga disparidades, má distribuição e modelos urbanos estruturais “globalizados”, o que transformou a estrutura urbana fragmentada, apartando suas possibilidades de funcionamento orgânico ou precariamente sistêmica, e espraiada, produzindo assim, mais barreiras à inclusão social de seus habitantes.

Considerando-se os limites da inserção, no mercado de trabalho, da força de trabalho disponível nas grandes cidades, considerando-se, também, como fundamento e base de desenvolvimento das cidades, como corpo cidadão ou na sua materialidade, a propriedade da terra capitalizada, que sustenta um amplo campo de negócios urbanos, a urbanização em nosso país é crítica.

(DAMIANI, 2000, p.30).

A fatia pobre, ou dos que se encontram abaixo da linha de pobreza, da população que habita a cidade de Macapá – não diferente das demais cidades - é por muito observada como a “culpada” pelo não ordenamento urbano, desordem social, criminalidade, entropia ou decomposição do espaço urbano e social, no entanto, esta é a fatia que mais sente com estes processos. Até mesmo, como ressalta SANTOS (1979), há um preconceito com o desenvolvimento das atividades urbanas pelos ou para os pobres que acaba sendo reforçado pela ideologia dos planejamentos urbanos, complementado e estabelecendo uma “higienização” do urbano, com as amplas remoções que transplantam os

habitantes sem respeitar suas identidades, seus sentimentos de pertencimento ou outros aspectos sociais.

Na década de 1990 Macapá sofreu uma grande migração oriunda de vários estados brasileiros, movimento este que contribuiu para o aumento da população de Macapá, que passou de 154.063 mil em 1991 para 424.683 mil em 2000⁷, nessa migração um dos bairros que mais receberam migrantes foi o bairro no Novo Horizonte onde está localizado o Lago da Vaca (fonte IBGE).

Não diferente da prática de obtenção da moradia em Macapá, a ocupação do Lago da Vaca é fruto de invasão, a subperiferia do espraiamento urbano, onde na área úmida notamos a presença de residências instaladas em condições impactantes à natureza e contribuindo para a construção de um espaço deletério e degradante.

O processo de ocupação percebido nas entrevistas realizadas com os moradores e posteriormente checado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitacional (SEMDUH) dá conta de que a ocupação do Lago da Vaca ocorreu no ano de 1992 com a criação do Bairro Novo Horizonte, só que ainda de forma tímida, e no ano de 1998 teve seu ápice com a ocupação final, onde os moradores “invasores” organizam-se e abrem as ruas conservando o mesmo alinhamento das ruas e avenidas existente no Novo Horizonte. Depois desse processo de organização das ruas e definiram a dimensão dos quarteirões e no ano de 1998 na luta organizada pela associação de moradores, conseguem juntamente com a Prefeitura Municipal de Macapá (PMM) a terraplanagem das mesmas e em troca o acordo de não invadirem as áreas de ressaca que no momento ainda encontravam-se pouco ocupadas, em troca recebem o título de posse provisória.

⁷ Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

3 – REFLEXÕES METODOLÓGICAS, ESCOLHAS E APRECIÇÕES

A escolha da metodologia utilizada na pesquisa partiu de contatos prévios e observações das características do objeto de pesquisa, para obtermos as concepções de habitação apreendidas pelos moradores da comunidade do Lago da Vaca, observando e respeitando as dificuldades educacionais, culturais e falta de acesso as informações e ao conhecimento de todos os aspectos legais, urbanísticos, arquitetônicos e técnicos, por parte dos moradores da localidade.

No entanto, o nosso objetivo era observar e constatar de que forma aqueles cidadãos se percebiam dentro de um espaço urbano conflituoso, de ocupação irregular e construções de moradias totalmente adversas às mínimas condições de habitação, de acordo com princípios básicos que devem nortear um projeto arquitetônico.

Mesmo partindo de um juízo prévio de que os moradores ali inseridos, pouco ou nada, saberiam informar a respeito de aspectos técnicos ou legais, tínhamos a consciência que esse posicionamento era mero empirismo e que para constatar ou observar outras formas de falar sobre tais aspectos/princípios seria necessário o “mergulho” científico com métodos e instrumentos, possíveis de constatar as possíveis opiniões dos moradores.

Para essa pesquisa, quanto ao tipo e procedimentos de coleta de dados, optamos pela utilização do **Estudo de Caso** com uma abordagem **Qualitativa** e ênfase **Hermenêutica**. Logo, a escolha do Estudo de Caso se deu com base nas reflexões apontadas por Robert Yin, onde observamos esse estudo como a estratégia indicada e que trás como características a análise profunda de um objeto; busca analisar situações no contexto real; inicia a partir de um contexto teórico e aberto ao inesperado; utiliza múltiplas fontes de dados: entrevista, observação, documentos; pode utilizar dados quantitativos como uma fonte adicional de dados, mas não tem fim nela mesma; podendo utilizar estudos de múltiplos casos visando comparar, enriquecer e não “quantificar”. Deste modo, como afirma GODOY (1995, p. 25) o Estudo de Caso “visa ao exame detalhado de um ambiente, de um sujeito ou de uma situação em particular”.

A abordagem definida para a elaboração do referencial metodológico dessa pesquisa foi a abordagem **Qualitativa** onde acreditamos apoiados em (PATON, 1986) que “A principal característica das pesquisas qualitativas é o fato

de que estas seguem a tradição 'compreensiva' ou 'interpretativa'. O fenômeno foi investigado por meio da percepção dos sujeitos envolvidos onde analisamos a partir das apreensões das realidades dos moradores do Lago da Vaca suas percepções sobre as influências dos impactos provocados pela ocupação irregular, suas necessidades e concepções de habitação, para após esse momento do estudo, elaborarmos os nossos projetos arquitetônicos e intervenções.

Segundo o que afirma MINAYO (1994 apud FIGUEIREDO, 2008, p. 96), "a pesquisa qualitativa é utilizada na impossibilidade de investigar e compreender, por meio de dados estatísticos, os fenômenos voltados para a percepção, a intuição e a subjetividade". Já outra designação observada é de que a pesquisa qualitativa "abriga correspondentes de pesquisa muito diferentes. Em síntese, essas correntes se fundamentam em alguns pressupostos contrários ao modelo experimental e adotam métodos e técnicas de pesquisa diferentes dos estudos experimentais.

A abordagem de pesquisa qualitativa é o caminho do pensamento a ser seguido. Ocupa um lugar central na teoria e trata-se basicamente do conjunto de técnicas a ser adotada para construir uma realidade. Para GODOY (1995, p. 58) o ambiente é visto

"como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento chave; possui caráter descritivo; o processo é o foco principal de abordagem e não o resultado ou o produto; a análise dos dados foi realizada de forma intuitiva e indutivamente pelo pesquisador; não requereu o uso de técnicas e métodos estatísticos; e, por fim, teve como preocupação maior a interpretação de fenômenos e a atribuição de resultados".

Na busca de cumprir a interpretação de fenômenos e atribuir resultados, a pesquisa qualitativa trabalha com materiais pouco estruturados e dados não passíveis de quantificação, envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com o objeto de estudo ao passo que coleta e analisa narrativas, onde trabalha "com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos [...]" (MINAYO, 2002, p.21-22).

GIL (1991, p. 46) nos mostra que, "embora as pesquisas geralmente apontem para objetivos específicos, estas podem ser classificadas em três

grupos: estudos exploratórios, descritivos e explicativos”. GODOY (1995, p. 62) nos assinala a diversidade existente entre os trabalhos qualitativos e aponta as características essenciais de uma pesquisa desse tipo: a) O ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental; b) O caráter descritivo; c) O significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida como preocupação do investigador; e d) o Enfoque indutivo.

Metodologicamente, partimos do objetivo da análise, com ênfase fenomenológica hermenêutica crítica sobre o processo de ocupação da área de ressaca (Área Úmida) do Lago da Vaca em Macapá, que vem aumentando significativamente, mesmo sem as devidas condições de vida humana. Esse local passa por um processo crítico de ocupação onde o avanço de áreas degradadas é bastante significativo e parte de sua área úmida vem sendo aterrada e ocupada. Daí a importância de planejamentos eficientes e viáveis a fim de conter esse processo prejudicial à vida e à saúde. Não podendo deixar de lado as percepções e apreensões da realidade dos habitantes do local, com planos e intervenções “elaborados em gabinetes” a partir de decretos sem consultas aos atuais ou futuros habitantes.

Para entendermos melhor a situação estudada, seus fatores e apreensões dos atores, acreditamos com base na fundamentação metodológica escolhida que se faz necessário o estudo dos “*feitos de bastidores*” que são fundamentais para a compreensão da “*Matriz básica*” do momento histórico e suas consequências futuras.

Com base em levantamentos realizados nas áreas de ressacas de Macapá, buscamos refletir, a partir da opinião dos habitantes, sobre propostas que atendam as especificidades da área. Uma proposta trazendo os equipamentos e orientações mínimas estabelecidas nas legislações locais e reflexões sobre os tipos de habitação propícios para a localidade. Este último item foi o foco central do nosso trabalho de pesquisa para, conhecendo o problema a fundo, materializarmos a proposta arquitetônica – Habitação Tipo desenvolvida com a participação dos moradores do local.

Fez-se necessário, portanto, um estudo qualitativo com ênfase fenomenológica hermenêutica crítica que partisse do recorte histórico e filosófico com o objetivo de buscarmos conhecimento e entendimento das diversas formas de pensar dos habitantes do Lago da Vaca e contrapor com as políticas de

habitação (e demais políticas públicas) em âmbito nacional, estadual e municipal, de que forma as mesmas chegam ou quais os impedimentos para que não cheguem ao local em estudo. Ou seja, é necessária uma profunda observação fenomenológica das essências encontradas nos contextos onde se analisem hermeneuticamente todas as “entre linhas” do estudo em foco.

Partindo dessa compreensão, percebemos que é necessário para uma prática transformadora, que a mesma ocorra a partir da realidade concreta visando uma transformação mais consciente, este fato pode ter como base o ato investigativo em busca de gerar a capacidade de compreensão e futuras intervenções. Baseados nestes preceitos, almejamos desenvolver em nossa pesquisa, “ato investigativo”, onde ela buscava apontar as intervenções ou transformações e de que modo o habitante do Lago da Vaca se percebe “*num contexto coletivo degradado*”, para somente, a partir daí, desenvolvermos o momento seguinte que era o da elaboração da intervenção arquitetônica naquela comunidade.

Entendemos que, para a construção da prática investigativa sobre o Lago da Vaca, se faz necessário, a compreensão do fenômeno habitacional das áreas de ressaca em Macapá. Para tanto é preciso um processo calcado nas investigações de fatores como idéias, aspectos econômicos, político e sociais para compreensão da problemática habitacional concreta. Compreensão, a partir das percepções dos habitantes, dos fatos “do mundo do vivido” para o entendimento da “matriz básica”, do objeto de estudo.

A intencionalidade, do estudo fenomenológico, consiste em ter por idéia fundamental, básica, a intencionalidade da consciência, entendida como a direção da consciência para compreender o mundo, o que Moreira (2004) define como a consciência da consciência. Com isso percebemos que por meio da intencionalidade da consciência todos os atos, gestos, hábitos e qualquer ação humana têm um significado.

Na área do Lago da Vaca, buscamos, deste modo, o estudo das “essências” e proposições de descrever o fenômeno, voltando-nos para as coisas como elas manifestam-se, na busca da compreensão do ser humano voltando-se para “experiências vividas”, “o mundo vivido”, cujo contexto é o dia-a-dia, ou o mundo, o cotidiano, a ocupação desordenada e, no nosso caso, a construção de uma proposta arquitetônica de uma Habitação Tipo para o Lago da Vaca.

Com esse estudo procuramos entender para atender as reivindicações dos moradores com serviços de qualidade, além de uma moradia digna (nosso foco principal). Por isso buscamos contribuir com o desenvolvimento de uma intervenção no âmbito da habitação de interesse social no local com responsabilidade política, social, e principalmente ambiental, que partisse da opinião do habitante do local.

3.1 - A Escolha do Local:

Nos próximos anos, um dos principais focos destas preocupações e do mercado imobiliário, será o segmento de Habitação de Interesse Social (HIS), já que a economia vem ofertando subsídios com baixos juros e aumento dos recursos para o crédito imobiliário na tentativa da diminuição do déficit habitacional, o governo federal lançou o Programa Minha Casa Minha Vida, buscando viabilizar o acesso a um milhão de moradias para famílias com renda de até 10 salários mínimos, com maior subsídio para a baixa renda, maior acesso a financiamento pelo FGTS, redução do risco do financiamento e redução do prêmio do seguro. O Programa, portanto, busca reduzir o déficit habitacional brasileiro em 14%, e em se mantendo este índice de redução nacional seriam, teoricamente, construídas em Macapá 11,2 mil habitações do total deficitário de 30.000 habitações na atualidade, segundo dados do governo do estado do Amapá - GEA.

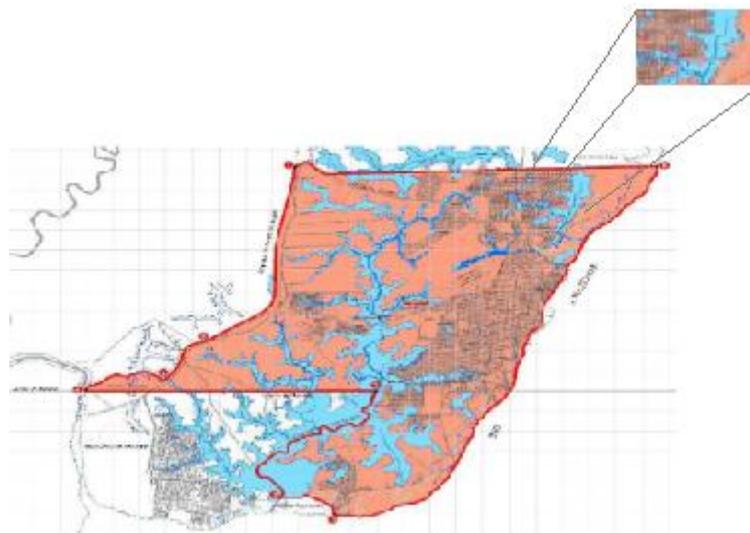


Figura 02 Mapa urbano de Macapá com área do Lago da Vaca Acervo do Grupo com base no Mapa - PMM

Macapá, Já visando todas essas oportunidades está se enquadrando para barganhar esses incentivos⁸ para projetos de habitação de interesse social na área de ressaca Lago da Vaca e através programas de habitação, poderá movimentar a economia local, uma vez que, no Brasil O nível de emprego na construção civil cresceu 1,27% em agosto em relação a julho no País, com a contratação de 38.770 pessoas, segundo pesquisa mensal feita pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (SindusCon-SP) em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV). De acordo com o sindicato, os números mostram que o setor continua crescendo, mas num nível menos intenso que em 2010. Conforme a pesquisa, no acumulado do ano de 2011 o aumento no número de vagas no setor foi de 9,44% e nos últimos 12 meses a alta foi de 7,77%, com contratação de 223.293 pessoas. Os números são menores do que os registrados em 2010, quando o setor teve alta de 14,76%. Segundo Sergio Watanabe, presidente do sindicato, a construção civil no País continua com mercado aquecido e está ascendendo de forma mais gradual. A construção civil emprega no Brasil 3.096.470 trabalhadores com carteira assinada. A região Sudeste possui o maior número de vagas (1.585.439), seguida do Nordeste (646.340), Sul (431.833), Centro-Oeste (245.379) e Norte (187.479).

Existem diferentes estratégias para a área de estudo. Os planos diretores, por exemplo, quando se referem direta ou exclusivamente ao município, adotam os limites territoriais legais e restringem os cenários e propostas a esse espaço em constante ebulição.

O nosso planejamento tem como objetivo projetar uma casa, dentro do polígonos chamados raios de ação, este raio de ação compreende, a área do Lago da Vaca, uma faixa de terra com parte úmida, onde se localizam 419 residências com 1.002 habitantes segundo dados censitários do IBGE – 2010.

A área do lago da Vaca foi escolhida após um prévio levantamento histórico de localidades surgidas a partir de invasões em áreas úmidas ou de ressaca, de um levantamento econômico e um posterior levantamento socioeconômico onde foi constatada a necessidade dos moradores por melhor qualidade de vida.

De acordo com a legislação municipal, nossa área de intervenção está localizada no setor residencial 04(SR4), conforme a seguinte setorização: **Setor Residencial 4 (SR4)**: Área compreendida pelos loteamentos Brasil Novo, Sol Nascente, Alencar, Boné Azul, Jardim Felicidade, Novo Horizonte, Renascer I, Renascer II, Pantanal, São Lázaro, Infraero I, Infraero II e Marabaixo e a área desocupada sob domínio da INFRAERO.

Quadro 03: Quadro de usos e atividades.

SETOR	USOS E ATIVIDADES		
	DIRETRIZES	USOS PERMITIDOS	OBSERVAÇÕES
Residencial 4 - SR4	uso residencial; atividades comerciais e de serviços de apoio à moradia com restrição às atividades que causem incômodo à vizinhança	residencial uni e multifamiliar; comercial e industrial níveis 1 e 2; de serviços níveis 1, 2 e 3; agrícola nível 3	de serviços nível 3 somente clube e estabelecimento de ensino fundamental, médio, técnico e profissionalizante; agrícola nível 3 exceto criação de aves e ovinos

Fonte: lei do uso e ocupação do solo de Macapá (2007).

Essa área pode ser utilizada como residencial multi e unifamiliar com baixa e média densidade demográfica com verticalização baixa. A taxa de ocupação permitida na área é de 60% do lote, mostrando que esse índice nos leva a refletir sobre a necessidade de uma taxa de permeabilização elevada, permitindo o fluxo natural das águas pluviais para os mananciais de ressacas. Isso proporciona a idéia de criarmos mecanismos que não impeçam esse fluxo de águas para as regiões mais baixas, conforme o quadro abaixo extraído da Lei de Uso e Ocupação do Solo de Macapá (2007):

Quadro 04: Quadro de intensidade de ocupação

SETOR	DIRETRIZES PARA INTENSIDADE DE OCUPAÇÃO	PARÂMETROS PARA OCUPAÇÃO DO SOLO					
		CAT máximo	Altura Máxima da Edificação (m)	Taxa de Ocupação Máxima	Taxa de Permeabilização Mínima	Afastamentos Mínimos	
						Frontal	Lateral e fundos
Residencial 4 - SR4	baixa densidade verticalização baixa (*)	1,0 (a)	14	60%	20%	3,0 ou 0,2 x H (d)	2,5 ou 0,3 x H (d)
Eixos de Atividades 2 - EA2	média densidade/ verticalização baixa (*)			70%	15%	5,0 ou 0,2 x H (d)	

Fonte: lei do uso e ocupação do solo de Macapá (2007).

O Plano Diretor é o mecanismo de amparo legal, das legislações urbanísticas de uma cidade, este instrumento propicia a melhoria da qualidade de vida para todos os seus habitantes, e valoriza o patrimônio ambiental urbano,

repartindo de forma igualitária os serviços essenciais, como por exemplo: saúde e educação.

No zoneamento previsto pelo Plano Diretor para a área de intervenção encontra-se entre duas subzonas, prioritárias para implantação de infraestrutura urbana e de proteção especial; a primeira que visa a implantar áreas em que a população se instalaram de forma extensiva, Ampliação do saneamento básico, uma vez que em todo o estado existe apenas 6%, investir em áreas ocupadas por habitante de baixa renda; valorização de área de concentração comercial para formação de subcentros, adequação do Matadouro Municipal às condições ambientais, tendo em vista a sua importância econômica e social.

Nesta área o coeficiente de aproveitamento de terreno é médio ou baixo, condicionados à implantação de infra-estrutura urbana, podendo projetar edificação horizontal ou verticalização baixa condicionada à capacidade de infra-estrutura urbana.

- A **segunda subzona** está relacionada às condições ambientais amparadas por normas jurídicas especiais que prevalecerão sobre as normas urbanísticas incidentes. As ressacas, faixas de proteção de rios e igarapés que cortam a Zona Urbana, áreas de preservação e lazer e unidades de conservação estão salvaguardadas pela legislação

A Legislação Municipal abrange como prioridades as áreas de ressaca, em especial as que se encontram desordenada e que possuem grande alteração em sua natureza, visando esta falta de planejamento foi feito mapeamento de áreas no município que pudesse servir de assentamento para atender a população dessas áreas que muitas vezes se encontram em condições subumanas, recupera e protege o ecossistema que em sua amplitude sofre intervenção danosa por parte desses moradores utilizando programas presumidos nesta lei.

Recuperar áreas ocupadas ou com utilização inadequada, preservar essas áreas consideradas frágeis, é de fundamental importância, pois são agentes condicionadores do clima, proporcionando uma sensação de conforto.

De acordo com a educação ambiental, cujo objetivo é o desenvolvimento da consciência crítica para atividades de participação e integração dos indivíduos no engajamento social e nas responsabilidades coletivas, deve estar comprometida com uma abordagem da questão ambiental

que interrelacione os aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais, científicos, tecnológicos, ecológicos e éticos.

A Flora nativa no território amapaense e as demais formas de vegetação reconhecidas de utilização ambiental são bens de interesse comum a todos os habitantes do Estado, exercendo-se o direito de propriedade com as limitações que a legislação em geral e especialmente esta Lei estabelecerem.

Consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito da Lei Complementar **nº0005 18 de agosto de 1994** (artigo 41) as áreas ou Mostra-nos os limites toleráveis para que possam ser preservadas as linhas d'águas dos ecossistemas presentes nas áreas de ressacas. Em nossa área de estudo se enquadra nos limites: maior que cinqüenta metros e menor que 200 metros, ficando uma faixa de preservação de 100 metros da margem da ressaca.

A Lei nacional nº 6938, nos põem a parte das políticas de proteção ambiental, assegurando condições para o desenvolvimento socioeconômico, fiscalizando o uso dos recursos ambientais, controlando atividades poluidoras, proteção de áreas degradadas e educação ambiental.

A causa que reformulou a Lei nº 0455 foi à exclusão do ecossistema de várzea, ocasionando grande perda para o meio ambiente, pois a várzea e detentora de um importantíssimo papel de equilíbrio do ecossistema. Mas para o bem da natureza a Lei nº 0835 derruba a lei anterior e propõem a fiscalização da ocupação urbana, o uso econômico e gestões de políticas públicas para área de ressaca e várzeas, visando o ordenamento urbano e paisagístico para melhoria de vida dos habitantes, priorizando a criação de unidade de conservação nas áreas que não sofreram intervenção humana

A Lei nº 0455 reza a importância da conservação das áreas de ressaca do Amapá através de tombamentos, firmando restrições para atividade que gerem um alto grau de poluição, para pavimentação só será permitido em casos de contenção de efeitos naturais ou influenciado pelo homem, como exemplo: degradação, erosão, assoreamento ou qualquer outra intervenção danosa na área.

De acordo com os dados da lei complementar percebemos que em uma intervenção mais ampla, deveria ser criada uma **faixa de 100 metros** às margens da área de ressaca para preservação permanente e conservação de sua forma original e intacta. Pois nessa região os cursos de água ficam a,

aproximadamente, mais de 50 metros da margem da terra firme. A partir de então, deveriam ser criadas outras zonas de acordo com a permissão e o nível de impacto causado à ressaca existente. Criando-se também um sub-centro comercial com base nos indícios vocacionais existentes na localidade, com o objetivo de geração de emprego e renda.

3.2 – O Espaço Contraditório construído no Lago da Vaca

A ocorrência da construção contraditória do espaço na comunidade do Lago da Vaca se dá a partir do feitio da distribuição dos lotes, é algo que ocorre, no início da década 1990. Esse fenômeno, além de representar, em termos técnicos, uma perda de qualidade do lote, não existe uma regulamentação para os invasores, configurando um cenário totalmente desorganizado.

Isso se torna notório quando observamos as demarcações dos antigos vizinhos, que para garantir os terrenos traziam seus familiares para demarcarem áreas em conjunto, visando morarem próximo um dos outros, para confirmar essa observação encontramos um exemplo na Rua Geriba de Almeida um terreno medindo 30x30 sendo que no mesmo estavam três casa uma ao lado da outra, sem divisão de muros ou cercas, fazendo uma delimitação previamente acertada entre família, mas cada casa se encontrava em seu espaço, pois hoje em media os terrenos do Lago da Vaca medem 10x30 metros.

Observamos que muitos moradores são beneficiados pela legislação usucapião, especial de imóvel urbano que foi inserida na Constituição Federal de 1988, artigo 183. Ela busca assegurar a posse efetiva de uma área ou edificação urbana de até, no máximo, 250 m² para o morador que a ocupa por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição. Além da exigência de área máxima e da ausência de contestação, o beneficiário não pode ser proprietário de outro imóvel urbano ou rural. Isso garante a muitos moradores o direito ao lote que ocupam.

Observamos que na composição das casas dos moradores do Lago da Vaca ocorreram várias caracterizações por parte do morador, já que naquele momento era o que ele poderia financiar. O uso de casa em madeira foi encontrado em sua magnitude, principalmente em áreas próximas da área úmida

Por ser a matéria prima, para construção, mais barata e que pode proporcionar um acabamento construtivo mais rápido para assegurar o terreno.

Outra novidade para área que estiverem em conflitos fundiários é o Estatuto da Cidade que traz a possibilidade da usucapião coletiva, para os casos em que se constata a dificuldade de definir a demarcação de cada lote e seu possuidor, o que é bastante freqüente. Essa dificuldade torna excessivamente morosa ou inviabiliza muitos processos de regularização devido ao custo do levantamento e a complexidade da definição dos limites individuais. Para o que nos interessa, isto é, para uma visão essencialmente urbanística, cabe destacar os seguintes parágrafos do artigo 10 do Estatuto da Cidade.

Analisando outras carências da comunidade, existe a necessidade dos órgãos federal, estadual e municipal reguladores de políticas sociais, desenvolverem ações não só no âmbito da habitação, mas também nos **Serviços Urbanos**, para intervenções realizadas no âmbito urbano com objetivo de atender às necessidades coletivas de fornecimento de água e coleta de esgotos, distribuição de energia elétrica, transporte coletivo e outros serviços que no momento encontram-se precários na comunidade estuda.

A Infraestrutura Urbana: para que possam usufruir de redes físicas de distribuição de água e coleta de esgotos, redes de drenagem, redes de distribuição de energia elétrica, comunicações, sistema viário, etc. Enquanto serviços e infraestrutura percebemos a ausência total da coleta e tratamento de esgotos, redes de drenagem, um quase inexistente fornecimento de água e uma precária rede de fornecimento de energia. No item transporte os habitantes reclamam de mais linhas de ônibus, pois, no momento só se encontra uma linha em circulação.

Os **Equipamentos Sociais:** incluindo as edificações e instalações destinadas às atividades relacionadas com educação, saúde, lazer, entre outros. No que se refere aos Equipamentos Sociais, no Lago da Vaca são diversos os problemas que os moradores enfrentam, como falta de transporte, posto de saúde e policial, escolas do nível infantil ao médio, para a população usufruir desses mecanismos que são garantidos pela constituição, precisam desloca-se de seu bairro ao bairro vizinho que forneça esses serviços, no que diz respeito a transporte coletivo a população para acessar-lo precisam fazer longos percursos.

Outros estão dentro da ressaca onde a mobilidade em geral é feita pelas pontes, utilizando bicicletas e alguns utilizam motocicletas.

Órgãos e instrumentos urbanos a exemplo dos Planos Diretores, ou os grandes marcos legais como a Lei nº 6766/79 não conseguiram ampliar o quantitativo de solo urbanizado para futuras implantações ou para os mercados de baixa renda, um dos fatores influentes no aumento dos assentamentos ou loteamentos irregulares e problemáticos.



Figura 03: distribuição das residências no bairro Lago da Vaca
Fonte: Acervo do Grupo

O Desajuste Fundiário Urbano pode, também, ser visto como um fator determinante na situação atual do Lago da vaca, onde se encontram as habitações próprias edificadas em locais que não são de propriedade do morador, as habitações sem identificação e situados em setores definidos como subnormais.

3.2.1 - Algumas Características Levantadas:

[...] o Encontro de Belgrado (na ex-Iugoslávia), em 1975 [...] gerou a Carta de Belgrado. Esta preconizava uma nova ética planetária para promover a erradicação da pobreza, analfabetismo, fome, poluição, exploração e dominação humanas.

(PEDRINI, 2008, p. 30)

Com o objetivo de diagnosticar as características socioambientais da área estudada, inserida no espaço geográfico pesquisado, realizamos diversas visitas ao local para fazer levantamentos fotográficos, observar o perfil do habitante e seu cotidiano através da aplicação de um estudo estruturado que

originou o levantamento a seguir (quadro 05), onde utilizamos como princípio metodológicos, a pesquisa qualitativa e instrumentos quantitativos, como instrumento de coleta de dados um questionário e para entrevista um roteiro semi-estruturado. A coleta se deu de forma aleatória, aplicada a 96 famílias da comunidade do Lago da Vaca sem critérios de seleção como econômico; social; escolaridade ou outros. Buscou-se também o distanciamento fenomenológico para não interferir nas possíveis respostas, na tentativa de alcançar a neutralidade científica e preservar os envolvidos.

Quadro 05 - Características da comunidade

CARACTERÍSTICAS ENCONTRADAS NO LAGO DA VACA
<ul style="list-style-type: none"> • <u>Origem</u>: a localidade tem sua origem aproximadamente no ano de 1998 com a chega ao local dos primeiros moradores que com a ação de invasão. Construíram as primeiras residencias.
<ul style="list-style-type: none"> • <u>Renda Familiar</u>: a renda familiar dos habitantes da comunidade é bem inferior a um salário mínimo, tal comunidade é formada por catadores de lixo, operários autônomos, desempregados e dos típicos “fazedores de bico”. Uma população que não consegue uma renda digna para a sobrevivência.
<ul style="list-style-type: none"> • <u>Condições de Habitabilidade</u>: Todo brasileiro tem direito habitação. Os que lá vivem, talvez não saibam disso. As condições de moradia são precárias, suas instalações elétricas, hídricas e sanitárias são precárias e insuficientes. No tocante especificamente as questões sanitárias, estas são totalmente prejudiciais e impactantes ao meio ambiente e ao homem que lá está inserido, nem saneamento básico servido de esgotos, nem fossas sépticas, só utilizando sumidouros, parte significativa das residências que ainda encontram-se sobre áreas úmidas seus detritos orgânicos são jogados sob as casas e dentro do lago que os rodeia.
<ul style="list-style-type: none"> • <u>As casas</u> são construções feitas em madeira com poucas residências construídas em alvenaria. Tais residências contam com energia e água, na sua quase totalidade, clandestinas. Plásticos, metais, tábuas e velhas telhas de fibrocimento compõem a construção das residências. Suas instalações internas são lastimáveis, onde famílias numerosas dividem pequenos espaços inseguros.
<ul style="list-style-type: none"> • <u>Regulação dos Lotes</u>: Plano Diretor ou outro instrumento regulador parece ainda não existir ou não perceber localidades “ocultas” como aquela. As construções foram se amontoando no espaço, ocupando solo firme e lago indistintamente.
<ul style="list-style-type: none"> • <u>Acesso a Infra-Estrutura Básica</u>: O único acesso a infra-estrutura básica é através da clandestinidade. Nada de saneamento foi encontrado, rede elétrica e de água precárias e uma recente aplicação de asfalto feita de forma parcial em um trecho de acesso ao local, os chamados “asfalto de eleição”, apenas para atender a única linha de ônibus que circula nas proximidades.
<ul style="list-style-type: none"> • <u>Escolaridade</u>: a escolaridade dos habitantes é baixa, o índice de analfabetismo é grande e a população tem a escola Raimunda dos Passos (ensino fundamental) e outras em bairros vizinhos com ensino médio, para dirimir esta lacuna.
<ul style="list-style-type: none"> • <u>Atendimento de Saúde</u>: no tocante ao atendimento de saúde procedem da mesma forma, quando buscam educação, se deslocam a postos de saúde distantes da área, recorrendo aos de localidades distintas.

Fonte: levantamentos do grupo.

Além da falta de tratamento coletivo eficiente sobre o local, há também, uma enorme carência de infraestrutura para a coleta e tratamento dos resíduos provenientes do esgoto e do lixo doméstico. Pois a população despeja

diretamente na área alagada, podendo gerar sérios problemas de saúde, acarretando, também, a poluição das águas existentes na área.

Segundo nossa lei maior, nos termos do **Art. 196 da CFB**, pressupõe que o Estado deve garantir não apenas serviços públicos de promoção, proteção e recuperação da saúde, mas adotar políticas econômicas e sociais que melhorem as condições de vida da população, evitando, assim, o risco de adoecer. Mas, na prática, não funciona no Lago da Vaca.

No que diz respeito à educação, percebeu-se uma grande carência na comunidade do incentivo ao estudo. As escolas tanto municipais quanto estaduais estão em número insuficiente para atender a demanda de crianças e jovens que precisam se deslocar de seu bairro e percorrer grande caminho para acessar a educação, nos bairros vizinhos.

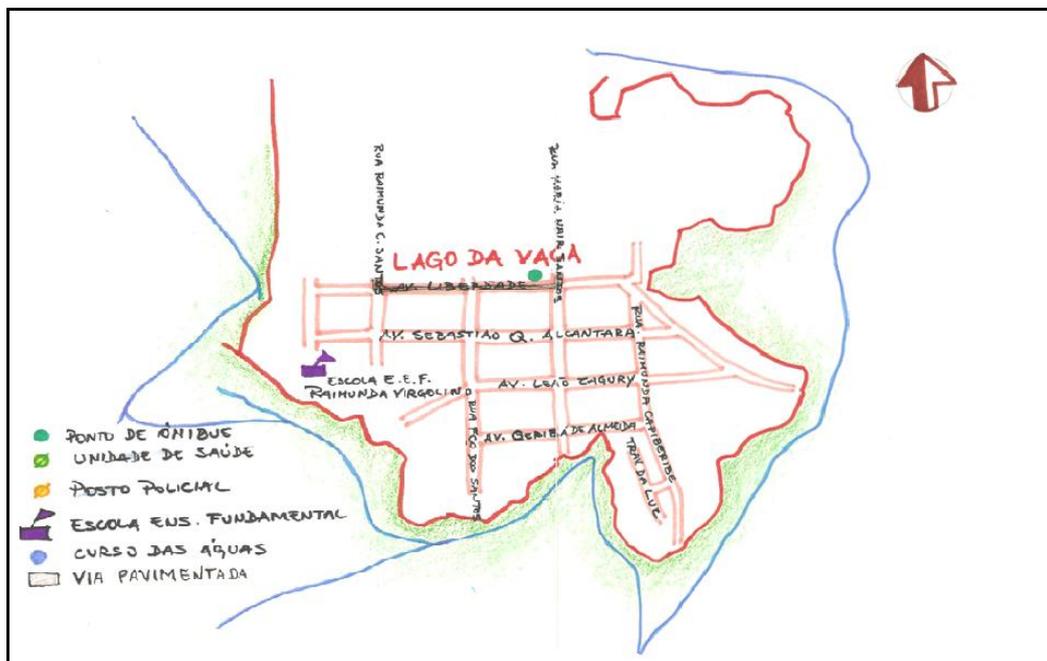


Figura 04: Equipamentos existentes no bairro.
Fonte: Acervo do Grupo.

A população se sente pouco assistida pelo poder público, e reivindica por ações que tragam facilidade para acessar os mecanismos urbanos, pois se constatou uma carência de educação saúde, habitação, transporte, mobilidade, saneamento e acessibilidade.

3.2.2 - Conseqüências Sócio-Ambientais da Ocupação do Lago da Vaca

Partimos de observações no local e posterior realização das entrevistas, para entendermos melhor e de forma mais profunda, o funcionamento

da localidade e o cotidiano das pessoas inseridas naquela comunidade. Parimos, também, de notas teóricas que envolvem ser humano em contextos semelhantes e como ele se comporta frente às adversidades encontradas nos seus mundos vividos.

Localizamos o estado socioeconômico da população do Lago da Vaca e que este vem sendo observado ao longo do tempo por alguns órgãos e estudiosos de diversas áreas ligadas ao desenvolvimento social, habitacional, econômico, entre outros, da cidade de Macapá e, como podemos observar no Quadro abaixo a Média dos Rendimentos Mensais das famílias residentes nas ressacas dos municípios de Macapá, com base nos dados do CPAQ/IEPA e no valor do salário mínimo no ano de 2002 de 180,00 Reais.

Quadro 06 – Rendimento Mensal por Família

Área de Ressaca		Renda Média (R\$)	Renda Média (SM)*
MACAPÁ	Beírol	432,00	2,40
	Chico Dias	370,50	2,06
	Tacacá	202,00	1,12
	Lagoa dos Índios	1082,50	6,01
	Lago do Pacoval	181,00	1,01
	Lago da Vaca	85,50	0,48
	Laguinho/Nova Esperança	142,50	0,79
	Sá Comprido	87,50	0,49

*SM = R\$ 180,00 - Fonte: Dados de campo - CPAQ/IEPA /2002.

Tomando por base os dados acima, pautados no valor do salário mínimo (SM), como índice de referencia à mensuração do nível econômico das populações residentes em áreas úmidas de Macapá se identificou que a comunidade do Lago da Vaca é a de menor rendimento mensal, dados estes que vem legitimar o que vem sendo divulgado popular e empiricamente de que tal comunidade é a mais pobre de Macapá. O que acentua no mundo vivido dos habitantes, adversidades e comportamentos impactantes a eles e ao meio em que estão inseridos.

Observa-se que o ser humano (indivíduo ou estado) cada dia menos se preocupa com o meio ambiente; com a forma de ocupação das áreas úmidas, gerando resultados/consequências visíveis e amplamente discutidos do ser humano se colocando como “dominador” da natureza:

Algumas implicações geradas com tal comportamento humano são:

Quadro 07 – Resultados das ocupações em áreas úmidas

• Crescimento demográfico e a cultura consumista;	• Produção de enormes quantidades de lixo;
• Crise da água potável;	• Desmatamentos;
• Aterros;	• Desertificação;
• Perda da biodiversidade;	• Efeito estufa;
• Redução da camada de ozônio;	• Superaquecimento global.

Fonte: acervo do grupo

Para melhor entendermos o local onde estávamos adentrando com os estudos, realizamos o estudo de caso referente às forças, fraquezas, oportunidades e ameaças ao local, daí optarmos pela análise de SWOT⁹, ferramenta escolhida e vista pelo grupo como a mais indicada.

Quadro 08 – análise de swot elaborada pelo grupo

<p><u>Forças</u></p> <ul style="list-style-type: none"> -contato direto com a natureza; -micro climas; -ventilação; -conforto sonoro; -acesso ao comércio, bancos e órgãos públicos essenciais existentes nas proximidades. 	<p><u>Fraquezas</u></p> <ul style="list-style-type: none"> -único posto de saúde distante (insuficiente); -não acesso às escolas de nível médio; -único posto policial distante (insuficiente); -falta de saneamento básico; -transporte precário; - não urbanização de ruas; -desmatamento, aterros; -ocupação desordenada;
<p><u>Oportunidades</u></p> <ul style="list-style-type: none"> -ampliação de micro climas; -implantação de turismo ecológico e receptivo; -preservação da orla do Rio Amazonas -criação de empregos e serviços; -recuperação e ampliação da biodiversidade; -criação de cooperativas na comunidade; -implantação de programas sociais. 	<p><u>Ameaças</u></p> <ul style="list-style-type: none"> -a saúde da população; -a segurança; -baixo índice escolar; -desconforto térmico; -desertificação; -perda da biodiversidade; -crescimento demográfico e grandes quantidades de lixo -crise da água potável - fossas contaminando o lençol freático;

Fonte: Acervo do Grupo

Após o quadro formado com a análise, passamos a ressaltar algumas variáveis como às variáveis Ambientais; Econômicas; Educacionais; Culturais; Físicas; Sociais e Políticas, e constatamos no primeiro momento, ainda de uma

⁹ SWOT - sigla oriunda do inglês, acrônimo de Forças (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats)³ - que é uma ferramenta utilizada para fazer análise do cenário (ou análise do ambiente) em planejamento estratégico.

forma não aprofundada, que ambas são encontradas em estado precário, onde forma-se a “cidade oculta” e deletéria aos habitantes que lá residem e por consequência transborda e espalha-se por toda a urbe e seus habitantes.

Tal degradação esta ligada diretamente a estas variáveis, o Ambiente agredido, poluído e degradado; na Economia encontram-se catadores de lixo, operários autônomos, domesticas dentre outras funções minimamente remuneradas; na Educação encontramos um baixo nível educacional e auto índice de analfabetos, fator que influi diretamente na Cultura, no Social e no Político.

Sem a educação, e a cultura da preservação ambiental, gera com isso a exclusão física, observáveis nas categorias urbanísticas; habitacional e ambiental, onde se constata na urbanística a desconexão das redes de serviços públicos e equipamentos sociais; na habitacional a ocorrência de moradias precárias e em áreas de risco; e por fim na categoria ambiental percebemos o abandono das áreas públicas, e também privadas, terrenos inconstantes e o convívio com os aterros, lançamentos de lixo e esgotos nas áreas de ressaca.



Figura 05 : Desordem das Ocupações
Fonte: Acervo do Grupo

A forma de ocupação desordenada das áreas úmidas, encontradas próximas ou não da Orla de Macapá é predominante sob a ótica socioambiental e urbana. No que diz respeito ao Lago da Vaca o impacto ambiental foi profundo devido ao intenso aterro e na composição deste o uso indevido de diversos materiais danosos ao ambiente, como sucatas, resíduos eletrônicos, plásticos entre outros, observados durante as visitas ao local.

A intensa expansão urbana da cidade de Macapá para a região norte, com as atividades econômicas sendo implantados em diversos segmentos comerciais, supermercados, distribuidoras e hotéis; administrativas com a

instalação de órgãos dos governos federal, estadual e municipal, contudo, não representou, até então, fator indutor para a adequada urbanização do local, ficando essa preocupação e ação restrita às áreas mais próximas ao perímetro da BR Tancredo Neves 156, podendo ser observado que parte significativa das vias terrestres, nas áreas mais afastadas, não têm qualquer tipo de pavimentação ou está em situação precária (figuras 06).



Figura 06: Vias sem Pavimentação.
Fonte: Acervo do Grupo

O impacto ambiental é observado em todo o espaço estudado, contudo o mais preocupante e de maior profundidade social, econômica, cultural e política é a área do Lago da Vaca, uma área que segundo os moradores mais antigos do local, e as observações que podemos realizar a partir do seu relevo, já foi uma área úmida, uma ressaca que tinha o privilégio de receber influencia de maré e renovar suas águas mantendo-se equilibrada ambientalmente.

O que observamos foi uma área ocupada e degradada, desmontando a beleza cênica e paisagística natural, produzindo e também sendo produto de mazelas sociais, ampliando áreas de risco da cidade nos períodos de inverno e no universo de prejuízos amplia os focos de doenças.



Figura 07: Ocupação na Margem da Ressaca.
Fonte: Acervo do Grupo

Neste mesmo local degradado ocorre a prostituição, o tráfico de drogas, roubos, homicídios e demais mais formas de violência social negada por moradores do local, por medo de represálias, imperando a lei do silêncio ou o “isso não existe aqui”, “aqui é tranquilo”.

3.3.1 - Perfil Socioeconômico do Lago Da Vaca

Encontramos a ocorrência da ocupação desordenada do solo com a passividade do poder público e suas anêmicas ações contribuindo com a falta de saneamento básico, a baixa da qualidade de vida, aumentando a falta de saúde dos habitantes; a flora e a fauna sendo mutiladas e modificadas; o lixo sendo responsável, juntamente com todos os dejetos, pela poluição da área de “ressaca” lá encontrada; pessoas famintas vítimas do desperdício e má distribuição do que é produzido pela humanidade e conseqüentemente vivendo abaixo da linha de pobreza.

Os grandes problemas financeiros enfrentado pelos os moradores de áreas de ressaca, e a ausência dos órgãos regulamentadores de ocupação, contribuem para a elevação desses problemas. A movimentação migratória de pessoas que mudaram para área do Lago da Vaca em busca de facilidade de se ter um lugar para morar e ganhar dinheiro, como se propagou a respeito do Estado Amapá influenciou no aumento das dificuldades sociais nesta área.



Figura 08: Qualidade de Vida Adversa.
Fonte: Acervo do Grupo

Ao questionarmos sobre o grau de satisfação que o morador consegue se enquadrar vivendo na ressaca, ou seja, com que percepção ele enxerga a sua

realidade. Em media os moradores se mostraram se qualquer perspectiva de melhora, pois muitos já se acostumaram a ganhar e se manter com o que os programas dos governos das três esferas federal, estadual e municipal oferecem.

Na questão econômica ligada aos valores dos lotes, realizamos um levantamento junto a Prefeitura Municipal de Macapá e constatamos os seguintes dados do bairro Novo Horizonte:

Quadro 09 – valores de lotes na área

Rua/Avenida	Área m ²	Valor (terreno)	IPTU
Av. Álvaro Carvalho Barbosa	360m ²	30.000	39,90
Rua Alceu Paulo Ramos	360m ²	30.000	40,00
Av. Maria Picanço	360m ²	35.000	43,67
Rua Cícero Marques	360m ³	45.000	49,20

Fonte: Prefeitura Municipal de Macapá

Na área do Lago da Vaca em terra firme, os moradores informaram que não recebem o carnê do IPTU, nas demais por serem áreas alagadas, são isentos de IPTU, sem definição dos lotes, titulação ou qualquer outra forma de legalidade, constituído assim como uma área de ocupação ilegal, portanto só foi possível obtermos os dados dos lotes que cercam e fazem contato geofísico com tal comunidade.

3.3.2 - Diagnóstico paisagístico da localidade

O estado atual da localidade do Lago da Vaca e os impactos naturais ocorridos com a chegada dos habitantes no local deixaram de ser um algo desconhecido para a sociedade, e observamos que o maior agente impactante da área molhada é o homem.

Ao se instalarem nesses ambientes ecologicamente frágeis precisam fazer modificações para suprir suas necessidades de habitação. A perda da funcionalidade climática dos tipos de ambientes existentes, torna-se cada vez mais relacionado a agressão ao meio ambiente para satisfazer as necessidades imediatas, mesmo que isso implique em risco à sua sobrevivência futura.

Encontramos no local, no final de algumas ruas que tinham acesso a ressaca, que habitações são construídas e estas impedem as águas pluviais

desaguarem na ressaca, gerando, com esse impedimento do fluxo das águas, alguns transtornos de alagamento e inundações pontuais relatadas pelos colaboradores das nossas entrevistas.

Na realidade, as populações pobres são mais vulneráveis à degradação ambiental, tendo em vista que, além de estarem em áreas insalubres e de risco, dependem mais desse ambiente natural para sua sobrevivência, com a agravante de não terem acesso aos serviços públicos e privados que poderiam minimizar as más condições de vida.

É lamentável que projetos de urbanização e paisagísticos, que garantiriam enorme valorização dos aspectos ambientais, econômicos e sociais na área do Lago da Vaca, especificamente de sua área de várzea preservada e não respeitada, podendo correr um grande risco de acarretarem enormes prejuízos ao ambiente e aos seus moradores.

A utilização de projetos que venham conter efetivamente a ocupação desordenada e a agressão impactante às áreas úmidas, na área do Lago da Vaca são necessárias e urgentes. Essas intervenções na paisagem natural podem acarretar conseqüências positivas ao meio físico, incluindo o clima, protegendo os cursos d'água, diminuição das queimadas e desmatamentos, proteger a fauna silvestre, inserção de espécies exóticas para a ambiente local pobreza e outros.

3.3.3 - Definição de Parâmetros de Qualidade Ambiental – os Problemas Ambientais Percebidos no Lago da Vaca:

Percebemos segundo GIODA (2002)¹⁰, que o balanço ecológico do planeta esteve protegido por cerca de 4 bilhões de anos e o processo degradativo do meio ambiente tem se agravado proporcionalmente a evolução do homem nos seus 100 mil anos. Avança a partir do início do século XIX com o salto para a era do mundo industrializado e se agrava a cada dia.

Essa visão marca um contraste com os ideais de afirmação humana pelo domínio da natureza que preponderam no contexto social dos séculos XVI e XVII, tempo de afirmação de uma nova ordem burguesa e mercantil.

(CARVALHO, 2000, p. 56)

¹⁰ ADRIANA GIODA. **PROBLEMAS AMBIENTAIS: TEMOS CONSCIÊNCIA DA INFLUÊNCIA DOS MESMOS EM NOSSA VIDA?**

A consciência ecológica e legislações rígidas são apontadas como única forma para evitar problemas futuros e maiores degradações.



Figura 09 – Lançamento de esgoto e lixo
Fonte: acervo do grupo

As legislações desenvolvidas não estão resolvendo os enormes problemas ambientais causados pela ação do homem. Estas ações vêm atingindo não somente o homem, mas, tudo que o cerca como: água; ar; solo; flora; fauna e etc.

Na **Ocupação do Solo**: o “acesso a terra continua sendo um dos maiores desafios de nosso país. O modelo urbanístico brasileiro praticamente se divide em dois: a cidade oficial (cidade legal, registrada em órgãos municipais) e a cidade oculta (ocupação ilegal do solo).



Figura 10 – ocupação adensada
Fonte: acervo do grupo

O **Crescimento Populacional**: ainda é tema de muita polêmica e defendido que o “crescimento populacional é uma forma de proliferação da pobreza. A pobreza e o meio ambiente estão interligados”.

Percebemos esse conceito ao analisarmos as ocupações do ambiente natural do Lago da Vaca para fins de habitação, vislumbraram uma cena típica de

quem opta por morar em áreas de ressacas, o aterramento em um momento futuro será inevitável e a descaracterização da paisagem original urbana, que no momento de sua intervenção o homem vive uma ambigüidade, hora e causador do impacto e vitimas de das modificações nesse ambiente natural.

Para que o cidadão de nossa área de estudo possa usufruir de condições de moradia dignas seria preciso a interação entre os seres humanos, mais para isso é preciso valer o que reza a constituição, todo cidadão tem o direito de a habitação em condições salubres, se esses direitos fossem respeitados teríamos uma organização no sistema fundiária, e déficit habitacional que se tenta diminuir desde na década de 40, já seria bem satisfatório.

O Lixo, um dos maiores transtornos ambientais: O Lixo e o desperdício são problemas bastante discutidos ao lado, também, do saneamento básico, dependendo necessariamente de consciência e educação ambiental que em muito poderia estar contribuindo para diminuição dos trágicos fatores ambientais.



Figura 11 – crescimento de lixo e abandono
Fonte: acervo do grupo

Saneamento Básico: Quando o assunto é saneamento básico surgem inúmeras considerações que precisam ser analisadas pelos gestores, e merecem um planejamento adequado para cada situação, pois refletem diretamente as condições de vida das pessoas e famílias que moram em áreas de ressacas, em especial o Lago da Vaca. Mediante esses números é possível relacionar as principais causas de doenças casuais que afetam os residentes devido à necessidade deste serviço e promover ações preventivas.

Quando o morador de área úmidas despeja os seus dejetos no ambiente que mora, ou seja na ressaca, sem nenhuma prevenção, torna-se alvo fácil de doenças oportunista e nocivas ao homem. Na ressaca Lago da Vaca, devido à aglomeração de habitantes os gestores públicos teriam que se encarregarem de planejar políticas setoriais para o saneamento básico. A rede de esgoto no Estado do Amapá atende um número insuficiente de domicílio 6%, este número contribui para continuamos com um déficit no saneamento básico.



Figura 12: Destino do Esgoto no Bairro.
Fonte: Acervo do Grupo.

Buscando identificar a percepção dos moradores do local, em relação ao ambiente e a área ocupada, observamos que a percepção destes, respeitando todas as suas limitações educacionais e de acesso à informação, não contempla de forma “consciente” as questões ligadas ao zoneamento, preservação ou impacto ambiental. Concentra-se, sim, na solicitação de melhorias da infraestrutura e serviços como: iluminação, ações policiais, saúde, entre outras. Solicitações estas, que sendo atendidas por parte do estado e município, acabam gerando a legalização e incentivo de ocupação de novas áreas de ressaca. No entanto, o nada fazer demonstra a falta de preocupação, abandono e falta de políticas públicas cabíveis ao melhor desenvolvimento da cidade.



Figura 13: área de uso comum – banheiro e lavanderia
Fonte: Acervo do Grupo

Após os estudos realizados, buscando identificar os possíveis impactos ambientais provocados pela ocupação do Lago da Vaca, elaboramos o seguinte quadro de observações sobre o impacto ambiental dos usos da área úmida anteriormente encontrada no local:

Quadro 10: Forma de ocupação do Lago da Vaca.

O processo de ocupação do Lago da Vaca	
Ocorreu e ainda ocorre sem planejamento adequado e tem gerado graves problemas sociais de grande impacto no meio ambiente, destacando-se:	• Ocupação urbana desordenada;
	• Disposição inadequada de resíduos sólidos;
	• Desmatamento das margens do canal;
	• Carência de infra-estrutura básica (água, esgoto e saneamento);
	• Aterramento de área da várzea.

Fonte: Acervo do Grupo.

3.3.4- Sprawl Urbano: conseqüências do crescimento desordenado na comunidade

Para o entendimento ou reflexões sobre a desordenada forma de expansão da cidade de Macapá e conseqüente surgimento da comunidade do Lago da Vaca, observamos que autores, como Carbonell (1999), avaliam o “*sprawl*” como um fenômeno ligado ao crescimento sem planejamento. Já para autores, como Jakob (2004), fazem considerações sobre essa compreensão, não a considerando completamente prejudicial, mas compreende que esse

espraiamento acontece a partir de um princípio de “organização desequilibrado”, realizado com o predominante empenho e desejo do capitalismo sobre os demais.

Diversos teóricos fazem críticas ao “sprawl” urbano, entendendo-o como uma realidade não desejada que, independente da lógica de sua sistemática, sempre será deletéria. Dentre os mais críticos estão Edwing (2000); Nelson (2000) e Voith (2000), no entanto, é da sustentabilidade urbana e da compacidade urbana que vemos as críticas mais contundentes, estes últimos defendem as cidades compactas, maneira de ver a cidade que é hoje praticamente predominante entre os urbanistas da Europa, constituindo-se na “antítese” do *sprawl*.

A partir da divisão em unidades e da definição do nosso recorte passamos a observar, entre os aspectos já mostrados anteriormente ao longo do texto, o aspecto da violência e demais comportamentos ligados ou responsáveis por ela.

O Lago da Vaca sofre hoje as consequências de um crescimento desordenado que não teve ações de planejamento, recebendo pessoas que buscavam uma forma de sobreviver e não tiveram outra opção a não ser se instalar no bairro.

O aglomerado foi se formando na comunidade e as autoridades governamentais nada fizeram para impedir a ocupação daquela área de risco, que hoje oferece consequências à comunidade, que sofre com os vários problemas decorrentes dessa ocupação irregular, que vem se alastrando ao longo dos anos.

Entre os vários problemas enfrentados pela comunidade do bairro, destaca-se a violência que a população enfrenta. Ao se analisar o motivo dessas violências sofridas pelas vítimas, observa-se uma diversidade de alegações, sendo que grande parte dos envolvidos encontravam-se sobre uso de bebida alcóolica ou de entorpecentes.

A tabela a seguir apresenta um levantamento comparativo feito a partir de dados da Polícia Militar de Macapá, no período de janeiro a julho nos anos de 2010 e 2011 referente a violência ocorrida no município, onde através de boletins de ocorrência (BO), gerados pelo atendimento de ocorrências (ficando de fora aquelas solucionadas no local), pode-se verificar que o Lago da Vaca mostra um número elevado em relação aos demais bairros da cidade.

3.3.5. - Demonstrativo estatístico do bairro

A violência nas suas mais variadas formas de manifestação, tornar-se cada vez mais um grave problema urbano, podendo ser observado de forma intensa no local em estudo, levando-se em consideração que o Lago da Vaca está inserido na periferia do Novo Horizonte e também nas proximidades do Jardim Felicidade, em uma área que vem crescendo significativamente nos últimos vinte anos na malha urbana de Macapá.

Os dados abaixo são ocorrências registradas no local, mas não implica dizer que são praticadas pelos moradores da comunidade.

Quadro 11: Índice de Violência.

Bairro	2010			2011		
	Jan./Jul.	Percent.	Média de Bo/mês	Jan./Jul.	Percent.	Média de Bo/mês
Lago da Vaca	199	13,7%	28	147	11,6%	21
Demais Bairros	1.253	86,6%	179	1.119	88,4%	160
Total	1.452	100%	207	1.266	100%	181

Fonte: DIOP (Divisão de Inteligência e Operações) PM

Através de dados estatísticos, observa-se que o porte de arma branca, é a ocorrência com maior número de incidência no bairro, atingindo 15,6%, no período entre janeiro à julho de 2011, seguido de violência doméstica, com 12,2% no mesmo período. Um levantamento estatístico, apresenta um comparativo das ocorrências do bairro entre os anos de 2010 e 2011, onde através desses números elevados, observa-se o desamparo da população e o descaso em relação a segurança pública que hoje encontra-se sem o apoio logístico necessário para que possa oferecer a população seus serviços com qualidade e até mesmo garantir sua própria segurança.

Observemos o quadro abaixo com o comparativo das ocorrências de maior incidência na área

Quadro 12: Índice de Infrações

Infração	2010			2011		
	Tot	Perc	Média de BO/mês	Tot	Perc	Média de BO/mês
1 Arma branca	32	16,2%	5	23	15,6%	3
2 Violência doméstica	21	10,6%	3	18	12,2%	3
3 Furto	19	9,5%	3	16	10,9%	2
4 Lesão Corporal	18	9%	3	16	10,9%	2
5 Ameaça	11	5,5%	2	10	6,8%	1
6 Ato Infracional	11	5,5%	2	9	6,1%	1
7 Desacato	8	4%	1	7	4,8%	1
8 Perturbação do Sossego	9	4,5%	1	9	6,1%	1
9 Porte de arma de fogo	7	3,5%	1	3	2%	0
10 Vias de fato	8	4%	1	8	5,4%	1
11 Homicídio	5	2,5%	1	3	2%	0
Demais delitos	50	25,1%	7	25	17%	4
Total	199	100%	28	147	100%	21

Fonte: DIOP (Divisão de Inteligência e Operações) PM

Um fato contraditório ao mostrado pela tabela acima, são os depoimentos dos moradores, se referindo a segurança, furtos, tráfico de drogas, violência entre outros, os mesmos afirmam ser o Lago da Vaca um local tranquilo e sem ocorrências do tipo constatadas junto a polícia. Seria a “Lei do Silêncio” imperando no local, fica a dúvida.

3.4. Formulação dos Cenários

O local observado no estudo, e que necessita de maior atenção de intervenções e políticas públicas é o Lago da Vaca, tem sua origem: aproximadamente no final da década de 1990, com a chegada ao local de diversas pessoas oriundas da cidade de Macapá e estados vizinhos, que construíram através de um processo irregular de invasão daí gerando o aglomerado de pessoas que lá hoje se encontram.

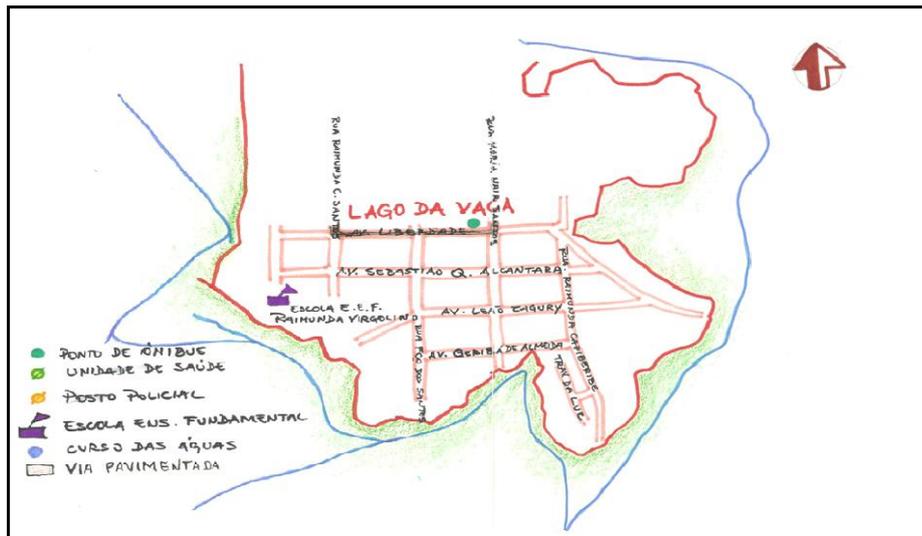


Figura 14: Cenário Local
Fonte: Acervo do Grupo

Hoje encontramos uma população constituída, segundo o IBGE de mil e dois habitantes residentes em 419 casas. Esta localidade compreende o maior número de pessoas abaixo da linha de pobreza, da cidade de Macapá, onde a renda familiar dos habitantes da comunidade é bem inferior a um salário mínimo, tal comunidade é formada por catadores de lixo, operários autônomos, desempregados e dos típicos “fazedores de bico”, domesticas e comerciários. Uma população que não consegue uma renda digna para a sobrevivência, distantes da educação, lazer, esporte ou até mesmo um local para convívio coletivo naquela comunidade tão carente da intervenção dos poderes constituídos.

Mas, um acontecimento que nos tem chamados a atenção foi especulação na área seca, que em meados de 2008, sofreu uma demarcação por alguém que a população denominava de Dentista, cerca de 14.873,33 m² foram loteadas e boa parte desses lotes já foram vendidos, fonte disso é o que nos relata o colaborador Fabio: “*O meu terreno foi delimitado pelo dentista, pois comprei dele ... Loteamento do Dentista*”. Observa-se com isso que a pressão imobiliária atinge todas as camadas da sociedade, todas as áreas da cidade, até mesmo em uma localidade habitacional em formação e com características econômicas tão adversas.

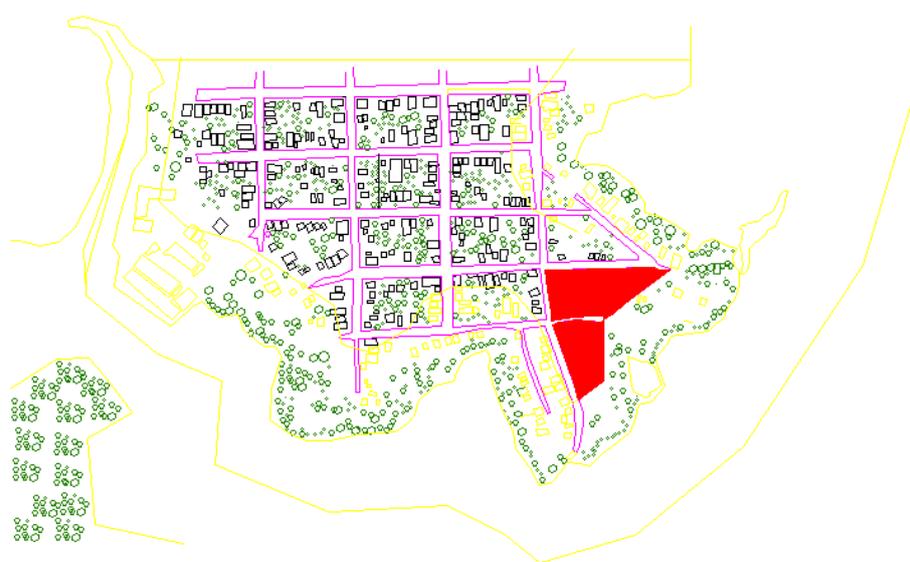


Figura 15: Área conhecida com do Dentista
Fonte: moradores entrevistados

Um ponto positivo encontrado no bairro Lago da Vaca seria a sua preservação natural, ou seja, por suas ressacas não estarem em alto processo de degradação acentuada ou por ações normativas preverem sua proteção e contenção do avanço. Isso não implica afirmar que é inexistente a degradação ambiental, mas, que encontramos poucas habitações sobre as áreas alagadas e pontuais aterros dessas áreas. No entanto, encontramos aterro sendo realizado, dando prolongamento de ruas que avançam sobre o lago, com vários materiais restos de construção, resíduos industriais e eletrônicos.

Além disso, existe uma relação do bairro que poderá ser bastante explorada para o benefício da população, esses serviços estão sendo oferecidos ao longo da BR 210, tais como atividades institucionais e o comércio de grande e pequeno porte gerando empregos e renda aos moradores locais. Como podemos observar no diagrama abaixo:

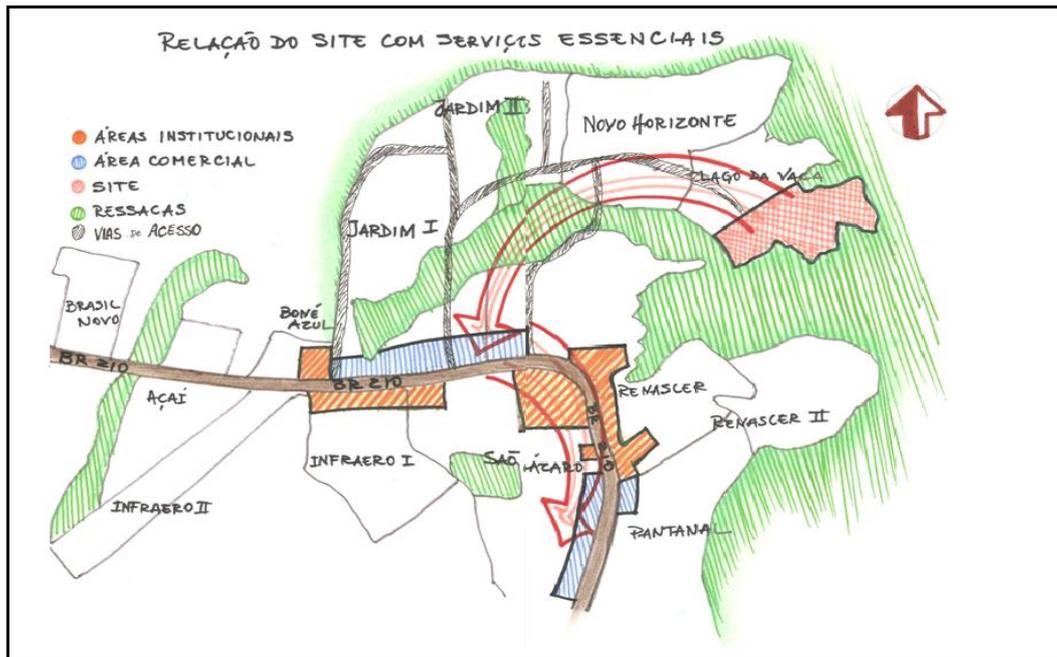


Figura 16: Análise da integração da área com Serviços Essenciais
Fonte: Acervo do Grupo.

No aproveitamento desses serviços os moradores deixariam de sofrer transtornos causados pela dificuldade que é acessar restante da cidade de Macapá. No caso da área do Lago da Vaca observamos o seu baixíssimo impacto econômico em toda a cidade e conseqüentemente à economia do estado do Amapá. Existem também as peculiaridades culturais e no social observamos a violência, o tráfico de drogas indiretamente exposto pelos moradores e varias mazelas já apresentadas anteriormente no quadro das características da violência da área.

3.5 – A Busca pelo “Abrigo” Ideal: as concepções de habitação apreendida pelos moradores

“o estudo da estrutura dos grupos informalmente é a chave para o desenvolvimento de uma antropologia das sociedades complexas, pois a complexidade pode ser deslindada com o desenvolvimento de formulações simples”

(COHEN, 1978, p. 154)

Neste momento trataremos das concepções de habitação apreendidas pelos moradores da comunidade do Lago da Vaca, observando e respeitando as dificuldades dos mesmos e a falta de informações e conhecimento técnico, legais, urbanísticos e arquitetônicos. Nosso objetivo foi a observação e constatação da forma como aqueles cidadãos se percebiam dentro do espaço estudado e quais suas concepções de moradia e satisfação com as mesmas.

Especificamente na área estudada encontramos vários aspectos merecedores de profundos estudos, onde o mais preocupante em âmbito social no Lago da Vaca - tido como a área mais pobre da cidade de Macapá, retrato da carência de políticas públicas, símbolo do descaso educacional, cultural, político, falta de saúde e segurança pública – foi a habitação, necessidade de construção de habitações de interesse social que venha contribuir com o fim ou diminuição do déficit existente, o que nos levou a indagação de que forma seria a intervenção arquitetônica à realizar para a comunidade encravada em um espaço de constante crescimento que é a zona norte da cidade e ao mesmo tempo, em pleno contato físico com área úmida (ressaca) que pressupõe a preservação de acordo com diversas legislações.

“Para tomar uma decisão é necessário estar atento aos problemas centrais [...]. É necessário garantir medidas alternativas concretas e comparáveis entre si e com os objetivos propostos.” (SANTOS, 2004, p.152). Com esta compreensão, devemos buscar as possibilidades do debate e de intervenções que modifiquem o jogo conservador das elites e nos traga uma nova tarefa de construção, administração e reforma das cidades e políticas de habitação, sem as determinações de pactos oligárquicos, sem a segregação sofrida pela população, onde no caso observado é deixada a margem de todos os aparelhos sociais como educação, saúde, moradia digna entre outros.

Para alcançarmos o entendimento do abrigo idealizado pelos moradores do lago da vaca, realizamos um contato prévio no primeiro momento da pesquisa aplicando um questionário para a compreensão socioeconômica e em seguida voltamos para a busca da percepção das satisfações, apreensões das realidades nos mundos vividos dos habitantes da localidade, seus desejos e sonhos.

Estes componentes supracitados funcionaram como indicadores de Sensibilidade do Morador e Satisfação Funcional de suas habitações, fundamentando-se na sustentabilidade e qualidade de vida urbana em áreas degradadas e de ressaca. Buscamos, também, revelar o processo histórico da ocupação para o entendimento da satisfação em habitar tais localidades. No entanto, tivemos a preocupação em não esclarecer o conceito de cada componente para não influenciar nas respostas durante as entrevistas.

Na entrevista realizada como os moradores perguntamos aos colaboradores se gostariam de sair do local. A colaboradora Valdeane Moraes (VM), a exemplo de outros demonstraram o “Não” desejo de sair. Ao mesmo tempo em que afirma a satisfação de morar no local e com sua habitação atual - Você está satisfeita com sua casa? “*Estou satisfeita*” e essa satisfação se mostra contraditória onde no momento posterior fala que gostaria que sua casa fosse “*Bem melhor, mais ampla, com quartos bem grandes, em alvenaria e confortável*”

Revela uma experiência conflitante e contraditória que demonstra satisfação com o lugar; que deseja ser "feliz" lá mesmo e que para isso não precisa sair do local. Para estar satisfeito só precisaria ter uma casa melhor lá mesmo no Lago da Vaca.

Mostram-se satisfeitos com o lugar e não com o local, ligados ao pertencimento e afinidade com o lugar, fruto de sentimentos, construção de identidade, e não com o local - estrutura física construída, essa é a parte que lhe frustra, que a faz insatisfeita.

Suas habitações são geralmente casas de madeira sem pintura ou alvenaria sem reboco, quando rebocadas não tem pinturas - casas cinza. Essa condição gera e infere relações estereotipadas, imaginadas que remetem a idealização dos moradores em um desejo de se colorir e geralmente com cores fortes, vibrantes. Essa afirmação é observada na resposta da colaboradora quando se pergunta sobre a cor que a mesma desejaria pintar sua casa e a resposta foi o desejo de pintar na cor “*Laranjada*”.

A influência e a criação dessas relações estereotipadas vêm construindo-se, também, a partir das casas que observam pela cidade no caminho de casa, nas idas e vindas no seu dia-a-dia “*sabe aquela casa que tem lá no Pacoval ... aquela casa*”. Pausando a fala e de olhar pensativo demonstra seu desejo, constrói sua casa ideal mostrada no discurso que implica em posicionamentos de sujeitos, na coisa vista e de como pode ser vista, como eu quero ser visto a partir do momento que me destaco pela minha casa - como eu quero ser visto. Neste mesmo cenário encontramos o colaborador Bruno Silva, que indagado sobre a cor que pintaria sua casa, nos responde que “*só reboco mesmo tá bom*” deixando transparecer a falta de perspectiva, a indiferença e o conformismo com a situação vivida, mostrando uma espécie de “anestesia” e uma natureza sem sonhos que gera a condição de “embrutecimento”.

A subjetividade do sujeito frente à exclusão social como um ponto em que esses sentimentos se cruzam. Como sonha ser visto é construído como forma paliativa, momentânea onde o morador, excluído socialmente, tenta abrandar esses efeitos na sua vivência, no seu mundo vivido e contrário ao real.

Por isso, a escolha de se trabalhar com a apreensão da realidade dos moradores, como eles se sentem e sonham para não elaborar um projeto arquitetônico “recorrente” de uma casa e levar para que seja habitada sem a participação do morador na sua concepção. O mundo vivido e o sonho, comumente em projetos de conjuntos habitacionais, são desprezados ou nunca observados. A necessidade de humanizar as inferências não é levada em conta e imprimem os modelos prontos, construindo a “pasteurização” de sonhos e esterilização de vidas. Isso se mostra claramente quando no início da política de habitação de interesse social no Brasil, recebia o nome “higienização”, o que remete ao caráter estéril e opressivo de se pensar o problema.

Investigados sobre a possibilidade de uma ampla reforma no espaço/local da comunidade, o que gostaria de preservar a colaboradora (V M) mostra seu desejo de ver melhorias na localidade voltadas ao urbanismo, ao paisagismo. Esses elementos ao lado da construção da sua casa ideal trariam a satisfação plena que ela espera obter sem sair da comunidade. Ela gostaria de obter do poder público “*Pavimentasse as vias, melhoria da praça, um posto policial, melhoria no posto de saúde da área, pois para conseguirmos uma consulta temos que dormir para conseguir*”. Outra colaboradora, Edigleuma Santos, nos mostra a insatisfação total com o local opressor e degradado ao mesmo tempo, que a única saída vista é a da mudança total “Mudaria tudo”, paliativamente o sonho de apagar o que incomoda – a degradação ambiental, a pobreza, a falta generalizada de infraestrutura e o descaso público.

Mesmo aparentemente representando pouco ou não tendo um discurso amplamente elaborado, Eliene Dantas, revela o desejo abrangente no local que é o da preservação ambiental, conservando “*As árvores e as área alagada*”, acompanhando também esse pensamento a colaboradora Mara Mourão, nos fala do desejo de preservar “*As arvores*”.

Como os moradores do Lago da Vaca percebem os impactos provocados pela ocupação irregular e quais suas concepções de habitação? Foi o nosso problema inicial nesse estudo, para a partir dessas respostas elaborarmos

o projeto de Habitação para a comunidade. Ao observarmos respostas que sugerem a avaliação dos moradores, sobre a importância de preservar o meio onde se vive, preservando a natureza as árvores e as áreas alagadas, observa-se o quanto aqueles moradores têm a noção, ainda em estado “bruto” e empírico de preservação ambiental, sem, no entanto ofertar o conhecimento técnico, este lhes falta devido ao não acesso as informações, legislações. Isso não interessa ao poder público nem ao capital, como também não interessa a elaboração de uma política urbana conveniente.

Por outro lado observamos preocupações e estudos que mostram ser possível arquitetônica e tecnologicamente, como a preocupação de Severiano Mário Porto na Amazônia onde se centrava não somente no emprego dos materiais, mas no aproveitamento dos ventos, na proteção máxima contra o sol e nas condições topográficas. “Questões como natureza e clima são inerentes à profissão do arquiteto”. (PORTO 2003).

Além do pensamento da arquitetura regional amazônica de Porto, Também observamos a idéia do Arquiteto Oswaldo Bratke, quando projetou os conjuntos residenciais na Vila Amazonas e na Serra do Navio nos anos de 1950. A proposta das vilas foi fruto de muitas pesquisas das tipologias nas regiões ribeirinhas amazônicas. Com isso o arquiteto chegou às residências que considera como adequadas ao nosso clima. São providas de aberturas grandes com janelas em venezianas e com entradas estratégicas de ventilação através de aberturas próximas a cobertura.

4 – PROPOSTA DE INTERVENÇÃO: A CONCEPÇÃO DO ABRIGO IDEAL A PARTIR DO MUNDO VIVIDO DOS MORADORES

Neste capítulo abordaremos a descrição da metodologia utilizada na construção dos projetos arquitetônicos das unidades habitacionais de interesse social para o Lago da Vaca, pautado na opinião e discussão com os moradores do local.

Para a elaboração do plano de intervenção, tomamos por base todas as legislações ligadas às áreas úmidas, urbana e ambiental, como também os itens do estatuto da cidade e da carta do novo urbanismo como pressuposto teórico para o projeto arquitetônico de intervenção e ainda observamos estudos sobre a política habitacional vigente na atualidade, contemplando aspectos técnicos e financeiros.

Na preparação do projeto arquitetônico da habitação de interesse social, utilizamos além dos elementos supracitados a fundamentação no desenho universal, com a preocupação da acessibilidade da habitação; os princípios da arquitetura sustentável ligadas ao conforto - ventilação e iluminação; e as pesquisas, trabalhos e projetos desenvolvidos na região amazônica, por Severiano Mário Porto, Oswaldo Bratke e João Filgueiras Lima - Lelé.

O planejamento de intervenção arquitetônica tem como estratégia estabelecer ações dentro de contextos e não isoladamente, ou seja, busca também, uma reflexão e possível aplicação sistêmica. O resultado buscado foi o melhor aproveitamento do espaço físico e dos recursos naturais, economia de energia, alocação e priorização de recursos para as necessidades mais prementes e previsão de situações.

Visando, também, à sustentabilidade, e a garantia do funcionamento do projeto não devemos considerar somente os critérios em longo prazo da habitação, mas buscar estabelecer medidas em curto e médio prazo como intervenções que inclui as ruas e avenidas da área delimitada e as áreas vazias (que não é o objeto do nosso trabalho, mas vemos como primordial para a sustentação sistêmica da intervenção arquitetônica no Lago da Vaca).

Em específico no caso da região norte, algo que se reflete no nosso local de estudo, não ocorre o emprego da **arquitetura bioclimática** preocupada em conduzir à minimização dos danos de uma intervenção no meio ambiente e à

aquisição de relações equilibradas entre construção/paisagem/ambiente, e consequentemente a harmonia com a sustentabilidade.

Outro aspecto que, no caso de uma intervenção habitacional, não podemos deixar a parte é a intervenção urbanística e paisagística que deveria ser implantada conjuntamente na localidade, ou seja, uma intervenção sistêmica. No entanto, mesmo não sendo o nosso objeto de estudo, tomamos como base teórica a Carta do Novo Urbanismo (1996)¹¹ e passamos a observar questões urbanas vividas intensamente em várias cidades do Brasil e em Macapá, como os refletidos pela CNU:

“O Congresso por um Novo Urbanismo vê a falta de investimentos nos centros urbanos, o crescimento desordenado das cidades, a crescente separação física por renda e raça, a deteriorização do meio ambiente, a perda de terras agrícolas e zonas silvestres e a erosão da herança física construída da sociedade, como um desafio para a inter-relação edificação-comunidade”.

Percebemos inicialmente que o crescimento desordenado das cidades brasileiras ocorreu, de forma decisiva, pela não existência de uma política de distribuição ou redistribuição fundiária ainda na primeira metade do século XX, momento em que se inicia a forte migração da mão de obra dos campos para as grandes cidades, impulsionada pelo desemprego e pela fome, constituindo o proletariado urbano e o tão conhecido “lumpen”, propalado pelo marxismo, os excluídos sociais



**Figura 17:- Precariedade e Desordenamento
Acervo do grupo**

¹¹ Do Congresso para o Novo Urbanismo, é elaborada a Carta do Novo Urbanismo oficialmente publicada por Michael Leccese e Kath-leen McCormick, e os comentários e análises feitos pelo arquiteto Peter Calthorpe. **Charter of the New Urbanism. Congress for the New Urbanism. Nova York: McGraw-Hill, 2000.**

O crescimento desordenado encontrado nas cidades repete-se em Macapá gerando, também, a crescente separação física por renda e raça e a deteriorização do meio ambiente. Estes fatos foram claramente vistos na localidade observada. Provavelmente ela foi gerada por estes fatores que ainda continuam existindo e fomentando o constante aumento das situações encontradas.

O Novo Urbanismo atua diretamente em três principais áreas, que são:

Brown Field – é tido como a condição ou tipo de campo mais difícil de interferir, pois, freqüentemente, está introduzida em uma conjuntura urbana já firmada e consolidada, nas metrópoles é o espaço que foi abandonado após período de desmonte ou retirada da industrialização. Sua extensão, reconstrução ou ampliação é muito enredada às probabilidades elevadas de terem (solo, água, ar) se contaminada ambientalmente. A apreciação que se aplica nestas áreas adquire força em diversas cidades, visto que tem o poder de dar maior valor ao metro quadrado do bairro onde está inserido;

Green Field – trata-se da Influência urbana em espaços rurais, ambientais ou sem desenvolvimento urbano, estrutural e social. Esse tipo de intervenção é recorrente nas áreas verdes imediatamente próximas das cidades que busquem ampliação ou espraiamento de maneira a produzir, planejadamente, menores impactos ambientais possíveis;

Infill Areas - Interferência da urbanidade de maior ou menor escala nas zonas ou edifícios já solidificados e cristalizados, sem uso ou subutilizados, que mostrem grande potencialidade ao incremento econômico, financeiro e social daquela área.

Conceitualmente, o Novo Urbanismo atua diretamente em três principais áreas, mas foi na **Green Field** onde, também, pautamos nosso projeto de interferência na área delimitada. Nossa intervenção arquitetônica teve como caráter o projetar a residência, no entanto, compreendemos que tal intervenção tem a necessidade de atuar conjuntamente com outras ferramentas metodológicas do urbanismo, paisagismo para atuar em distintas escalas com intervenções nas diversas áreas compreendidas no espaço delimitado do Lago da Vaca. No âmbito da habitação, onde atuamos nas tipologias residenciais tivemos o objetivo de aperfeiçoar os espaços e contribuir com a ventilação, aeração e melhoria do conforto ambiental da localidade.

As intercessões sistêmicas coadjuvantes, mais imediatas, que podem ser construídas para complementar o bom funcionamento das habitações são as seguintes: ruas e avenidas da área do Lago da Vaca – por compreendermos que existe a necessidade de melhorar as condições de acesso as diversas atividades desenvolvidas no local, dando importância ao melhor fluxo econômico por parte do transporte e logística da área, ampliação da economia, e por outro lado, dando uma melhor qualidade de vida aos moradores proporcionando acesso ao transporte, mobilidade e segurança de trafegabilidade.

Recuperação e preservação do ambiente, limpeza e recuperação da flora existente na área para assim, consolidar o item ambiental da localidade, necessitando, também, do desenvolvimento de uma educação ambiental para a população e freqüentadores da área.

Implementação de espaços de lazer e convivência, a geração de emprego e renda com a melhoria dos espaços existentes e a criação de novos como: urbanização de trechos da orla, criação de lanchonetes, sorveterias, praças e demais instrumentos sociais integradores, também são de suma importância para a aplicabilidade de uma intervenção arquitetônica habitacional, portanto acreditamos que a intervenção arquitetônica é apenas uma parte da necessidade de uma complexa intervenção urbanística, política, social, educacional e ambiental.

Com estas operações, poderíamos buscar atingir o repensar do homem e suas relações com a cidade, algo pregado pelo novo urbanismo; pensar, também, o desenvolvimento ambiental sustentável onde seja considerado o convívio entre antigas e novas intervenções urbanas e seus impactos sociais, ambientais e econômicos. Trazendo com isso a intervenção para a escala humana, onde a sua habitação esteja interada ao entorno de maneira equilibrada.

“Os governos municipais não estão se esforçando o quanto deveriam para fazer uma política urbana (fundiária e imobiliária) para, com a aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade, ampliar a oferta de terras para moradia social e elaborar políticas municipais para habitação social.”

(MARICATO 2008)¹²

¹² Ermínia Maricato em entrevista a Revista AU Edição 173 | **Julho/2008**

Deste modo, o que se ressalta são famílias que vivem precariamente na irregularidade fundiária, com baixa qualidade da habitação e o tamanho da mesma em um ambiente sem infraestrutura e com uma precária urbanização.

Observamos que a área estudada atualmente apresenta um traçado urbano ortogonal oriundo de um movimento de invasão, típico do tipo de urbanização e ocupação dos bairros da Zona Norte de Macapá. As vias existentes com aproximadamente 10 metros de largura, em sua maioria, o que impossibilita a implantação de um sistema viário mínimo estipulado pelas legislações urbanísticas de Macapá. As vias não apresentam pavimentação, calçamento, meio fio, ou seja, nenhum tipo de estrutura viária urbana. Por isso, a população vem sofrendo com a lama no período chuvoso e com a poeira no período de estiagem.



**Figura 18: situação precária das vias no bairro Lago da Vaca.
Fonte: Acervo do Grupo**

Como pode ser observado na figura acima, as pessoas enfrentam dificuldades de locomoção pela área encontrar-se abandonada pelo poder público. Falta pavimento, limpeza, infraestrutura, ordenamento, etc., contudo, o processo de ocupação das áreas de ressacas em Macapá vem aumentando significativamente, mesmo sem as devidas condições de vida humana.

O trecho do bairro lago da vaca que estudamos apresenta muita desordem em relação aos lotes, pois, em alguns quarteirões, se apresentam distribuídos aleatoriamente, requerendo um novo ordenamento nesses quarteirões. Por isso, foi feito um estudo para o desenvolvimento de uma proposta que apresenta condições de aplicabilidade das legislações urbanas cabíveis.

Para que houvesse a possibilidade de uma proposta viável e confortável com os equipamentos mínimos de urbanização, seria necessário uma intervenção urbanística, para aferição dos moradores que estiverem na faixa de 100 metros estabelecida pelo Código ambiental do Amapá (lei complementar nº0005 18 de agosto de 1994).

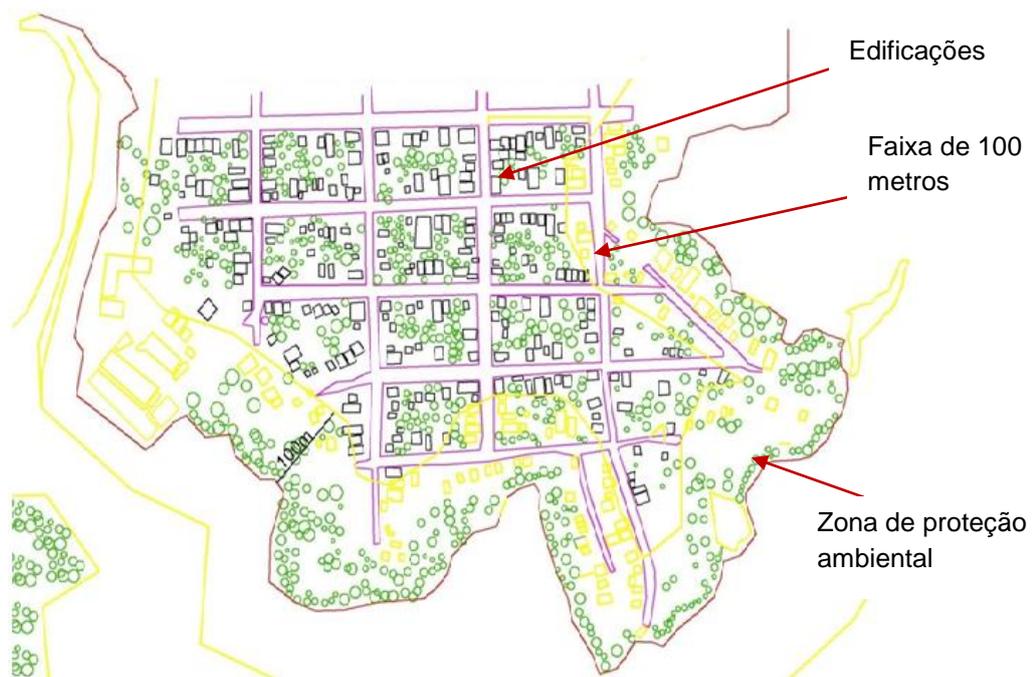


Figura :19 distribuição das residências no bairro Lago da Vaca

Fonte: Acervo do Grupo

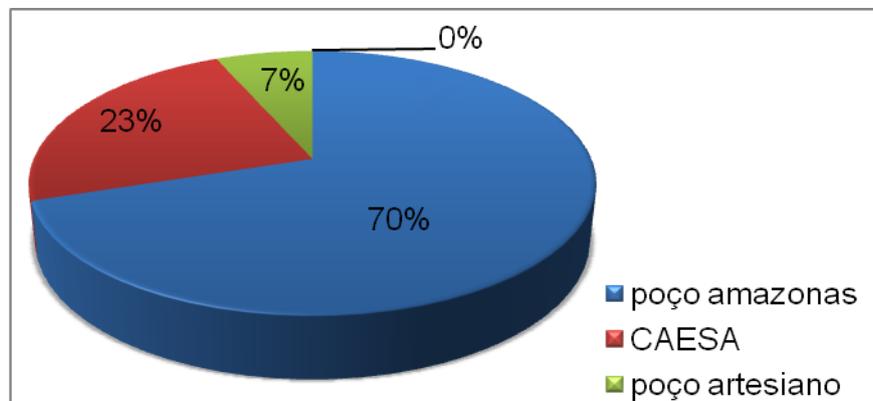
A figura acima, também, mostra a desordem urbana presente no bairro e as residências que necessitariam ser retiradas da faixa de proteção ambiental. Essas edificações que sofreriam as retiradas seriam realocadas em áreas firmes através de um re-ordenamento das quadras a fim de aperfeiçoar o uso do quarteirão, sendo feitos estudos minuciosos com o objetivo demolir o mínimo possível de edificações para não comprometer a eficácia do planejamento urbano e habitacional para o lugar. Observando-se que há carências no lugar, além dos equipamentos viários, outros serviços essenciais à vida Urbana, tais como: saúde, educação, segurança, lazer, água, infra-estrutura, igrejas, comércios e equipamentos comunitários.

Para entender a realidade vivida no lago da vaca e o abrigo idealizado pelos moradores, realizamos um contato prévio e em seguida um questionário sócio econômico para no terceiro momento retornarmos para a aplicação de uma

entrevista semi-estruturada aplicada à 96 famílias - 22,91% das 419 residências selecionadas no local.

Para se ter uma melhor compreensão das carências da localidade, tomamos a água como elemento para tal mensuração. Encontramos a maioria das residências do bairro com atendimento por poço amazonas, 70% das mesmas e apenas 23% possuindo abastecimento de água da Companhia de Água e Esgoto do Amapá (CAESA), e por último, uma pequena parcela de 7% da população possui poço artesiano. Isso mostra a grande necessidade de um sistema de tratamento e abastecimento de água.

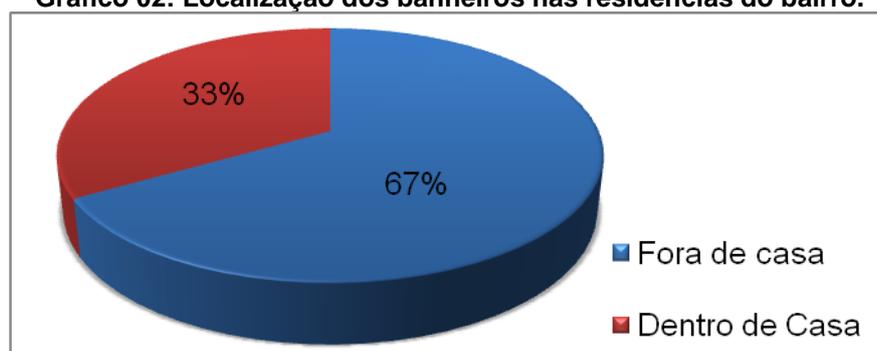
Gráfico 01: tipos de abastecimento de água no bairro.



Fonte: Levantamentos do Grupo.

A coleta de esgoto encontra-se 100% ausente no bairro o que requer a proposição de um sistema de tratamento. Como o esgoto nessa região é despejado nas ruas e escoado para as áreas de ressacas, assim como o sanitário inadequado, acabam degradando o lago existente no local. Daí a necessidade de construção desse complexo de tratamento de esgoto a fim de despejar apenas resíduos não poluentes no manancial que circunda a área em questão.

Gráfico 02: Localização dos banheiros nas residências do bairro.



Fonte: Levantamentos do Grupo

Podemos observar no gráfico acima que a maioria das residências do bairro, ou seja, 67% possuem o banheiro fora ou afastado das casas, enquanto 33% o utilizam dentro de casa. Contudo, destacamos que esses dados foram coletados em toda a área de ressaca do Lago da Vaca que compreende regiões em que as pessoas moram em palafitas e por isso usam banheiro fora de casa, mas o percentual das residências do trecho em estudo onde estamos propondo as unidades habitacionais apontou que 96% das residências entrevistadas possuem seus banheiros dentro de casa, uma vez que nessa área não há pessoas morando em palafitas. Em média 30% moram em terrenos alagados, enquanto 70% residem em terrenos firmes. Apenas algumas casas ficam próximas da margem da ressaca, como já mostramos. Por isso, optou-se pela localização dos banheiros dentro das casas.

4.1 – O projeto da habitação de interesse social para o Lago da Vaca: tipologias construídas

Após as entrevistas e observações realizadas na comunidade chegamos ao momento da elaboração dos projetos arquitetônicos de 4 (quatro) habitações, construídos com base no equilíbrio entre as políticas habitacionais atuais, o poder aquisitivo dos moradores, suas apreensões, concepções sobre suas casas.

Na busca das “medidas alternativas” as residências foram pensadas conforme a temática estilística de uma arquitetura regional amazônica, tendo o clima tropical úmido um dos maiores condicionantes para a os modelos habitacionais locais; o Desenho Universal com a preocupação de atender as necessidades de locomoção e acessibilidade de moradores ou de usuários esporádicos; e a sustentabilidade, onde se buscou a ventilação cruzada, a eficiência energética entre outros critérios sustentáveis.

Na procura por uma analogia para a arquitetura amazônica buscou-se adequar os projetos das habitações, nos pensamentos de Severiano Mário Porto, grande ícone da arquitetura característica da região amazônica. Esse modelo de arquitetura surgido pela falta de uma produção característica da Amazônia ocorreu no período Moderno, mas sofreu adequações para atender as necessidades locais, onde o uso de materiais da região é marcante. Além dos

materiais, utiliza-se de beirais longos e prioriza a ventilação natural para amenizar o calor intenso dessa região, próxima ao Equador.

A arquitetura colonial amazônica passou a ser divulgada a partir da década de 1960, com a vinda de Severiano Porto para a região, mais precisamente para Manaus. Lá, ele forjava os projetos de acordo com o clima, as técnicas e materiais locais. Do Rio de Janeiro, levou o conhecimento acadêmico e adaptou-o à maneira simples de construir, à memória e sabedoria dos artesões locais, transmitidas “de pai para filho”. A arquitetura amazônica pode ser considerada como uma adaptação da arquitetura moderna dos anos de 1960 às condições de clima bastante chuvoso. As técnicas de construção da região, também foram valorizadas nesse novo modelo de Arquitetura. Sabbag (2003).

Observou-se que nas construções urbanas consolidadas, “até mesmo em escolas, copiavam-se modelos publicados em revistas, com coberturas de concreto e sem beirais, inadequados ao clima”. Sabbag (2003). Essa repetição de modelos de arquitetura publicadas em outras regiões deve ser abolida da Amazônica. Fez-se a opção por construções que visam à adequação ao clima (as estações do ano), assim como a orientação do projeto. Na proposta das tipologias habitacionais, optou-se por essas características da arquitetura regional amazônica, em que a solução de cobertura é apresentada com estrutura em madeira de lei da região. Dessa forma apresenta-se a utilização de beirais longos a fim de proteger as esquadrias contra as intempéries da região (chuva e sol) e cobertas por telhas cerâmicas.



Figura 20: Casa Modelo.

Fonte: Ilustração do Arq. Fernando N. Bussoloti – CREA 5062438921.

Para a região, a arquitetura alternativa pode ser excelente resposta em inúmeras situações: “Para construir seu abrigo, o homem sempre tirou da mata o que necessitava, de maneira inteligente, com ferramentas muito simples”. Severiano Porto afirma, ainda que as construções populares regionais existam porque são boas e baratas, elas não acontecem por acaso. Surpreendeu o arquiteto a habilidade da mão de obra local em trabalhar com os materiais e o envolvimento dela na construção. Sabbag (2003). No entanto, das noventa e seis (96) famílias entrevistadas no Lago da Vaca, apenas uma gostaria de continuar a ter sua casa construída em madeira, embora desejasse a construção de uma nova casa, mais ampla e melhor dividida do que a atual, essa deseja e compreende que a melhor casa para ela é a construída em madeira. 95 famílias desejam ter suas casas de alvenaria e destas 01 morador, quando perguntado com qual cor desejaria pintar sua casa, falou que deseja ter sua casa apenas rebocada.

Essas construções com materiais da região (madeira, cerâmica, etc.), tornam a obra mais barata, devido aos materiais como a madeira, esta de mais fácil acesso e abundância e possibilidade de produção na região, a argila material principal para a fabricação do tijolo cerâmico, a não necessidade de se fazer pedidos de materiais em outras regiões, pois os mesmos são extraídos na região amazônica. A estrutura do telhado das residências se resolve em peças de madeira de lei que possuem boa durabilidade, tendo cuidado com a sua manutenção.

Os materiais do telhado como madeira e telhas cerâmicas são retiradas na região o que dispensa um custo maior na sua construção. Na arquitetura amazônica percebe-se que os materiais utilizados são diversificados e podem ser usados desde que atendam as necessidades da região. As vedações são solucionadas em madeira de lei extraídas com certificação no Estado e em alvenarias de tijolos cerâmicos. As paredes apresentarão grandes aberturas que proporcionarão uma vista panorâmica à paisagem externa, fazendo uma interação com meio ambiente.

Essa concepção inspira-se em soluções estruturadas, em diversas obras da região, que foram surgindo com madeira sucupira em lajes, com colunas de maçaranduba e lajes de concreto sendo indicadas apenas nos banheiros. “Buscou-se a elaboração da habitação constantemente “aberta” onde “o vento

circula por ela dia e noite”. Janelas grandes, venezianas, basculantes, tornando os ambientes mais frescos e extremamente agradáveis. São servidos por muito espaço aberto para a livre circulação do ar. O conjunto integra-se à natureza, cria condições naturais de conforto ambiental. “A luz entrava diluída e o ar corria livremente para circular o calor tal como faziam as várias gerações de habitantes da Amazônia”. Há exemplo do hotel da Ilha de Silves (1979/83), erguido no meio da floresta onde ao redor do jardim interno, em que a chuva cai, desenvolvem-se todos os espaços; “a casa está eternamente aberta e o vento circula por ela dia e noite”. NEVES (2001).

Fundamentamo-nos na preocupação de Porto, que na Amazônia centrava-se não somente no emprego dos materiais, mas no aproveitamento dos ventos, na proteção máxima contra o sol e nas condições topográficas. “Questões como natureza e clima são inerentes à profissão do arquiteto”. PORTO (2003)

Na proposta das unidades habitacionais, propões-se uma arquitetura aberta de forma que a ventilação possa circular livremente nos ambientes através das janelas e portas, atentando-se também a solicitação dos moradores no momento da apresentação e discussão dos projetos – que foi o uso de grades de ferro por conta do fator segurança. Espaços com vegetação na área frontal e nos fundos também é indicado, pois proporciona a penetração de ventilação e iluminação natural nos ambientes, tornando-os confortáveis, uma vez que na região há períodos no verão em que o calor é intenso. Além das aberturas laterais, as telhas cerâmicas funcionam como isolante térmico na edificação. As aberturas das janelas laterais ajudam na integração espacial com a natureza através da visão de uma área verde na calçada em frente a cada unidade. Como paradigma da elaboração da arquitetura em harmonia com o clima, citamos João Figueiras Lima – Lelé - e os hospitais projetados por ele com climatização natural, a exemplo da Unidade do hospital Sarah Kubitschek em Macapá, que nos leva a compreender que é possível tal utilização em nossa região e essa harmonia com a natureza foi percebida nas respostas de 96% dos moradores, quando arguidos sobre o que eles gostariam que fosse preservado na localidade, nos informaram do desejo de preservar as árvores, o verde, as plantas ou o lago.

Severiano Porto sempre se pautou pelo que pensava ser recomendável, “a idéia vem depois do programa onde os trabalhos foram acontecendo, com os respectivos graus de dificuldade”. PORTO (2003). Além da

madeira, Severiano utilizou concreto quando este material era pertinente. “Na região amazônica ou numa região fria, a atitude é semelhante: estudar os meios e buscar as soluções adequadas”. Em concreto e com adaptações ao clima, ele projetou o ambulatório médico do IPASEA, com brises na fachada e pé-direito alto para ventilação livre, agências de bancos, a Assembléia Legislativa, o estádio Vivaldo Lima. NEVES (2001).

A partir de suas experiências, e dos estudos desenvolvidos por outros arquitetos na região amazônica, buscamos nos pautar fenomenologicamente nas percepções e desejos dos moradores da comunidade do Lago da Vaca, no sentido de respeitar suas opiniões e não elaborarmos projetos sem a participação do maior interessado, que é aquele que por muitos anos irá habitar a unidade residencial, “habitar a idéia” e que essa habitação seja projetada, também, com suas idéias.

O que se pretende com a elaboração projetual das unidades não é apenas copiar modelos projetados em outras regiões. Mas, adequar da melhor forma possível às necessidades da região, utilizando-se de instrumentos disponíveis e trazendo aqueles necessários, segundo as recomendações das legislações urbanísticas locais, ao bom funcionamento desse edifício.

Para as unidades, optamos pelo pé-direito longo a fim de proporcionar maior espaço à ventilação, uma vez que esse ambiente necessita de ar puro. Do ponto de vista volumétrico tentamos alcançar uma volumetria comum, tradicional e familiar às pessoas, com a intenção de não diferenciar-se tanto das edificações vizinhas às quais em sua maioria possuem telhados cerâmicos, o que propõe que os moradores sintam-se à vontade nos seus ambientes.

A arquitetura amazônica visa o maior conforto possível para as condições que se encontram na região. Além de utilizar-se de materiais simples e de fácil acesso, buscaram-se alternativas estéticas e funcionalmente harmoniosas. As soluções propostas baseiam-se neste modelo de arquitetura, devido o mesmo preocupar-se com os condicionantes regionais, e por utilizar-se de materiais disponíveis na região. Além disso, a arquitetura regional consegue trazer tranquilidade às pessoas que a utilizam e por sua manutenção acarretar em custos menores, pela “fácil” obtenção de materiais e mão de obra para realizar os reparos necessários ao seu bom funcionamento. No entanto buscamos equilibrar e integrar todos estes aspectos aos princípios da sustentabilidade arquitetônica, o

desejo da habitação de alvenaria e ao que cada morador indicou como abrigo ideal.



Figura 21 e 22: Apresentação e discussão dos projetos com os moradores
Fonte: Acervo do Grupo

A partir de pesquisas e entrevistas realizadas com a população residente na área de estudo chegamos ao programa de necessidades, ao partido e projeto discutido com moradores e mostrado a seguir:

4.1.1 - Programa de Necessidade:

Segundo SILVA (1983) o programa de necessidades é uma ferramenta comumente utilizada por profissionais da área de projetos para organizar os dados coletados com o cliente, como informações sobre as necessidades e espaços, e os limites estabelecidos pela legislação sobre construções e o local de implantação. É o primeiro passo no processo de criação onde se faz o inventário de todos os requisitos materiais e imateriais. Então se elabora uma lista onde se especifica quais e quantos cômodos com a metragem mínima necessária e um fluxograma interligando-os. Assim concilia-se a necessidade do cliente com as normas a serem seguidas para a elaboração do projeto arquitetônico.

Conforme alguns projetos elaborados pelo governo, existe um projeto padrão realizado pela Caixa Econômica Federal para os municípios do estado do Brasil, e que utilizado como base para uma análise inicial do projeto proposto nesta para as habitações propostas em nosso projeto, onde o programa de necessidades estabelecido de acordo com o orçamento da residência e não das necessidades dos futuros moradores.

Um exemplo em Macapá de projeto Residencial, onde o programa de necessidades foi definido sem um estudo mais detalhado da comunidade, Residencial Mucajá, são blocos de apartamentos com uma sala, uma cozinha, um

quarto e um banheiro. Desta forma, várias famílias de cinco pessoas ou até mais, tentam sobreviver em um espaço pequeno e sem muita funcionalidade para seu dia-a-dia.

Na formulação do programa de necessidade colhemos as opiniões dos moradores e com isso tentamos adequá-las nas propostas de financiamento. A proposta que poderia contemplar a em parte o desejo dos moradores, é se enquadrarem nos pré-requisitos que as entidades financiadoras propõem para uma residência unifamiliar com uma sala, uma cozinha, dois quartos, um sanitário adaptável para deficiente e idoso.

A casa será projetada visando não somente as pessoas ditas como “normais”, mas também pessoas com alguma deficiência definitiva ou momentânea e os idosos. Com isso tivemos como base a norma NBR 9050 de 2004 – Circulação Horizontal (Acessibilidade), que regulamenta os padrões de construções acessíveis.

O projeto terá uma boa disposição do mobiliário, nada de excesso de moveis que congestionem o ambiente, tapetes em todos os cantos que formam obstáculos escorregadios para deficientes, idosos e mesmo para pessoas sem deficiências, prateleiras no meio da parede e com muitos objetos espalhados. Segundo a norma NBR 9050, é preciso ter no mínimo, espaços como portas e corredores com 0,80 metros de largura para a passagem de uma cadeira de rodas. Espaços com circulação adequada que permitam que crianças possam passar sem o risco de se machucarem, para que idosos possam circular com total autonomia e segurança e espaços livres de 1,50 por 1,50 metros para cadeirantes possam se virar com facilidade e se locomoverem com bastante segurança. Algumas janelas terão visibilidade de no máximo a 0,60 metros do solo, assim uma pessoa com deficiência poderá vislumbrar o meio externo da casa.

Mas os cômodos com as maiores adaptações possíveis será o banheiro, pois é um dos locais onde os deficientes e idosos têm mais dificuldades e riscos de ocorrerem acidentes. O banheiro uma área bastante ampla medindo 2,80 por 1,80 metros, com porta de 0,90 metros, bacia sanitária com bases de apoio lateral e de fundo fixadas na parede, piso antiderrapante, lavatório de fácil acesso para cadeirantes, boxe amplo e área de transferência lateral e perpendicular medindo 0,80 por 1,20 metros.

Uma área de 9m² que ficará delimitada, mas não revestida de piso parede e forro, pois em media a população teria necessidade de três quartos, sugerimos deixar esses espaços previamente destinados para uma futura ampliação 01 Varanda que no primeiro momento terá 5 m² , só que essa varanda fica cinco metro afastada do limite frontal do terreno para que numa futura aquisição de um automóvel ter espaço para adaptar um garagem.

Os dimensionamentos mínimos definidos pelo plano diretor de Macapá nos influenciaram diretamente no tamanho do espaço a ser projetado, abrangendo a área que possa trazer mobilidade para o morador e conforto mínimo para os mesmos. As dimensões definidas a partir das indicações legais foram as seguintes:

Casa 01 (Elaborada após apresentação aos moradores)

Quadro 13: das áreas referente a casa tipo 01

1 Sala 10,15 m ²	5 sanitário 5,36 m ²
2 Cozinha 6,94	6 área de serviço 2,97 m ²
3 (02) quartos 18 m ²	7 varanda 5,57 m ²
4 Área para futura ampliação 7,5 m ²	Total 56,49m²

Fonte: Acervo do Grupo



Figura 23: Volumetria Casa 01.
Fonte: Acervo do grupo.

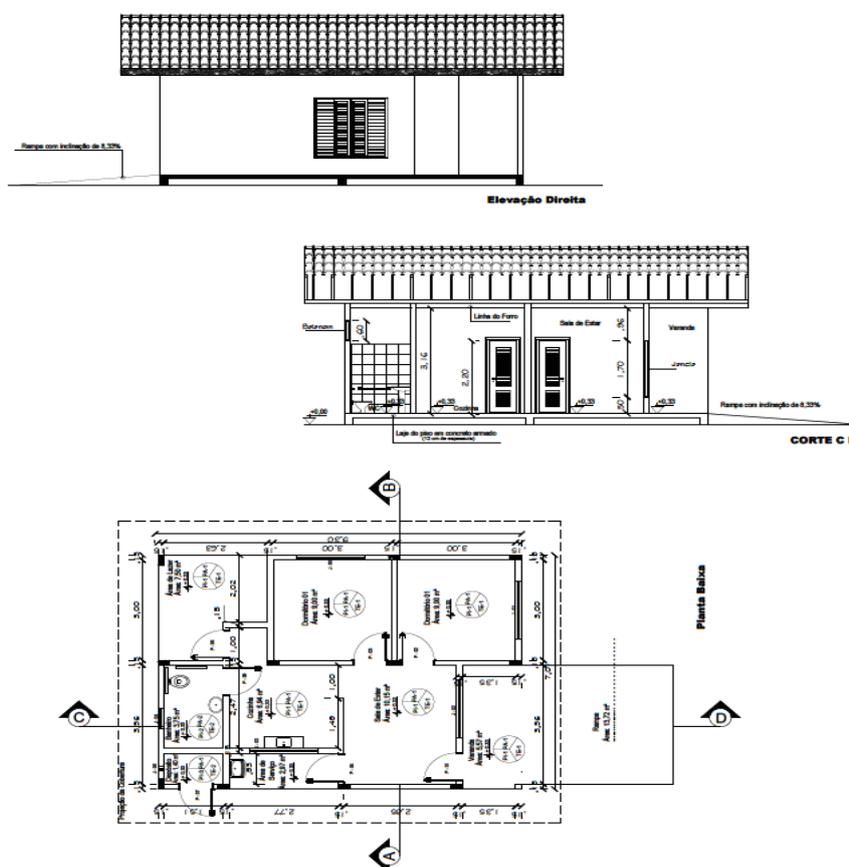


Figura 24: Planta Baixa, Cortes e Elevação.
Fonte: Acervo do grupo.

Casa 02 (Elaborada após apresentação aos moradores)

Quadro 14: das áreas referente a casa tipo 02

1 Sala 13,21 m ²	5 área de serviço 2,92 m ²
2 Cozinha 13,21	2
3 (02) quartos 18 m ²	Total 52,38 m²
4 sanitário 5,04 m ²	

Fonte: Acervo do Grupo



Figura 25: Volumetria Casa 02.
Fonte: Acervo do grupo.

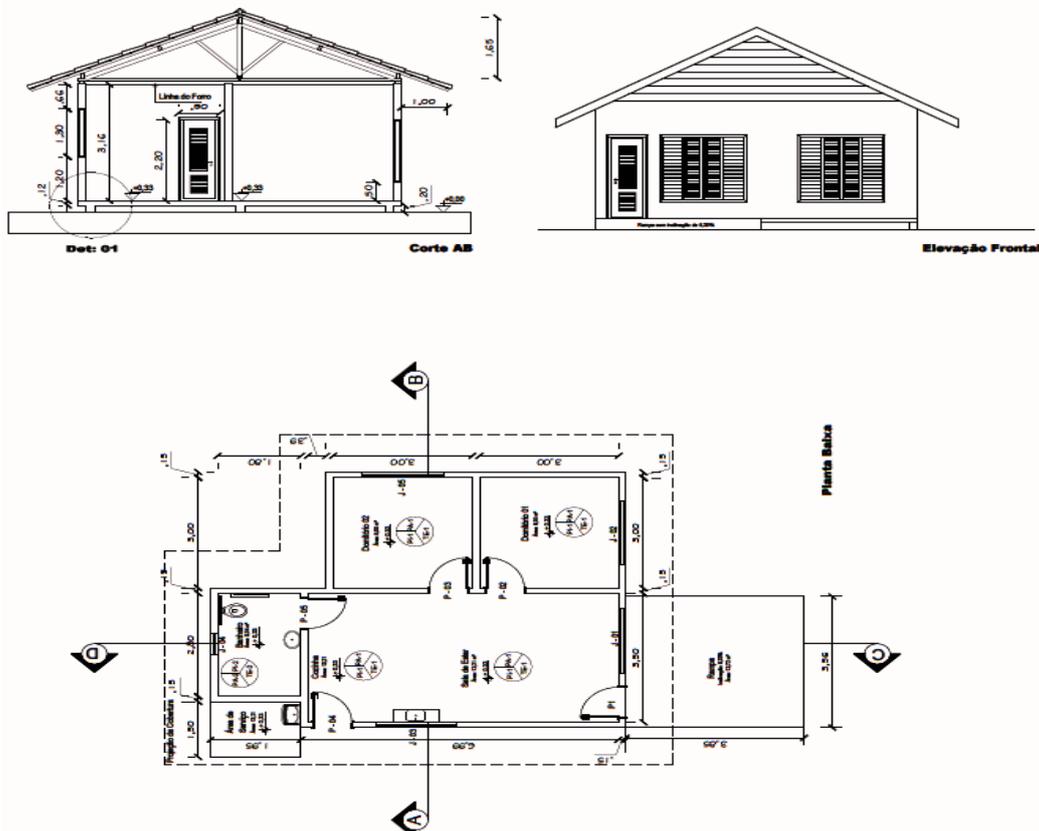


Figura 26: Planta Baixa, Cortes e Elevação..

Fonte: Acervo do Grupo.
Casa 03 (Elaborada após apresentação aos moradores)

Quadro 15: das áreas referente a casa tipo 03

1 Sala 10,50 m ²	5 área de serviço Futura Ampl. 14,02 m ²
2 Cozinha 9,00	Varanda 3,15 m ²
3 (02) quartos 18 m ²	Total 59,71 m²
4 sanitário 5,04 m ²	

Fonte: Acervo do Grupo.



Figura 27: Volumetria Casa 03.
 Fonte: Acervo do grupo.

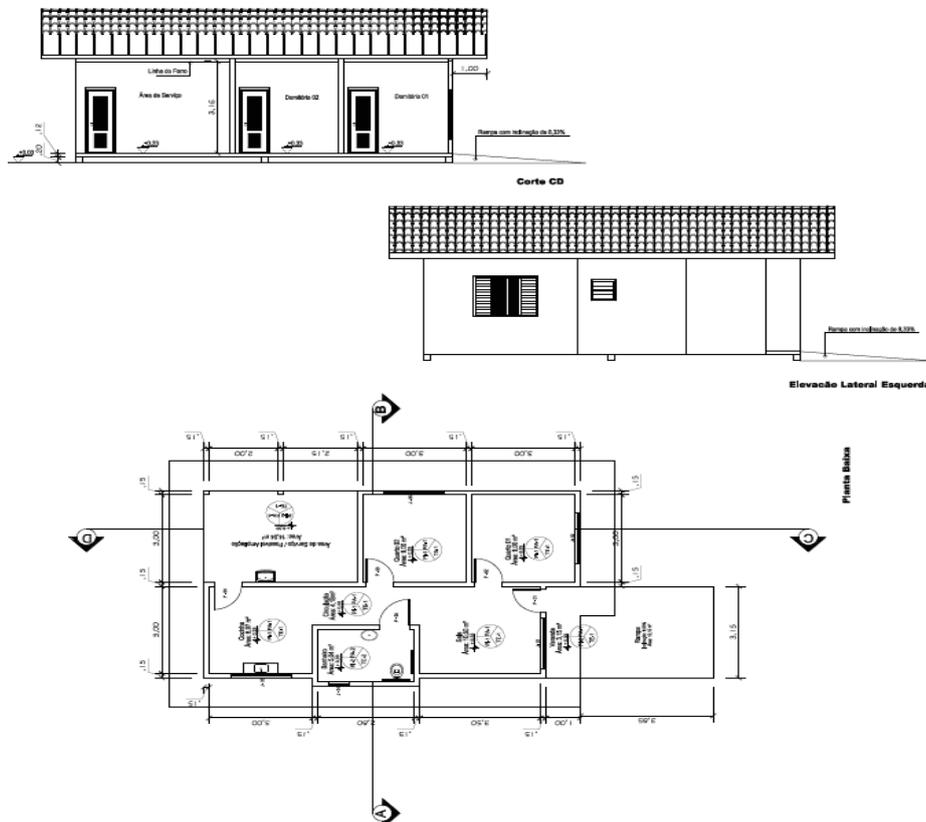


Figura 28: Planta Baixa, Cortes e Elevação..
 Fonte: Acervo do Grupo.

Casa 04 (Elaborada após apresentação aos moradores)

Quadro 16: das áreas referente a casa tipo 04

1 Sala Estar 9,00 m ²	5 área de serviço 2,92 m ²
Sala de Jantar 11,29 m ²	4 sanitário 5,04 m ²
2 Cozinha 13,29 m ²	Total 59,54 m²
3 (02) quartos 18 m ²	



Figura 29: Volumetria Casa 04.
Fonte: Acervo do grupo.

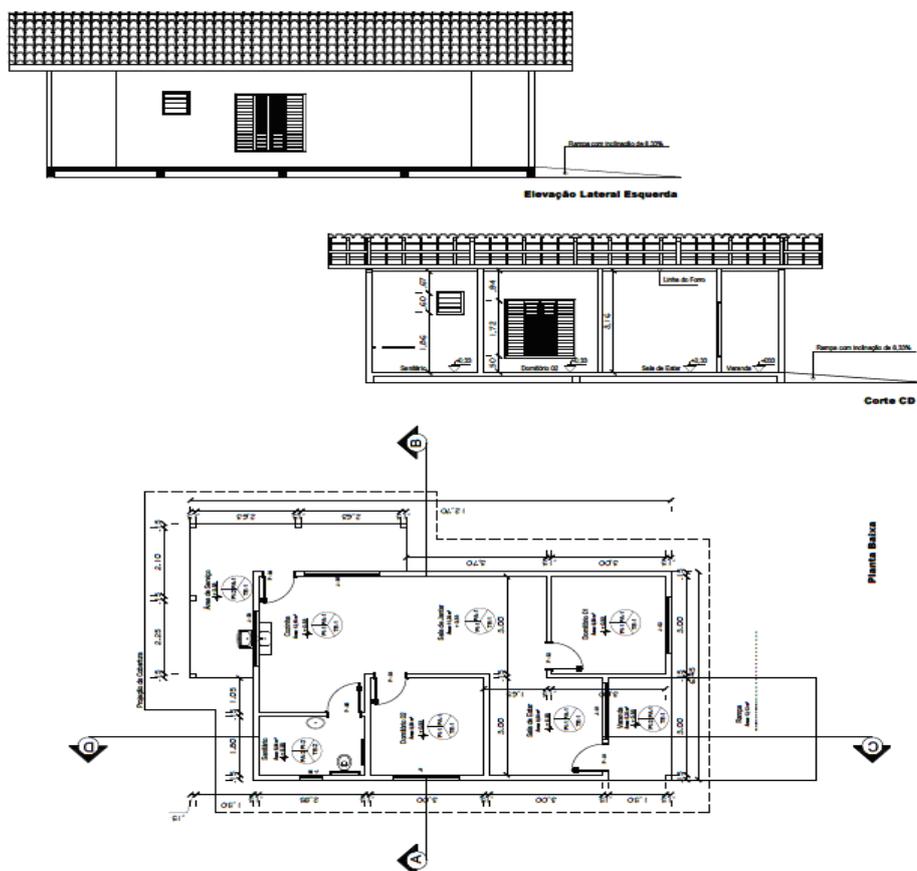


Figura 30: Planta Baixa, Cortes e Elevação..
Fonte: Acervo do Grupo.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos a partir do paradigma de desenvolvimento social das cidades brasileiras, enfocando o aspecto da transição do desenvolvimento moderno com vistas ao futuro pós-desenvolvimentista, o Brasil ainda não experimentou modelos de desenvolvimento urbano participativo desenvolvimentista, no tocante a administração das cidades, onde sejam permitidas as revoluções administrativas que acompanham a centralização do aparato estatal. Ainda vemos famílias e grupos dividindo o controle da política municipal em pequenas e em grandes cidades do interior das metrópoles onde é observado que esta ocupação significa a “privatização da Cidade” que, no caso brasileiro, nunca conheceu um processo de ruptura significativo com a tradição pré-moderna.

Com as decisões de interesse coletivo não sendo experimentados pela população brasileira, como foram vivenciados nos casos da Europa e Norte-Americano, onde o poder central negociou com os novos cidadãos as decisões de interesse coletivo. No nosso caso o desejo da elite perdura e se sobressai, onde ficamos restritos ao jogo de elites conservadoras que não elaboram projetos capazes de responder as complexas demandas sociais e o espaço/direito do público à discussão e participação não é criado/respeitado.

A habitação de interesse social vem se estabelecendo como um problema crônico no Brasil, iniciando ainda no império e se estendendo até os dias atuais, onde todas as políticas já desenvolvidas não aplacou o crescente déficit habitacional e reforça no inconsciente coletivo o jargão “sonho da casa própria”, colocando esse sonho como algo inatingível por uma ampla e crescente parcela da população.

O sonho da casa própria atualmente é realidade concreta perceptível em Macapá, no déficit de trinta mil habitações, o que vem gerando a entropia social, o crescimento de invasões sobre as áreas de ressaca, a construção da cidade ilegal e deletéria aos seus habitantes. Tais fatores são reforçados pela baixa participação econômica da população, algo que é bastante significativo no Lago da Vaca, onde a renda per capita dos moradores gira entorno de 0,48% de um salário mínimo e estes, com isso, não tem o acesso garantido aos programas

de habitação de interesse social, promovidos pelo poder público e órgãos financiadores ou reguladores.

No caso em estudo, que era a intervenção no segmento Habitação, realizamos uma série de estudos, desde levantamentos socioeconômicos e entrevista, passando por observações e levantamentos de aspectos naturais e climáticos para em um momento posterior, elaborarmos quatro (04) projetos de habitação voltados para o interesse social. Esta intervenção partia do objetivo de não repetir os projetos dos conjuntos habitacionais, onde só se ver um tipo de habitação monótona produzida em série.

As HIS têm seus limitadores legais, culturais e financeiros. No entanto realizamos estudos para ver a viabilidade econômica e legal da construção das HIS, o que ficou em média de R\$ 37.000,00 com áreas variando entre 56m² e 59m². Já no aspecto cultural e familiaridade com a habitação, levamos diversas propostas para discussão com os moradores do Lago da Vaca para avaliarmos os possíveis projetos, o cenário potencial e o cenário idealizado, ou seja, suas capacidades econômicas, legislações, normas e as apreensões da realidade e do mundo vivido.

Observamos que o trabalho em áreas de ressacas ou em suas proximidades deve envolver a sociedade e ser cuidadoso como um todo, seja em medidas orientadoras dos danos causados ao meio ambiente, seja em medidas de fiscalização contra o avanço do processo crescente de ocupação inadequada dos mananciais ou na contenção do espraiamento da cidade ilegal. Esse processo envolve uma equipe multidisciplinar, a fim de avaliar todos os condicionantes e agravantes à natureza e à cidade como um todo.

Contudo, há a necessidade de maior empenho das autoridades competentes no intuito de preservar de fato essas áreas que são de fundamental importância ao escoamento das águas tanto Fluviais quanto Pluviais, sem impedimentos ou alagamentos nos períodos chuvosos e empenhar-se, também, nos fatores concernentes ao déficit habitacional e a construção da Habitação Adequada em sintonia com o que demonstra o HABITAT I e a Conferência das Nações Unidas.

- REFERÊNCIAS

- ABIKO, A. K. **Introdução à gestão habitacional**. São Paulo: EPUSP. 1995. 31 p. Texto Técnico. Escola Politécnica, Departamento de Engenharia de Construção Civil. T/PCC/12.
- ALMEIDA, Caliane. **Habitação Social: origens e produção** (Natal, 1889-1964). 2007. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). São Carlos: EESC-USP. 2007.
- ALMEIDA, Eliza, 2003, **O processo de periferização e uso do território brasileiro no atual período histórico**. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (org.) "Território Brasileiro: Usos e Abusos". Cap. 14. Territorial: Campinas. p.213-239.
- ALVES, M. H. A. F. **Financiamento da política estadual de habitação de interesse social**. Salvador: Fundação Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Nota técnica – relatório preliminar. Salvador: UFBA, 2006.
- _____. **Por dentro do financiamento habitacional para baixa renda. Conjuntura da Construção**, São Paulo, v. 3, n. 3, p. 4-6, set. 2005.
- AMAPÁ. Código ambiental do Amapá (**lei complementar nº0005** 18 de agosto de 1994).
- _____. Lei Ambiental Estadual nº 0835, de 27 de maio de 2004.
- _____. Lei Estadual Nº. 0455/99 (Lei de Preservação das Ressacas) de julho de 1999.
- ARRETCHE, M. **Intervenção do Estado e o setor privado: o modelo brasileiro de política habitacional**. Revista Espaço & Debates, n. 31, p. 21-36, 1990.
- AU. Entrevista Ermínia Maricato: **Interseção**. AU, São Paulo: n. 173, p. 27, **Julho. 2008**.
- AU. Entrevista Severiano Porto: **Abrigo Natural**. AU, São Paulo, n. 81, p. 24-25, dez./jan. 1998.
- BECKER, Bertha, 2006, "Amazônia. Geopolítica na virada do III milênio". 2ª ed. Rio de Janeiro: Garamond Universitária.
- BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria**. São Paulo: FAPESP. 2002.
- BRASIL. **Lei no. 11.124**, de 16 de junho de 2005. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FHHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. Brasília: Diário Oficial da União, 17 jun. 2005.
- BRUAND, Yves. **Arquitetura Contemporânea no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1981.
- BUCKLEY, R. M. **Housing finance in developing countries**. Washington, DC: St. Martin's Press, 1996.
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Política, minuta de plano de lei e de exposição**. Caixa Econômica Federal; Grupo de trabalho Caixa Econômica Federal, jun 2002 (b). 103 p.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. In LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo (org.). **Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate**. São Paulo: Cortez, 2000.
- CHOAY, Françoise. **O Urbanismo**. Madrid: Alianza Editorial, SA, 2004.
- CORRÊA, Roberto Lobato, 2001. **Processos espaciais e a cidade**. In: "Trajetórias Geográficas". 2ª ed. Cap.5. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p.121-143.

- DAMIANI, Amélia Luiza, 2000, **A metrópole e a indústria: reflexões sobre uma urbanização crítica**. São Paulo, Terra Livre, n. 15, p.21-38.
- DERENJI, Jussara da Silveira. **Modernismo na Amazônia**. Belém PA: 950/70, acesso em <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp098.asp>>, disponível em 26/11/10.
- [Entrevista a Ana Maria Castelo e Maria Antonieta Del Tedesco Lins].
- FARAH, Marta Ferreira Santos. **Estado, Previdência Social e Habitação**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). São Paulo: FFLCH-USP. 1983.
- FORTY, Adrian, ANDREOLI, Alizabetta. **Arquitetura Moderna Brasileira**. Nova York: Phaidon Press L., 2004.
- FORESTER, Viviane. **O homem econômico**. São Paulo: UNESP. 1997.
- FUNDAÇÃO João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações. **Déficit Habitacional no Brasil 2000**. Belo Horizonte: FJP. 2001.
- GIODA, Adriana. **Problemas Ambientais: temos consciência da influência dos mesmos em nossa vida?** <http://www.terrabrasil.org.br/noticias/materias/pnt_problemasamb.htm>, disponível em 09/06/2011.
- HERTZBERGER, Herman. **Lições de Arquitetura**. Tradução Carlos Eduardo Lima Machado – 2ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- JACOBS, JANE. **Morte e vida de grandes cidades**. Jane Jacobs; tradução Carlos S. Mendes Rosa – São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- LECCESE, M. & McCORMICK, K. **Charter of the New Urbanism. Congress for the New Urbanism**. Nova York: McGraw-Hill, 2000.
- MACAPÁ. Prefeitura Municipal. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUAM)**. Macapá: PMM, 2004.
- _____. **Lei complementar nº 029/2004**. Lei do Uso e Ocupação do Solo do Município de Macapá. Macapá: PMM, 2004.
- MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- NEVES, Leticia de Oliveira. **A Obra de Severiano Porto na Amazônia: Uma Produção Regional e uma Contribuição para a Arquitetura Nacional**. São Paulo: EESC-USP. 2008.
- PRADO, Eleutério da Silva; PELIN, Eli Roberto. **Moradia no Brasil: reflexões sobre o problema habitacional brasileiro**. São Paulo: Ed. CFMN & FIPE, 1993.
- PEDRINI, Alexandre Gusmão (org.). **Educação Ambiental: reflexões e práticas contemporâneas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- PORTO, J.L.R ; COSTA, M. **Área de livre comércio de Macapá e Santana: questões geoeconômicas**. Macapá: Editora Gráfica O Dia S.A, 1999. 116p.
- PORTO, Rubens. **O problema das casas operárias e os Institutos e Caixas de Pensões**. Rio de Janeiro, 1983.
- SABBAG, *haifa yazigi*. **Severiano Porto e Arquitetura Regional**. Setembro de 2003, acesso em <http://www.vitruvius.com.br/ac/ac012/ac012_1.asp>, disponível em 26/11/10.
- SANTOS, Milton, **Pobreza Urbana**. São Paulo: Hucitec, 1979.
- _____. **Metrópole corporativa fragmentada. O caso de São Paulo**. São Paulo: Nobel, 1990.
- _____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. **Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- _____. **O espaço dividido. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**, São Paulo: Edusp, 2ª ed., 2004.

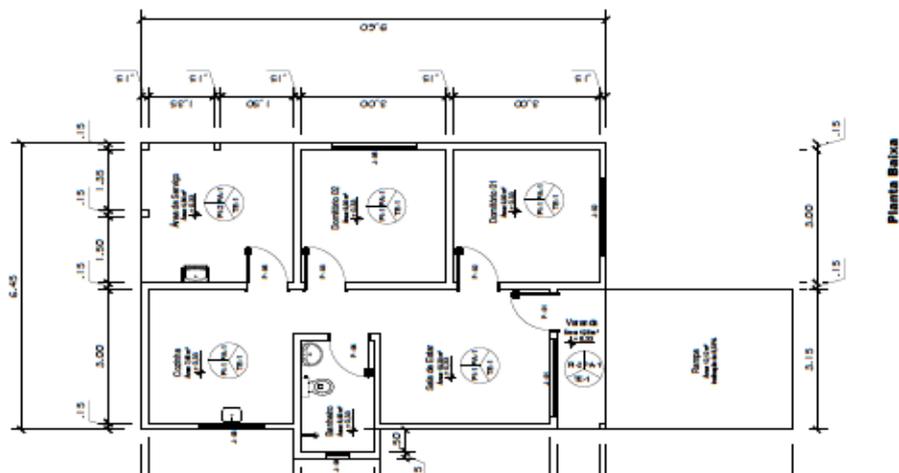
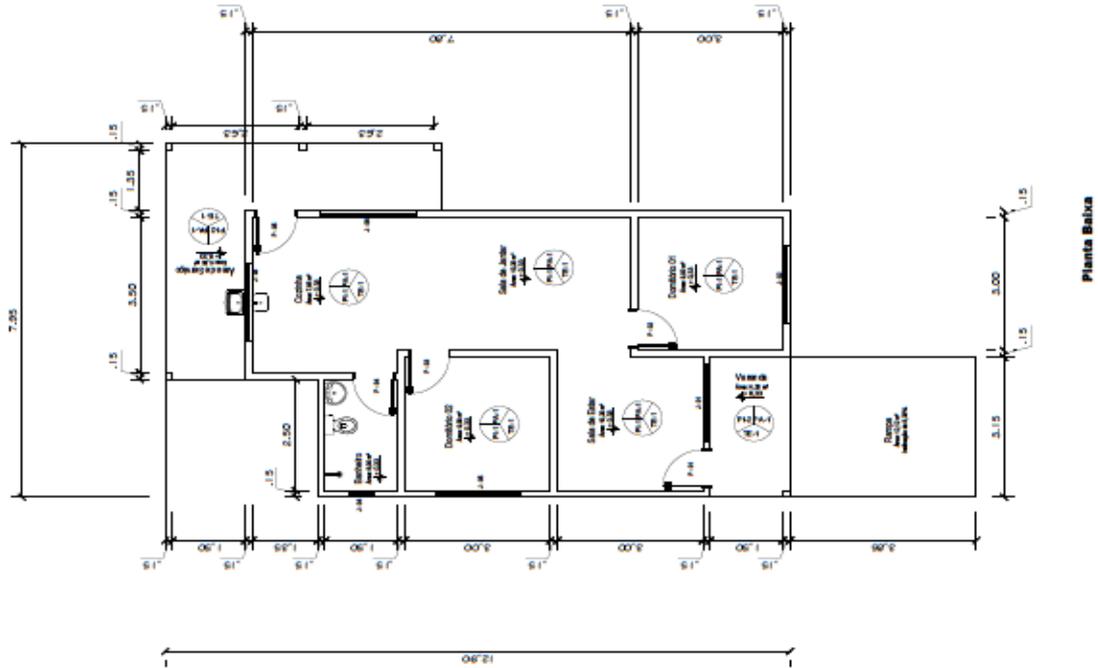
- SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas Empresas), 2005, **Economia Informal Urbana**. SEBRAE: Brasília, 2005.
- SEGAWA, Hugo. **Oswaldo Arthur Bratke**. Sao Paulo: Proeditotes, 1997.
- SILVA, E. **Uma introdução ao projeto arquitetônico**. Porto Alegre: Ed UFRGS; Brasília, MEC/SESu/PROED, 1983.
- SILVA, G. V. “*Avaliação da sustentabilidade de edifícios de escritórios brasileiros: diretrizes e base metodologia de sustentabilidade*”. São Paulo. Tese (Doutorado) – Departamento de Engenharia Civil. Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo: EDUSP 2003.
- SOUZA, M. de L. **Planejamento e gestão urbanos como ferramentas de promoção do desenvolvimento sócio-espacial**. In: Marcelo Lopes de Souza. *Mudar a Cidade*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil 2002.
- _____. **Clima de guerra civil? Violência e medo nas grandes cidades brasileiras**. In: ALBUQUERQUE, Edu Silvestre (org.) “Que país é esse?” *Pensando o Brasil contemporâneo*. São Paulo: Globo, p. 101-140. 2005.
- _____. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2007.
- TAKIYAMA, L. R.; SILVA, A.Q. da (orgs.). **Diagnóstico das Ressacas do Estado do Amapá: Bacias do Igarapé da Fortaleza e Rio Curiaú**. Macapá-AP. CPAQ/Iepa e DGEO/Sema, 2003.

APENDICE I

ROTEIRO DA ENTREVISTA (semi-estruturada)

1. Há quanto tempo você e/ sua família reside nessa área? Qual o último local você residia antes?
2. A casa é própria, titulada ou não titulada?
3. Quanto é a renda familiar? Qual a origem da renda
4. Quantos cômodos tem sua casa?
5. O banheiro fica dentro ou fora da casa? (se fora: Gostaria que fosse dentro?)
6. *quantidade de moradores M / F
7. Como você dividiu/determinou/demarcou o seu terreno?
8. No caso de uma ampla reforma no espaço/local da comunidade, o que você gostaria de preservar (de deixar como está)?
9. Você gostaria de sair desse local?
10. Você está satisfeita(o) com sua casa?
11. Como você gostaria que fosse sua casa?
12. Que cor gostaria de pintar sua casa?
13. Qual o ambiente que vc mais passa tempo?

Planta Baixa das unidades sem banheiro adaptável



**PROJETO DE UMA RESIDÊNCIA UNIFAMILIAR
HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NA COMUNIDADE LAGO DA VACA
MEMORIAL JUSTIFICATIVO DE ARQUITETURA**

Lote: 360 m²

O Amapá é considerado o estado que possui mais de 50% de sua biodiversidade conservada, motivo de orgulho para o Amapaense, mais um fato que precisa ser lavado em consideração seria a ocupação de áreas úmidas, ou áreas de ressacas, pois ocupar esses ecossistemas gera graves problemas ambientais comprometendo o desenvolvimento urbano, formando paisagens irregulares, contribuindo para o aumento a degradação.

A maior concentração populacional se encontra no município de Macapá, que teve a participação da migração nos anos 1990 para a elevação desse contingente. Não encontrando condições de financiar moradias, essa população migrante começa a invadir as áreas úmidas do município, formando assim uma população com grande potencial de intervenção negativa no ambiente.

O presente memorial tem o objetivo de explicar as decisões tomadas para executar as tendências arquitetônicas regionais, o estudo da ventilação, a eficiência do conforto térmico, os tipos de materiais que serão usados no projeto, as experiências e fundamentos que outros arquitetos utilizaram para solucionar patologias na arquitetura.

Para que o morador tivesse consciência do espaço construído, foram feitas discussões para a escolha de uma moradia ideal na concepção do mesmo, definidas a partir de fatores determinantes, como: Arquitetura Regional Amazônica Sustentável, por estarmos numa região de clima quente úmido, essa arquitetura possui mecanismo e materiais que interagem neste clima.

AS JUSTIFICATIVAS ARQUITETÔNICAS

Telhados Altos: em nossa composição do telhado optamos em usá-lo bem altos, para facilitar o escoamento das águas provenientes da chuva; foi criado um elemento nas tesouras que fazem alusão a uma veneziana, na parte frontal e traseira das fachadas, para facilitar a entrada e saída de ventilação.

- **BEIRAIS LONGOS:** optamos por usar beirais longos, além de proporcionar uma visualização agradável da edificação, também exercer função de proteger as esquadrias contra ação demasiada da chuva e sol, para que não cause danos à edificação.

- **COBERTURA EM TELHA CERÂMICA:** na escolha do tipo de telha, optamos por telhas cerâmicas, pois as experiências já executadas em outros projetos mostraram a eficiência deste material em agir como isolante térmico e sua matéria prima ser encontrada com facilidade na região.

PÉ-DIREITO LONGO: Utilizar um pé direito de 3,20 metros na edificação deixaria de causar uma sensação de esmagamento que o pé direito baixo transmite aos moradores, também melhoraria o conforto nos ambientes internos, pois maior seria a quantidade de ventilação circulando na casa.

- **AS VEDAÇÕES DAS EDIFICAÇÕES:** as paredes das edificações serão compostas de tijolos cerâmicos produzidos na região, foram adotadas aberturas para as janelas de 0,50m do chão, proporcionando uma melhor interação com o externo e facilitar a entrada de ventilação na casa.

- **VENTILAÇÃO:** para a ventilação foi tomado o cuidado em propor estratégias para a disposição dos cômodos, com o intuito captar os ventos predominantes que vem do sentido nordeste e a ventilação proveniente das correntes marítimas, pois a edificação está próxima do Rio Amazonas.

COMBATER AS INFILTRAÇÕES: os danos que as infiltrações causam, sempre foi um desafio, nos dias atuais existem produtos que conseguem combater esses danos, mas em nossa edificação tomamos como prevenção elevar a edificação 20cm do solo para combater essa infiltração e fazer referencia as tipologia dos ribeirinho amazônicos, essa idéia foi usada, inicialmente, pelo arquiteto Oswaldo Bratke.

- **BANHEIRO SOCIAL ADAPTÁVEL:** todo o cidadão tem direito de ir e vir. Já os portadores com necessidades especiais e idosos muitas vezes são privados desse direito no que diz respeito à mobilidade em sua própria casa. Foi pensando nesta situação que propomos para cada edificação um banheiro adaptável, com barras de apoio e dimensionamento de acordo com a NBR 9050 de 2004 – Circulação Horizontal (Acessibilidade), que regulamenta os padrões de construções acessíveis. Realizamos, também, os mesmos projetos sem o

banheiro adaptável, para ampliarmos as possibilidades de escolha dos moradores e observarmos as questões de custo de cada habitação.

- **BANHEIRO SOCIAL SEM ADAPTAÇÕES:** elaboramos outra tipologia de banheiro para que fique a critério do morador escolher a que melhor o agrade.

**PROJETO DE UMA RESIDÊNCIA UNIFAMILIAR POPULAR NA COMUNIDADE
LAGO DA VACA
MEMORIAL DISCRITIVO DE ARQUITETURA**

O presente memorial objetiva orientar a execução do projeto básico e executivo de uma unidade residencial situado na ressaca Lago da Vaca, Bairro Novo Horizonte, Macapá-Amapá.

Constitui-se em uma residência popular unifamiliar em alvenaria em tijolo aparente na área interna, cozinha, área de serviço e banheiro, atendendo características e preocupações referentes a arquitetura amazônica e sustentável, relação entre passado e presente e sobretudo a “amapalidade”.

Esta residência contém um único pavimento com sala de estar, cozinha, dois dormitórios, banheiro social adaptável para idoso e deficiente, área de serviço e varanda, nossa empresa contará com uma equipe multidisciplinar e profissionais habilitados nas áreas de Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Civil e Elétrica.

O projeto para execução da obra, bem como os serviços gerais necessários para implantação e execução da obra, tais como: Limpeza do terreno; Barracão; Depósito; Instalações de água, Instalações elétricas e Tapume, serão de responsabilidade de nossa empresa

AS DESCRIÇÕES:

1- ÁREA EXTERNA (Lote)

- Entrada de energia elétrica e água;
- Entrada para pedestre (portão social)
- Lixeira

2- TIPO-UNIDADE

Área externa (da residência):

- hall de entrada social (Varanda)
- Portão de acesso ao depósito;

Área interna:

- Sala de Estar

- Cozinha
- 2 Dormitórios
- Banheiro social adaptável
- Área de serviço
- Varanda

Área Técnica (parte do telhado)

3- SERVIÇOS

3.1- FUNDAÇÃO

A fundação será executada a partir de testes de sondagem afim de um prévio reconhecimento do terreno

3.2- ESTRUTURA

A fundação de colunas, percintas e vergas serão executadas em concreto armados e peças de madeira.

3.3- IMPERMEABILIZAÇÃO

Os pilares e sapatas, como sendo as áreas em contato direto com o solo receberão revestimento impermeabilizante para evitar futuras infiltrações, principalmente do modo capilar.

3.4- VEDAÇÃO

Nas vedações serão empregadas blocos cerâmicos de dimensões (tijolo aparente) nas dimensões 9x14x19 cm, em madeira de lei com aplicação de verniz, referente as indicações do Projeto Arquitetônico.

3.5 COBERTURA

A cobertura será executada em telha de barros (argila) do tipo colonial, estrutura para apoio será confeccionada em madeira de lei com bitolas adequadas e inclinação de 25% como indicada no projeto. Na cumeeira será utilizada telha capote.

Na sua colocação e fixação deverão ser seguidas todas as normas e recomendações do fabricante.

3.6- REVESTIMENTOS INTERNOS

- Sala de Estar

Piso: aplicação de piso cerâmico no tamanho 30x30 cm;

Rodapé: em cerâmica com 0,6 cm;

Paredes: e aplicação de massa corrida com pintura em tinta látex;

Teto: com forro em madeira de lei-aplicação de verniz;

- Cozinha

Piso: aplicação de piso cerâmico no tamanho 30x30 cm;

Rodapé: em cerâmica com 0,6 cm;

Paredes: aplicação de azulejo 25x35 cm até altura de 1,30 metros somente no entorno da pia e aplicação de massa corrida com pintura em tinta látex, na parte superior da parede;

Teto: com forro em madeira de lei-aplicação de verniz;

- Dormitório

Piso: aplicação de piso cerâmico no tamanho 30x30 cm;

Rodapé: em cerâmica com 0,6 cm;

Paredes: e aplicação de massa corrida com pintura em tinta látex;

Teto: com forro em madeira de lei-aplicação de verniz;

- No Banheiro Social Adaptável:

Piso: aplicação de piso cerâmico no tamanho 30x30 cm antiderrapante;

Paredes: aplicação de azulejo 25x35 cm até altura de 2,00 metros e aplicação de massa corrida com pintura em tinta látex, na parte superior da parede;

Teto: com forro em madeira de lei e aplicação de verniz;

- NA ÁREA DE SERVIÇO

Piso: aplicação de piso cerâmico no tamanho 30x30 cm antiderrapante;

Paredes: aplicação de azulejo 20x20 cm até altura de 1,30 metros e aplicação de massa corrida com pintura em tinta látex, na parte superior da parede;

Teto: com forro em madeira de lei-aplicação de verniz;

3.7- REVESTIMENTOS EXTERNOS

- No acesso de pedestre

Aplicação de contrapiso na rampa de acesso

- Nas Fachadas

Paredes: aplicação de massa corrida com pintura em tinta látex,

4- ESQUADRIAS

As tipologias das esquadrias estão especificadas no Projeto Arquitetônico, feitas em madeira de lei e com, portas e janelas recebendo o acabamento em verniz.

5- FERRAGENS

As ferragens especificadas no Projeto Arquitetônico serão instaladas e integradas com a tipologia das esquadrias.

6 LOUÇAS

Pia:

De louça de cor branca, para a cozinha

Tanque:

De louça de cor branca, para a cozinha

Bacia Sanitária:

Com caixa externa na cor branca

7- METAIS

Serão executadas de acordo com Projeto de Instalações Hidráulicas elaborado por profissionais habilitados sendo que será utilizada água fria:

Água Fria: canos e conexões em PVC rígidos;

Fossa: Séptica 1,00x2,00

Sumidouro 1,00x3,00

8- INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

Serão executados de acordos com Projeto Elétrico elaborado por profissionais habilitados.

Fiação:

Circuito de Distribuição 110v-cabo 2,5 mm;

Circuito de retorno-cabos 1,5 mm;

Circuitos de 220v-cabos de 4,0 mm

Conduítes elétricos, tomadas e interruptores.

9- ÁREAS VERDES

Na área verde (jardim) do lote será entregue um jardim na frente e na lateral.

10- A LIMPEZA FINAL

Será feita a remoção de todo o entulho do terreno e da unidade, após concluída sua construção, sendo cuidadosamente limpos e varridos os acessos e áreas externas.

Após traçados este Memorial Descritivo, ficam fazendo parte integrante das presentes descrições no que forem aplicáveis:

a) As normas Brasileiras, regulamentadas pela ABNT

b) Regulamentos, especificações, recomendações, normas das Companhias Concessionárias dos serviços de Água e Esgoto (CAESA), Luz e Força (CEA), e Corpo de Bombeiros.

Serão adotadas estas e outras Normas e Técnicas vigentes, assim como todos os princípios de boa qualidade de execução e de acabamento, sendo os casos omissos solucionados por órgão e instâncias competentes pela fiscalização da obra.

Anexo I

Entrega do plano de habitação da PMM ao Ministério das Cidades



Diário do Amapá

COMPROMISSO COM A NOTÍCIA

Exemplar - R\$ 1,00

I ANO XVI | Nº 4.671 | SEXTA - FEIRA | 30 DE SETEMBRO DE 2011 | DIRETOR-SUPERINTENDENTE LUIZ MELO I

Secretária nacional de habitação vem para tratar das ressacas de Macapá

A secretária nacional de habitação do Ministério das Cidades, Inês Magalhães, participa hoje, em Macapá, de audiência pública para tratar, entre outros assuntos, das ressacas da cidade. É que já existe garantia ministerial da liberação de recursos para construção de 29 mil habitações na capital. Os beneficiados com as obras serão os moradores das ressacas.

DIÁRIO B — 1



GRANDE resaca do bairro Coogós, onde residem mais de 17 mil famílias em condições precárias e insalubres; Ministério Público Estadual estima que população das ressacas em Macapá chega a cem mil

Franceses se interessam por carne e bebidas do Amapá

DIÁRIO B — 2

Vereador expede decreto do afastamento de Nogueira



DIÁRIO B — 2

Milhomen será lançado pré-candidato do PCdoB a prefeito

DIÁRIO B — 1

PP realiza festa de filiações na Assembleia Legislativa

DIÁRIO B — 2

Pastora evangélica vai para cadeia por espancar criança

POLÍCIA — 8

ALÉM DE PROGRAMA

Roberto Góes apresenta projetos habitacionais a Inês Magalhães

O prefeito Roberto Góes apresenta hoje à tarde, à secretária nacional de habitação do Ministério das Cidades, Inês Magalhães, os projetos habitacionais que o município de Macapá possui e o Programa Municipal de Habitação a ser lançado nos próximos dias. Pela manhã, o prefeito reúne com jornalistas no Conjunto Habitacional Mucajá para mostrar os apartamentos que serão entregues no próximo dia 5 de outubro.

DIÁRIO B — 6



PREFEITO Roberto Góes recebe secretário de habitação do Ministério das Cidades, Inês Magalhães, hoje, no fim da tarde

Vestibular da Ueap inicia com 18.058 candidatos

Primeira fase da disputa estudantil ocorre neste domingo, 2 de outubro

DIÁRIO B — 6

Escalas "puxadas" deixam militares insatisfeitos

DIÁRIO B — 8

Matéria sobre entrega do Plano de Habitação da PMM

Prefeito entrega projeto habitacional de Macapá à secretária nacional de habitação

Publicado em 30 de setembro de 2011

O prefeito de Macapá Roberto Góes recebe nesta sexta-feira, às 17h, em seu gabinete, a secretária nacional de habitação do Ministério das Cidades, Inês Magalhães. O prefeito vai apresentar os projetos habitacionais que o município possui e o programa municipal de Habitação, que será lançado nos próximos dias.

Pela manhã o prefeito vai reunir com jornalistas no Conjunto Habitacional Mucajá para mostrar à imprensa os apartamentos que serão entregues no próximo dia 5 de outubro, às 17h. Hoje, a Prefeitura de Macapá já tem em prática uma política de moradia para a população de baixa renda, que, além do Mucajá, com seus 592 apartamentos divididos em 37 blocos, vai atender os bairros Cuba de Asfalto (zona Sul); Bairro Forte, na Rodovia do Curiaú (com mais de 600 casas); Parque dos Buritis, (ambos na zona Norte) e Conjunto Buritizal (zona Sul). No Conjunto Buritizal, até então uma área abandonada nos fundos do Conjunto Hospital de Base, está prevista a construção de duas mil moradias.

O programa municipal de habitação prevê não apenas a construção de novas unidades habitacionais mas a titulação de lotes urbanos. A secretária Nacional de Habitação, Inês Magalhães, defende não só a construção de moradias, mas que ela seja feita num lugar adequado. “É importante que as pessoas tenham acesso à terra urbanizada de boa qualidade, com infra-estrutura, com acesso à transporte, e essa tem sido a diretriz básica que o Ministério vem seguindo”.

No Ministério das Cidades existem programas que atuam na promoção de moradias dignas, como o Resolução 460, que proporciona moradia gratuita para famílias de baixa renda (que recebem até três salários mínimos) com ações integradas entre o Governo Federal e as prefeituras e o PAR (Programa de Arrendamento Residencial). O programa tem parceria com a Caixa Econômica Federal e proporciona moradia à população de baixa renda, sob forma de arrendamento residencial com opção de compra.

Inês Magalhães afirma que o Governo e a Secretaria procuram “de um lado focalizar a aplicação do recurso público ou sobre gestão pública na baixa renda e, de outro lado, aumentar a possibilidade do mercado produzir para a classe média”.

Fonte: Diário do Amapá